Vamos falar de Autonomia

Maria Gabriela Câmara de Freitas Silva

Mestrado em

FILOSOFIA PARA CRIANÇAS

Ponta Delgada
2019

Vamos Falar de Autonomia

Dissertação de Mestrado

Maria Gabriela Câmara de Freitas Silva

Orientadores:

Prof. Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral

Prof.ª Doutora Berta Maria Oliveira Pimentel Miúdo

Dissertação de Mestrado submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Filosofia para Crianças

Dedicatória, com gratidão

Este trabalho é resultado de ligações e conexões. Como a minha vida.

A todos aqueles que fizeram parte da minha lenda pessoal. Já perdi muitos, mas foi com eles que aprendi e cresci. Sinto-me o resultado de uma vida cheia de gente e de emoções, de tropeções e erros, de momentos de glória e de perda. Cada um desses momentos foi único! Os amigos foram as minhas âncoras e a minha força, o suporte dos meus medos, o bálsamo das minhas dores e a razão da minha fé inabalável nas pessoas até hoje

Gratidão aos amigos de todo o mundo que encostaram no cais da minha vida para a enriquecer com novos conhecimentos

À minha imensa família, da qual fazem parte muitas pessoas, com quem estabeleci laços de tão profunda conexão, que sinto hoje como parte da minha pele

Gratidão infinita aos meus professores e colegas desta caminhada tão nossa. Gratidão a cada minuto de vida, a cada abraço, a cada lágrima, a cada encontro, a cada despedida…

Gratidão aos meus orientadores que souberam respeitar os meus medos e potenciar a minha força…

Gratidão ao meu passado na política que me ensinou a amar os Açores e a ser capaz de entender a nossa força como povo

À minha magnífica ilha das Flores, com quem vivo em intensa e complexa relação desde sempre, pelo mundo de aprendizagens que me permitiu fazer com ela. Tudo o que sou e sei, aprendi aqui, no meio de uma natureza que se excede todos os dias e que ainda hoje me consegue surpreender e empolgar!

Resumo

A Filosofia para Crianças (FpC), que Lipman tornou conhecida no mundo inteiro há menos de meio século, traz à escola moderna uma nova forma de encarar a filosofia e a infância. Lipman trabalhou a filosofia para crianças através de estímulos a serem discutidos democraticamente em contexto de Comunidade de Investigação Filosófica (CIF) onde, através do diálogo, as crianças são estimuladas a falar na presença de um facilitador. O objetivo é que esse diálogo seja estimulante para o desenvolvimento de competências críticas e criativas que conduzam a criança, o adolescente, o jovem e, também, o adulto a um pensamento crítico autónomo e ainda como caminho para o entendimento do trabalho solidário e para o aumento da resistência crítica.

Lipman utilizou a novela para iniciar os debates em CIF. Essas novelas estavam direcionadas para variadas competências nas áreas da lógica, política, moral e ética, entre outras. Eram acompanhadas de um manual de atividades com sugestões diversas para o trabalho do facilitador.

A nossa dissertação trabalha o conceito de autonomia política do ponto de vista filosófico e político. O primeiro capítulo viaja pelo conceito político da antiguidade até à atualidade centrando-se na Região Autónoma dos Açores e na forma como aqui a autonomia se consubstancia. O segundo capítulo, por sua vez, trata da filosofia para crianças na perspetiva de Lipman.

O nosso trabalho de fundo é uma novela intencionalmente filosófica sobre o tema da autonomia política dos Açores que pretende veicular uma visão dos Açores não como uma unidade, mas como nove unidades dentro dessa unidade maior que é a Região. A intenção é que sejam discutidos temas como a insularidade, as limitações impostas pela geografia, a justiça, a liberdade, o medo, a incerteza, dentro de uma comunidade aberta e livre. A nossa proposta deixa ao critério do facilitador as atividades a desenvolver dentro deste âmbito. Fazem parte da nossa novela algumas imagens que representam outros tantos estímulos sobre o mesmo tema: “Vamos falar de Autonomia”.

Palavras-chave: insularidade, autonomia política, comunidade de investigação filosófica.

Abstract

Philosophy for Children (P4C), introduced by Lipman across the world less than half a century ago, brought to modern school a new approach to philosophy and childhood. Lipman worked on philosophy for children through stimuli which are discussed democratically in the context of Communities of Philosophical Inquiry (CPI), where, through dialogue, children are encouraged to speak in the presence of a facilitator. The goal is for this dialogue to be stimulating for the development of critical and creative skills, leading children, adolescents, youths, and adults to autonomous critical thought, which is also a path for understanding the colaborative work and for increasing critical resistance.

Lipman used novels to start the debates in CPIs. These novels aimed towards the development of various competencies in the areas of logic, politics, morals, and ethics, among others. They were accompanied by an activities manual with various suggestions for the facilitators.

Our dissertation works on the concept of political autonomy from a philosophical and political point of view. The first chapter embarks on the political concept of autonomy from antiquity to the present time, focusing on the Autonomous Region of the Azores and on the way autonomy is substantiated there. The second chapter focuses on Lipman's perspective on philosophy for children.

The basis of our work is an intentionally philosophical novel about political autonomy in the Azores, which aims to convey a vision of the islands not as a unit, but as nine units within the larger unit of the archipelago. The intention is to discuss, within an open and free community, topics such as insularity, justice, freedom, fear, uncertainty, and the limitations imposed by geography. Our proposal leaves the activities to be carried out within this scope to the facilitator. Images are also included in our novel representing nine stimuli on the theme: “Let's Talk About Autonomy”.

Keywords: insularity, political autonomy, community of philosophical inquiry.

Índice

Dedicatória, com gratidão i

Resumo ii

Abstract iii

Índice iv

Introdução 1

Capítulo I – Autonomia política enquanto conceito filosófico 5

1. Emergência do conceito 7

2. Ressurgimento do conceito no século 20 18

3. Ressurgimento do estatismo soberanista 22

4. Conclusão 26

Capítulo II – Proposta pioneira de Lipmann 28

1. Definição de um novo projeto 29

2. O projeto de Lipman em discussão: antecessores e críticos 31

3. A Comunidade de investigação filosófica 34

4. A novela em Lipman 38

5. Algumas conclusões 46

Bibliografia 48

Anexo A Vamos Falar de Autonomia 1

Capítulo I 2

Capítulo II 4

Capítulo III 6

Capítulo IV 2

Capítulo V 4

Capítulo VI 5

Capítulo VII 7

Capítulo VIII 12
Capítulo IX 17
Capítulo X 20
Capítulo XI 22
Capítulo XII 30
Capítulo XIII 31
Capítulo XIV 34
Capítulo XV 38
Capítulo XVI 39
Anexo B Propostas de trabalho 43
B.1. Questões 44
Capítulo 1 45
Capítulo 2 46
Capítulo 3 47
Capítulo 4 48
Capítulo 5 49
Capítulo 6 50
Capítulo 7 51
Capítulo 8 52
Capítulo 9 53
Capítulo 10 54
Capítulo 11 55
Capítulo 12 56
Capítulo 13 57
Capítulo 14 58
Capítulo 15 59
Capítulo 16 60

B.2. Fotografias 61

Introdução

...
os Açores são a nossa certeza
...

Hino dos Açores, Natália Correia

A ilha limitou os meus sonhos de menina. A democracia rasgou as avenidas da liberdade intelectual e política, mas foi a ilha que me aprisionou sempre. A reforma libertou os meus sonhos e deu asas ao meu pensamento. E, a vida, franqueou-me as portas da universidade dos Açores para viver mais uma aventura.

E vi-me assim, outra vez, na sala de aula, em comunidade de investigação filosófica, a fazer aquilo que, em 1972, data em que comecei a trabalhar, seria totalmente impossível. Sem formação de base em filosofia, encontrei-me com Aristóteles e S. Tomás de Aquino, Habermas e Merleau-Ponty. Foi um diálogo duro, mas desafiador. A seguir vieram outros. E mais outros. Alguns saíram dos textos, ganharam vida própria, a quem apertamos a mão e com quem vivenciamos experiências – Walter Omar Kohan e David Kennedy foram dois dos filósofos contemporâneos com quem tivemos oportunidade de privar. Depois de uma vida de escolarização em explicações particulares e desafiada em todos os meus limites, esta experiência foi única. Pisar o palco universitário com a minha forma leve de ser e sentir, foi muito mais do que algum dia ousaria permitir-me.

Foi Matthew Lipman quem nos abriu as portas de uma nova forma de encarar a filosofia e transpor o diálogo filosófico para o mundo das crianças. E estudar Lipman é também acreditar na liberdade, na democracia e no diálogo como caminhos de conquista da independência intelectual. Trazer a filosofia ao mundo da infância foi, e é, uma aventura incrível. O espaço de tempo entre a secretária, atrás da qual me sentava em 1972 para ensinar e dar ordens, até ao sentar em círculo, no tapete, para ouvir as crianças, é um espaço gigantesco de aprendizagem da humildade, da tolerância e da democracia. Despojar um professor daquilo que julga ser a sua autoridade e colocá-lo em aprendizagem com os seus alunos, é realmente um feito.

Matthew Lipman lecionou na Universidade de Columbia, em New York e foi professor na Universidade Estadual de Montclair, em New Jersey, onde realizou estudos sobre as possibilidades de se trabalhar filosofia com crianças e jovens. Aqui, Lipman fundou e dirigiu o Institute for the Advancement of Philosophy for Children (IAPC). De entre a sua vasta obra, destacam-se: *A Filosofia vai à Escola*, 1990; *O Pensar na Educação*, 1995; *Natasha: Diálogos Vygotskianos*, 1997; *Filosofia na Sala de Aula*, 2001. Trabalhou em parceria com Ann Margareth Sharp e escreveu diversas novelas com intenção de serem utilizadas como estímulo nas comunidades de investigação filosófica.

Na verdade, Lipman queria que os jovens e os adolescentes fossem capazes de pensar por si mesmos. Para ele, enquanto o pensar do dia-a-dia seria um pensamento acrítico, fraco, arbitrário, acidental e não estruturado, o pensar filosófico favoreceria o desenvolvimento do pensamento crítico, que leva ao pensar de ordem superior.

Na nossa proposta de trabalho, a intenção foi, seguindo as pisadas de Lipman, escrever uma novela com uma intencionalidade filosófica, que servisse para abrir uma discussão em Comunidade de investigação filosófica, com jovens e adolescentes. O tema que nos levou à novela é a Autonomia.

A autonomia é um tema que proporciona várias abordagens. Aquela a que nos propusemos é de carácter político, mas tem implicações na vida de nove ilhas diferentes, na vida das populações residentes nestas ilhas e convoca a uma reflexão sobre o processo autonómico, à forma como esse processo foi conduzido e como se materializa neste momento. São trazidos à discussão temas como a liberdade, os direitos humanos, as limitações do processo autonómico e muitos outros que surgem do diálogo entre um grupo de jovens de diversas proveniências que decidem percorrer as nove ilhas como forma de entender melhor os Açores.

A Região Autónoma dos Açores existe como território autónomo desde 1975. As ilhas eram manchas de terra no meio de um atlântico imenso. Eram plataformas de partida para os destinos de emigração. Poucos sabiam da sua existência. Os homens viviam do mar, esse ladrão de sonhos que viu morrer jovens na caça à baleia e viu sair sem regresso para uma guerra colonial inexplicável.

Um dia tudo mudou. O reconhecimento das ilhas como território dos seus, a assunção da nossa diferente em letra de lei, mudou as nossas vidas. Hoje, somos um território apetecida com características únicas. O verde da nossa paisagem, em muitas ilhas

protegida e classificada pela UNESCO como reservas da biosfera e parque naturais, atrai aqueles que amam os destinos natureza. O nosso mar é um convite a atividades lúdicas, como o mergulho, caça submarina, *snorkling*, pesca desportiva e outras atividades relacionadas com a pureza das nossas águas. A gastronomia local, a cultura secular de um povo que tem no culto ao Divino Espírito Santo parte do seu ADN, são um convite a mergulhar numa viagem que nos traz do ventre da história até aos nossos dias.

É nesse contexto que é escrita esta novela. Um jovem de Lisboa, colocado na universidade dos Açores, vê o filme "A Viagem Autonómica" (de Filipe Tavares e Nuno Costa Santos) com os amigos. Fica curioso por conhecer as ilhas e decide fazer um périplo pelas nove, acompanhado por alguns amigos. Os encontros com a realidade de cada ilha, vai levando os jovens a um diálogo que perpassa toda a história dos Açores e as diferentes formas como a autonomia é sentida em cada uma das nove ilhas. A intenção é que os protagonistas sejam levados a aprofundar alguns desses temas que vão seguramente desaguar em conceitos filosóficos e políticos, urgentes num tempo em que as autonomias reclamam mudança.

Lipman utilizou as novelas como estímulo para a discussão filosófica. Mais recentemente e porque se faz filosofia com crianças de todas as idades, têm vindo a aparecer outros estímulos que me parecem igualmente desafiantes uma vez que aproximam as crianças da realidade dos nossos dias, muito voltados para a comunicação multimédia. A imagem é um deles. E, se há lugar onde as imagens valem tanto quanto as palavras, é nos Açores. Uma luz inesquecível, um mar que nos desafia e limita, cascatas que lembram lágrimas de dor e recordam perdas na guerra e no mar… Um silêncio que se pode traduzir em imagens de lagoas inacessíveis ou montanhas quase impossíveis de subir, noites de lua cheia com cântico de cagarras que desafiam o medo.

Graças ao talento de alguns fotógrafos, apresentamos nove fotografias que consideramos estimulantes para iniciar um diálogo sobre o tema da autonomia.

As novelas de Lipman vêm com manual de atividades que são propostas de trabalho e sugestões de exploração do texto. Decidimos deixar apenas um anexo no final da novela com sugestões de questionamento que podem ser utilizadas pelo facilitador para explorar a novela. Ficam também algumas fotos que poderão ser utilizadas como estímulos. Mas fica sempre o facilitador com liberdade para trabalhar este tema como lhe parecer melhor.

O nosso trabalho está assim dividido em três partes sendo que a primeira trata da autonomia enquanto conceito político, a segunda fala de Lipman e da Filosofia para Crianças (FpC) e termina com a nossa novela, as perguntas e as fotografias-estímulo.

Capítulo I – Autonomia política enquanto conceito filosófico

É o ermo que as torna grandes? É a vida áspera e comezinha? Não há pior do que meter alguns homens dentro dum barco na solidão do mar. Ao fim de algum tempo detestam-se. Não têm que dizer uns aos outros, e detestam-se. Imaginem o que seria atirá-los para este rochedo e deixá-los sozinhos para sempre: ao fim de algum tempo matavam-se. A solidão é amarga – o homem um bruto. Quando Rousseau se entranha na floresta, procura e encontra o quadro dos primeiros tempos da humanidade e, comparando o homem natural com o homem artificial e mostrando no seu pretendido aperfeiçoamento a verdadeira origem de todas as suas misérias – "Insensatos – exclama – que vos queixais sem cessar da natureza, sabei que todos os males vêm de vós próprios!" – A natureza descarnada mete medo, a natureza só nos impele a actos horríveis de instinto. Ao contrário do que diz Rousseau, o que nós temos a fazer é arredar a natureza para confins ilimitados e tender para o homem ideal. Deus nos livre do homem descarnado, sós a sós com a sua tragédia, diante do acaso e do absurdo – do homem subjugado pelas necessidades elementares sobre a fraga no meio do mar, para dela extrair o necessário à vida, sem poder levantar a cabeça! Reconheço agora nestas figuras, escavacadas à enxó, outra expressão e leio-lhes nos olhos ânsia que eles não sabem interpretar... O preto, num meio ubérrimo, não foi condenado – este homem é que foi condenado à solidão e ao trabalho. Ora na vida o essencial não é o pão, é outra coisa sem a qual mais nos valia morrer. O essencial é o sonho que transforma o homem. Será então Chateaubriand que tem razão quando diz esta coisa horrível: – "É certo que ninguém pode gozar de todas as faculdades do espírito senão quando se desembaraça dos cuidados materiais da existência – o que só é possível nos países onde os ofícios e as ocupações materiais são exercidos por escravos" –? Toda a civilização é um produto de dor. Para manter a vida artificial, sem a qual não podemos passar, é preciso que muitos sofram. Já não concebemos a vida sem arte, sem livros de capa amarela, sem bodegas de teatro –até ao dia do terremoto universal. Mas era preciso perguntar aos desgraçados qual é a sua opinião, consultá-los e consultar a nossa própria consciência para saber se o progresso material se não tem feito à custa do progresso moral e espiritual...

O que na solidão os livra da natureza e do inferno é a religião. É ela que, além da vida monótona, da vida horrível, lhes mostra outra vida superior. É ela que os une e os salva.

As Ilhas Desconhecidas, Raul Brandão

Em 1926, Raul Brandão publicava *Ilhas Desconhecidas*. Havia relatos elogiosos da beleza das nove ilhas dos Açores que o autor então visitou. Mas havia também a amarga constatação do isolamento físico e psicológico de um povo que aparece quase como personagem mítica de um filme de ficção.

Hoje, quando falamos dos Açores, é difícil que alguém não saiba onde ficam e até quantas ilhas compõe o arquipélago. Parece impossível que, nos nossos dias, qualquer cidadão com uma cultura geral média, tenha dúvidas acerca da localização das ilhas atlânticas.

Em 1431 já Gonçalo Velho Cabral tinha chegado à ilha de Santa Maria. Mas as ilhas só deixaram de ser apenas geografia, há relativamente poucos anos. Desconhecidas, perdidas no meio do atlântico, dependentes de um poder central que usava das suas vantagens sem gerar contrapartidas, os Açores foram ilhas ignoradas durante séculos. Apesar disso, eram habitadas por gente resistente e corajosa, que não baixou os braços e sonhou, desde sempre, com a sua libertação.

A revolução de abril tornou realidade o sonho de muitos. Em 1975, os Açores conheceram os antecedentes políticos da autonomia regional e em 1976, na sequência de eleições democráticas, foi constituído o primeiro governo Regional.

O caminho não foi fácil. A Autonomia, consagrada no Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores é parte integrante da Constituição da República Portuguesa e confere às nossas ilhas o direito à diferença.

Há hoje nos Açores uma classe política e uma elite social que não conheceram o 25 de abril. Nasceram quando os Açores já tinham o estatuto político atual e desconhecem, portanto, o caminho que foi necessário trilhar para chegar aqui. Falta aos jovens de hoje quem lhes conte, como da boca das nossas avós, a história completa da luta por um estatuto diferenciador.

"Era uma vez…"

Na realidade, foi outro tempo. Foi um tempo de sonhos, de dúvidas e de luta, o tempo de definir princípios, de votar opções de grande responsabilidade. Sabíamos que o tempo nos iria trazer à luz as imperfeições, não tínhamos a certeza de nada a não ser da nossa

indomável vontade de transformar os Açores numa terra única, reconhecida como diferente, pela positiva.

Passados estes anos, quase já nem enxergamos onde está o começo, o grande arranque, mas sentimos, isso sim, que fizemos o caminho. Hoje, uma pesquisa no google já nos leva aos Açores como ilhas paradisíacas que atraem turistas do mundo inteiro, admiradas pela excelência das suas paisagens, mas também pela sustentabilidade e nível de vida. Naturalmente todos temos consciência de que este quadro bucólico enferma de imperfeições. Mas o açoriano não gosta que sejam os outros a dizê-lo. Gostamos que a crítica, ao bom estilo das famílias, seja feita em casa, por quem conhece da poda.

O nosso trabalho vai falar de autonomia. Desta e doutras. De autonomia enquanto conceito filosófico e conceito político, de autonomia como forma de liberdade e libertação.

1. Emergência do conceito

Se vamos falar de autonomia, interessa conhecer a etimologia da palavra. Assim, do ponto de vista etimológico, a palavra "autonomia" tem origem grega e é formada pelo substantivo *autos*, que significa "o mesmo", "ele mesmo", "por si mesmo"[1] e pela palavra *nomos* que significa "compartilhar", "instituição", "uso", "lei", "convenção", competência humana, "dar-se as suas próprias leis" e implica propriedade constitutiva da pessoa humana, na medida em que lhe cabe escolher as suas normas e valores, fazer projetos, tomar decisões e agir em consequência dessas escolhas[2].

Segundo a enciclopédia LOGOS, a autonomia consiste em ter leis próprias. Aplicada inicialmente aos povos e aos Estados, veio posteriormente a aplicar-se também aos indivíduos, ao conhecimento, às diversas ciências e às próprias realidades. Diz também a referida enciclopédia que a autonomia implica uma certa independência, em determinado campo. Haverá assim tantas autonomias – política, económica, artística, científica, etc. –

---

[1] Oscar Bloch e Walther von Wartburg, *Dictionaire Etymologique de la Langue Française*, 5.ª de. ver. aum. por Walther von Wartburg (Paris: Presses Universitaires de France, 1968). Citado em Marco Segre, Franklin Leopoldo e Silva, e Fermin R. Schramm, «O Contexto Histórico, Semântico e Filosófico do Princípio de Autonomia», *Revista Bioética* 6, n. 1 (4 de Novembro de 2009), http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/321.

[2] Mauro Ceruti e Ervin Lazlo, *Physis: Abitare la Terra*, trad. G. L. Bocchi e D. Garavini, Campi del Sapere (Milano: Feltrinelli, 1988). Citado em Segre, Silva, e Schramm, «O Contexto Histórico, Semântico e Filosófico do Princípio de Autonomia».

quantas as independências, sendo legitima ou não, consoante o forem essas independências.

Porém, o objetivo deste trabalho é claramente o de explorar e entender a autonomia no aspeto filosófico e político e é disso que vamos falar. Para este capítulo, segui de muito perto, o pensamento de Carlos Amaral na sua obra *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*.

A autonomia política regional anuncia um tipo de Estado em que a organização interna depende da comunidade e que só supõe ligação à soberania a nível externo.

Por outro lado, desconcentração, descentralização e autogoverno, são formas de implementação do poder por parte do Estado soberano:

> *Apesar de terem sido lançadas para a primeira linha do debate público apenas nos últimos anos, com a sua introdução no processo de construção europeia, a autonomia e a subsidiariedade não constituem uma qualquer invenção recente. Não são conceitos vazios de conteúdo, que possam aceitar as conceções que, artificialmente, o legislador positivo houver por bem atribuir-lhes. Pelo contrário, possuem raízes profundas na filosofia política ocidental e na doutrina social da igreja. Integram toda uma tradição civilizacional que tem os seus principais exponentes em Aristóteles, S. Tomás de Aquino, Althusius, e nas escolas peninsulares, dominicana e jesuíta, de Francisco Suarez, Frei João de S. Tomás, Mariana, Frei Bartolomeu de Las Casas, Belarmino, Vitória… Homens que ofereceram à humanidade um riquíssimo legado que, apesar da obscuridade relativa a que tem sido votado, se mantem repleto de potencialidades, e que, portanto, urge explorar e trazer para a atualidade.*[3]

A soberania do Estado não supõe a centralização e a concentração de todo o poder nos órgãos centrais nem isso seria possível sem uma sobrecarga do aparelho estatal. Por isso mesmo a descentralização e a desconcentração são, na verdade, formas derivadas da centralização, constituindo-se como corretivos desta. Descentralizar e desconcentrar não retira qualquer poder aos órgãos centrais do Estado. Essas entidades são auxiliares do Estado e agentes servidores dos órgãos do Estado. Fenómenos de decentralização e desconcentração têm as suas origens nos séculos XII e XIII e vamos encontra-lo especialmente em França e Inglaterra. Em qualquer dos casos, o poder está sempre intacto nas

---

[3] Carlos Eduardo Pacheco Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias: Regionalismo, Subsidiariedade e Autonomia Para uma Nova Ideia de Estado* (Edições Afrontamento, 1998), 325.

mãos do Estado, mesmo sendo dada, em França, por exemplo, a autorização para a conservação da cultura e dos costumes das instituições tradicionais, mas tutelando o preenchimento de cargos importantes com nomeação de pessoas da confiança do Estado. Assim, dava-se a ideia da manutenção de poderes e liberdades que, em boa verdade, nunca deixaram de estar sob a alçada do Estado.

Na Inglaterra, o autogoverno mais não é do que uma forma de administração indireta do Estado e a Coroa reduz à unidade as liberdades e os poderes locais originários, chamando a si as estruturas locais de poder com base no princípio anglo saxónico do direito de nomeação dos funcionários, xerifes, juízes de paz, etc. Assim sendo, o autogoverno afirma-se como a variante inglesa da desconcentração. O Estado só ganha com a descentralização porque, desta forma, releva tarefas sem perda da sua unicidade de direção política. São estruturas subalternas que existem sob controlo e tutela do Estado.

Estamos perante uma forma de reforço do poder central através da competência delegada, mas devidamente tutelada. Os órgãos centrais do governo ficam aliviados de grande parte da carga administrativa, mas têm a garantia do monopólio do poder político e do cumprimento das regras que vier a adotar.

Há, porém, diferenças entre desconcentração e descentralização, a saber:

A descentralização exige o reconhecimento da personalidade especifica da unidade territorial e assume que, em relação a ela, existem características que a individualizam, justificando a existência de órgãos descentralizados. São-lhe reconhecidos direitos de eleição democrática de órgãos próprios de poder ontologicamente separados do centro e aos quais são atribuídos direitos sobre os interesses das comunidades locais.

A desconcentração e a descentralização integram o novo paradigma moderno do Estado. Constituem-se como mecanismos auxiliares de apoio do poder soberano; expressam-se na realização da vontade política alheia.

A autonomia é outra coisa. Ultrapassa o domínio autárquico e vai conduzir a um novo tipo de Estado integrando uma multiplicidade de centros de poder autónomo, já não para adaptar e executar orientações políticas defendidas pelo centro, mas capazes de definir orientações próprias e opções alternativas. A autonomia garante a existência de vontade própria e de tradução dessa vontade em normas jurídicas de valor idêntico ás do Estado

com direito à execução das mesmas. A autonomia é sobrenome de emancipação em relação ao Estado, de alargamento da visão autárquica que é apanágio da desconcentração.

A autonomia não tem um significado isento de confusões. Foi, e é, confundida com independência e soberania, com descentralização, como forma de lidar com formas alternativas à sujeição e à assimilação. A verdade é que o termo autonomia surge para caracterizar um tipo de poder político.

Para alguns o termo tem origem na antiga Pérsia. Esta tese é defendida por Richard N. Frye[4] e por Benjamim Akzin[5].

O conceito de autonomia começou por exprimir um tipo de integração e de organização política imperial que assentava, simultaneamente, no reconhecimento da individualidade e da identidade privativas das unidades que, no seu conjunto, constituíam o todo imperial, e no respeito e na salvaguarda das tradições, das liberdades e, até mesmo do regime político, administrativo e jurídico de cada uma delas.

Outros autores, como Norman Hammond[6], argumentam que o princípio da autonomia se encontra já em civilizações antigas como a chinesa, a grega, maia e suméria porque qualquer destas civilizações assentava já no reconhecimento da existência de variedades e entidades que vivam a sua identidade integrada de forma original e individualizada. A existência de liberdade de organização a nível interno e o facto de poderem participar na organização da definição da política externa da comunidade, são as duas vertentes da autonomia no mundo antigo.

Hipócrates refere no seu tratado *De aere, aquis et locis*, afirma que a autonomia "descreve em primeiro lugar […] a qualidade daquelas *poleis* gregas na Ásia Menor, as quais, apesar de viverem na sombra de um poder superior que potencialmente ameaça a sua

---

[4] Richard N. Frye, *A Herança Persa*, trad. Anabela Nunes e Carlos Alberto Nunes, História das civilizações 4 (Lisboa: Arcádia, 1972), 264 e seguintes. Citado em Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 218.

[5] Benjamin Akzin, *Estado y Nación*, trad. Ernesto de la Peña (Fondo de Cultura Económica, 1968), 165–83. Citado em Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 218.

[6] Norman Hammond, «Inside the Black Box: Defining Maya Polity», em *Classic Maya Political History: Hieroglyphic and Archaeological Evidence*, ed. T. Patrick Culbert e Patric T. Gilbert (Cambridge University Press, 1991), 252–58. Citado em Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 219.

existência, gozam ainda de um grau de autodeterminação e de independência"[7]. Este modelo pressupunha ainda a inserção numa comunidade política superior, mas que não a absorve nem lhe nega a identidade e um foro privativo de liberdades e competências.

É como instrumento de superação e conciliação de independências que vemos o conceito surgir associado a tratados de desmilitarização e garantia de determinadas liberdades internas de *poleis* situadas em zonas de interesse e poder de grandes potências.

O conceito de autonomia emerge de uma *polis* e pressupõe a existência de um *hegemon* ou poder hegemónico, capaz de assegurar aquilo que aquela comunidade não era capaz de fazer sozinha, concretamente a nível das liberdades internas e relações externas. O imperialismo surge assim com a substituição das funções do *hegemon* pela *arkhe* do poder tirânico e consequente redução das entidades autónomas à condição de súbditos, de *hypekooi* que nada podem fazer contra a tirania do Estado. É neste contexto que nos aparece o conceito de autonomia associado ao desenvolvimento de Ligas reunindo várias *poleis* gregas afim de fazer face a inimigos comuns. Primeiro, nos séculos VII e VI a.C quando a Grécia sofria o perigo da dominação lídia ou persa e depois sob a liderança de uma das grandes *poleis* gregas, nomeadamente Esparta e Atenas sempre que o poder de outra ultrapassava as capacidades individuais exigindo os recursos e o esforço de todos.

Em ambos os casos, o objetivo da Liga, da *symmahkoi*, era a política externa e a defesa comuns. O conceito de autonomia pretende ser a nova condição política dos aliados, dos *symmakhoi*, agrupados numa comunidade política, criada pela sua reunião. Assim sendo, os aliados permaneciam livres a nível interno e constituíam-se como parceiros a nível externo. Esparta e Atenas lideraram duas Ligas com os seus nomes. Traziam para a *symmakhia* a sua condição de autoindependência sendo que a autonomia dos aliados já não dependia de cada um deles de modo individual, mas era garantida pelo poder coletivo da nova entidade e de todos os *symmaikhoi* reunidos em torno dela. Quer Esparta quer Atenas traziam para as respetivas ligas as suas características de liberdade e independência. Era na Liga que se definiam os poderes da autonomia e era nela que esses poderes eram assegurados. A nível interno, cada *polis* mantinha as suas características próprias definidoras da sua personalidade singular a nível cultural e social.

---

[7] Martin Ostwald, *Autonomia, Its Genesis and Early History* (Oxford, Nova Iorque: Oxford University Press, 1982), 12. Citado por Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 221.

Nesta fase, vale a pena referenciar a "Carta de Autonomia" dos Aliados referida por Jaqueline de Romilly[8], nos termos da qual, a autonomia das *poleis* aliadas era incompatível com quaisquer interferências ou imposições provenientes do exterior, máxime do poder hegemónico de Atenas. Aliás, a autonomia é ali defendida como "a faculdade de escolher de livre vontade o seu regime político". A *polis* autónoma esclarece "não receberá nem governo, nem representante de outra cidade, nem guarnição estrangeira, […], não pagará tributo (que será substituído pelas políticas da Liga ou contribuições fixadas de comum acordo) e em parte alguma terá colonatos*"*.

Gustave Glotz[9] referindo-se à Liga ateniense especifica que o poder de Atenas, enquanto potência hegemónica e liderante residia essencialmente na direção da política externa, no comando do exército federal e na livre disposição da armada composta, quase exclusivamente, de navios atenienses. Em tudo o mais, era o Sinédrio dos Aliados que cumpria a definição das políticas da Liga. No Sinédrio, estavam todos em situação de absoluta igualdade e as decisões eram tomadas por maioria simples.

O *logos* é aquilo que eleva o homem acima dos outros animais, aquilo que lhe permite fazer escolhas, que lhe permite acabar a obra inacabada. O logos vive na essência do homem e é aquilo que o diferencia, o que faz dele um ser social e político que sente, pensa, argumenta e escolhe. Por tudo isto, o homem é, por definição um *zoon politikon*, como afirma repetidamente Aristóteles na *Ética* e na *Política* – um animal cujo ser reclama, para a sua própria definição, o contato e o convívio com os outros. É, pois na *polis* e no contato com os outros que o homem se realiza. No casamento, na procriação e na família, encontra o expoente máximo da sua felicidade. Mas a aproximação entre homem e mulher não se dá de forma arbitrária nem apenas com a intenção de procriar. Conforme argumenta Aristóteles na *Ética a Nicómaco*[10], "os seres humanos coabitam não só com vista à procriação e à criação dos filhos, mas para garantir as necessidades da vida". Conforme Tomás de Aquino havia observado nos comentários à *Ética* e à *Política* de Aristóteles, mais do que uma unidade civil e artificial, para o Estagirita, a família constitui uma

---

[8] Jacqueline de Romilly, *La Grèce Antique à la Découverte de la Liberté* (Paris: Editions de Fallois, 1989), 101. Citado por Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 226.

[9] Gustave Glotz, *La Cité Grecque* (La Renaissance du livre, 1928), 322–30. Citado por Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 226.

[10] Aristóteles, *The Ethics of Aristotle, The Nicomachean Ethics*, trad. J. A. K. Thomson (Nova Iorque, Nova Iorque, EUA: Penguin Books, 1980), 280. Citado por Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 236.

unidade ontológica. Aristóteles vê a família como uma unidade em que cada elemento é dono da sua individualidade, mas que juntos se transformam num todo. Para Constantin Despotopulos[11], uma vez instituída, a família impunha-se como entidade para toda a vida a que não se pode renunciar, e que, uma vez instituída, não se pode dissolver, e o casamento surja, não como um contrato positivo mas como *consortium omnis vitae.*

Na caracterização tomista da perspetiva aristotélica, a família apresenta-se como "nada mais do que uma sociedade instituída de acordo com a natureza para a vida de todos os dias, isto é, para as atuações que têm de ser executadas diariamente"[12].

Acontece que a família não se mostra suficiente para que cada um encontre apenas no seu seio, o seu *telos*, a sua felicidade. Por isso é que a determinado momento as famílias começam a agregar-se. Não perdem a individualidade que as caracteriza, mas passam a fazer parte de uma célula maior, a aldeia, pensada aqui como um conjunto de cidadãos e de famílias. O paradigma aristotélico pressupõe a existência de relações de poder exclusivas da família e muito diferentes do poder político. Reconhece o poder do *logos* nos filhos e nas mulheres, mas apenas em potência nos primeiros e de uma forma imperfeita nas segundas.

A aldeia emerge como necessidade da vida civilizada. Para Aristóteles, é na *polis* que o ser humano se realiza.

Deste modo, a *polis* aristotélica emerge teleologicamente como espaço de liberdade e não de especialização de funções, essencial ao homem[13] e responsável pela garantia das condições propiciadoras do bem comum, da felicidade de todos e da vida de acordo com a virtude. É, ao mesmo tempo, produto da progressão natural do homem e o ambiente em

---

[11] Constantin Despotopoulos, *Aristote sur la Famille et la Justice*, Cahiers de Philosophie Ancienne 1 (Bruxelas, Bélgica: Ousia, 1983), 11 e seguintes. Citado por Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 238.

[12] São Tomás de Aquino, «Commentary on the Ethics», em *Medieval Political Philosophy: A Sourcebook*, ed. Ralph Lerner e Muhsin Mahdi (Ítaca, Nova Iorque, EUA: Cornell University Press, 1995), 306. Citado por Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 238.

[13] Rémi Brague, *Aristote et la Question du Monde: Essai sur le Contexte Cosmologique et Anthropologique de l'Ontologie*, 1.ª ed., Epiméthée (Paris, França: Presses Universitaires de France, 1988), 268. Citado em Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 240.

que o progresso se realiza — uma vez que é apenas no seu contexto que a natureza humana se pode desenvolver e encontrar a sua plenitude[14].

Para Aristóteles, a *polis* é um fim e um meio, uma unidade na multiplicidade, é um meio de integração, é lugar de potenciação do *telos*, é um organismo que se desenvolve a partir da família da aldeia e de todos os seus membros. Os membros da *polis* não se unem apenas por viverem na mesma comunidade, mas porque é no seio dessa mesma comunidade que encontram a sua realização como seres humanos. É uma parceria de seres humanos em busca da felicidade e do sucesso através de uma ligação comunitária dentro da *polis*.

O Estado não pode ser entendido como uma comunidade de cidadãos, mas como uma comunidade e comunidades envolvendo pressupostos políticos, sociais, religiosos, etc. Aqui, a autonomia refere-se então à condição interna de autogoverno de cada uma das comunidades menores e à condição externa destas de integração numa comunidade de inter-relacionamentos.

Francesco Calasso escreve: "A primeira intuição do conceito de autonomia [é de que se trata de] um princípio de vida"[15]. O princípio da subsidiariedade é o corolário e o complemente natural do princípio da autonomia – refere Carlos Amaral. O mesmo autor adianta que "é apenas no século passado e no quadro do desenvolvimento da doutrina social da Igreja Católica que, a partir do paradigma político aristotélico e das transformações que lhe foram introduzidas, particularmente por S. Tomás de Aquino, se asiste ao seu ressurgimento positivo e à fixação do seu significado"[16].

O ponto de partida da filosofia de S. Tomás de Aquino é a conceção aristotélica da individualidade do homem. Para S. Tomás o social reclama o político. A convivência social exige um poder que a organize; uma hierarquia que lhe forneça uma estrutura e

---

[14] Stephen Everson, «Aristotle on the Foundations of the State», *Political Studies* 36, n. 1 (1988): 95 e seguintes, https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.1988.tb00218.x. Citado por Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 240.

[15] Francesco Calasso, «Autonomia a) premessa storica», em *Enciclopedia del Diritto* (Milão, Itália: Giuffrè, 1959), 351–52. Citado por Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 263.

[16] Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 267.

uma distribuição de poder capaz de guiar essa mesma sociedade e de a conduzir para o fim que a caracteriza[17].

A condição social e política acompanha o homem desde o paraíso. Foi Deus que criou a mulher por sentir que o homem não estava bem sozinho nem podia realizar-se assim.

O poder político pode ser abordado segundo duas conceções. Na primeira conceção, e enquanto coerção e domínio do homem pelo homem, o poder é fruto do pecado (no paraíso não havia lugar para a escravidão). Contudo, já na segunda, entendido como direção e condução dos homens, é perspetivado como sendo de origem divina[18].

Para S. Tomás, nem mesmo uma comunidade perfeita é suficiente. É necessário que os bens materiais e espirituais que propicia, possam ser gozados sem receios nem ameaças, com tranquilidade e estabilidade[19]. Para Aristóteles, e enquanto comunidade perfeita, a *polis* representa o último patamar da organização social e política do homem. Já para S. Tomás, à comunidade autárquica falta a garantia de algo que a Idade Média aprendeu a apreciar melhor que qualquer outro período histórico: a Paz. Não a paz perspetivada como algo de abstrato, mas a paz entendida como algo de muito real e concreto, equiparada à saúde no corpo humano e condição de segurança, de tranquilidade e de ordem, perante a confusão e a instabilidade inerentes ao entrecruzamento da pluralidade de comunidades e de organizações que caracterizou o riquíssimo mosaico político e institucional da medievalidade[20].

No esquema tomista de organização política, é a expressão material de uma organização política que espelha as exigências da natureza. E essa paz, para S. Tomás, reflete-se na condição de uma comunidade política em que todas as unidades, da base ao topo desempenham as funções para as quais a natureza as vocacionou. "Assim como é a vida de um homem, assim o é também a paz num reino, e assim como a saúde não é outra coisa senão a moderação dos humores, assim existe paz quando cada qual conserva o seu

---

[17] São Tomás de Aquino, *Tratado de la Ley ; Tratado de la Justicia ; Opúsculo Sobre el Gobierno de los Príncipes*, trad. Carlos Ignacio González (Cidade do México, México: Editorial Porrúa, 1981), cap. I. Citado por Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 268.

[18] Santo Agostinho, *A Cidade de Deus*, trad. J. Dias Pereira, vol. 3, 3 vols. (Lisboa, Portugal: Divisão de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian, 1995), Livro XIX, Capítulo XV, p. 1923. Citado por Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 269.

[19] Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 274.

[20] Amaral, 274.

ordenamento próprio"[21]. Assim sendo, a organização política ideal supõe um conhecimento das várias unidades sociais e políticas que vão da família até à comunidade global tornando-se necessário um encadeamento harmónico entre elas para que cada uma possa efetivamente exercer as funções que lhe competem no cumprimento da sua finalidade e no serviço das comunidades que lhe estão na base.

Conforme explica S. Tomás, "da família exige-se o fornecimento das condições e dos bens suficientes para a nutrição, a geração os filhos e coisas semelhantes"; da cidade "o necessário para a vida"; e do reino "a defesa contra os inimigos"[22].

S. Tomás não acredita numa organização política sem paz e sem segurança. As comunidades políticas, para S. Tomás, qualquer que seja a sua amplitude, da família ao Estado, do Estado ao Império Universal, à "comunidade de todo o mundo", tudo são prolongamentos do homem[23].

Para S. Tomás o político não constitui um valor em si e por si mesmo e só é legitimo na medida em que concorre para essa tarefa de autoconstrução e de aperfeiçoamento do homem. O político é um servidor. O homem só pode alcançar a sua finalidade privativa e viver uma vida virtuosa no contexto social e político. O homem nasce com capacidade para se auto determinar e decidir sobre o seu destino, mas ele vai ser marcado pela sociedade em que vive, pelo ambiente que o rodeia e pelas unidades políticas onde se move socialmente, Porém, a par da sua finalidade social e política, o homem tem a sua espiritualidade, a sua relação com o sagrado, com as suas crenças e com a sua forma de viver o divino. Na sua esmagadora maioria, os homens não são ascetas, ou seja, não vivem apenas em estado contemplativo, alheados de todos os outros homens num encontro individual com a realização plena. Mas cada homem vive com as suas características com que foi dotado por Deus. Isso mostra que cada pessoa é um ser único e exclusivo e um ser integrado na sociedade multicultural e multifacetada em que vive. As sociedades não

---

[21] São Tomás de Aquino, *Comentários ao Evangelho de São Mateus*, capítulo 12. Citado a partir do "Estúdio preliminar" de Laureano Robles e Angel Chueca incluído em São Tomás de Aquino, *La Monarquia*, trad. Laureano Robles e Angel Chueca, Clásicos del Pensamiento 65 (Madrid, Espanha: Tecnos, 1989), XXXVI. Citado por Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 274–75.

[22] São Tomás de Aquino, *Tratado de la Ley ; Tratado de la Justicia ; Opúsculo Sobre el Gobierno de los Príncipes*, Livro I, Capítulo I, p. 259. Citado por Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 275.

[23] Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 275.

são uma soma de indivíduos, mas entidades que possuem uma dignidade ontológica privativa que lhes foi atribuída pela natureza. Essa dignidade vai além dos indivíduos que nela se integram e situa-se para além da vontade individual e coletiva. Para S. Tomás "cada comunidade política, encontra-se incumbida do dever de respeitar, fazer respeitar e potenciar, integralmente, a identidade decorrente da personalidade e das finalidades privativas de cada um dos elementos que aglutina – indivíduos, famílias, municípios, províncias, regiões, estados..."[24].

S. Tomás identifica teleologicamente três tipos de unidades sociais e políticas a saber: o bem próprio, individual, de cada um, o bem doméstico que é específico das famílias e o bem político que é aquele que pertence a cada comunidade política desde a província até ao império. S. Tomás esclarece que governar não é mais do que conduzir o governado para o fim conveniente.

S. Tomás afirma que "o bem próprio não pode existir sem o bem comum, da família, da cidade, do reino […] O homem, sendo parte da família e da cidade, deve considerar o bem que lhe convém, de acordo com o que é prudente relativamente ao bem do conjunto; com efeito, a boa disposição das partes prende-se com a sua relação com o todo"[25].

Para o doutor Angélico, a legitimidade do poder político afere-se por referência a dois critérios fundamentais: o seu exercício e a sua aquisição. O poder é legitimo quando exercido para o cumprimento da finalidade da comunidade a que se resposta, na garantia das condições e das necessidades que ditaram a sua constituição, uma vez que só nela, podem ser cabalmente asseguradas[26]. E em segundo lugar, para ser legitimo, o poder da comunidade superior, deverá respeitar escrupulosamente a autonomia das pessoas e das entidades sociais que integra, interferindo sobre o âmbito de ação que lhes é privativo apenas supletivamente, isto é, prestando auxílio na execução daquelas tarefas que não forem capazes de assegurar por si sós apesar de inerentes à sua finalidade especifica.

---

[24] Amaral, 279.

[25] São Tomás de Aquino, *Somme théologique, 3 (II-II)*, Œuvres de Saint Thomas d'Aquin (Paris, França: Les Éditions du CERF, 1996), Questão 47, artigo 10, p. 327. Citado por Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 281.

[26] Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 283.

2. Ressurgimento do conceito no século 20

Na Europa contemporânea a autonomia tem constituído sobretudo a matriz para a renovação estrutural do Estado enquanto sistema político-organizacional. E este, ocidental, nacional, liberal, capitalista e unitário, necessita de renovação estrutural, exatamente por se encontrar numa profunda crise, não sendo já capaz de garantir a execução das tarefas tradicionais. Para não falar das crescentes tarefas que nos domínios económicos e social, tendem a afogar a capacidade de ação do Estado de bem-estar. Ora, constituindo a nova Direita e a Nova Esquerda, respostas ideológicas à crise do Estado contemporâneo, a autonomia constitui resposta estrutural, europeia e ocidental, em contraposição simultaneamente a estas propostas ideológicas e às alternativas secessionistas por que se optou maioritariamente no terceiro mundo.[27]

As autonomias surgem sempre na sequência de grandes revoluções, internas ou internacionais: a das Aland na sequência da primeira guerra mundial; em Espanha, no contexto da segunda revolução republicana e da segunda restauração da monarquia, neste último caso com a queda do Franquismo e a transição para a democracia; em Itália, no quadro da restauração do Estado após o fascismo e a Segunda Guerra Mundial; e em Portugal, no contexto da revolução de 1974, que marcou a transição para a democracia.[28]

Não sendo em si Estado, a Região é também Estado, porque parcela do Estado. Assim, se os órgãos do poder da Região não são os órgãos do Estado, não deixam por isso de ser órgãos do Estado. E o mesmo se aplica aos órgãos do nível central do governo do Estado. Já Hans Kelsen havia lembrado que, constituindo a Região parte do Estado, também os seus órgãos são órgãos do Estado, cujas legitimidade e competências derivam diretamente da constituição enquanto normas *normarum*. São órgãos do Estado, pois que "é impossível que o órgão da parte não o seja também do todo"[29].

---

[27] Amaral, 305.
[28] Amaral, 307.
[29] Hans Kelsen, *Teoría General del Estado*, trad. Luis Legaz Lacambra (México: Editora Nacional, 1979), 252. Citado por Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 311.

Finalmente somos levados à última grande característica do autonomismo europeu e contemporâneo: a cooperação e a participação. Neste contexto, a autonomia regional encontra expressão positiva na cooperação dos órgãos de poder central com os órgãos do poder regional e na coparticipação de ambos.[30]

Na Europa Ocidental, e no quadro do sistema estatal de organização política, os sujeitos da autonomia são as regiões. Não aquelas que, a exemplo do quadro da regionalização, são definidas e impostas sobre o país racional ou artificialmente pelos órgãos de poder central e soberano do Estado, mas aquelas que, material e espontaneamente, o país evidencia.[31]

No quadro do paradigma da modernidade, o Estado soberano apresenta-se como o alfa e o ómega, o principio criador e o fim a que se destinam todos aqueles que nele se encontram, Por isso é que as clivagens que reconhece no seu seio nunca ultrapassam a condição acidental, logo, estritamente administrativa, e mais não são do que atos da sua própria vontade. As regiões que eventualmente integra decorrem do consenso conjuntural que se venha a assegurar no seio dos seus órgãos de poder e no quadro dos mecanismos de tomada de decisão que lhes são específicos.

O paradigma autonómico que apresentamos, contudo, insere-se num contexto de significação diferente. Por um lado, é no quadro dos órgãos de poder do Estado que se procede, quer à criação jurídica das Regiões, quer à sua dotação de autonomia política. Em regra, na própria Constituição do Estado. Mas, por outro lado, esta atividade dos órgãos do poder central do Estado não é arbitrária, nem assenta sobre um vazio irracional e abstrato. Pelo contrário, encontra-se substancialmente vinculada à realidade material que o corpo social lhe oferece. De tal modo que, ao criar uma Região, o Estado mais não faz do que imprimir forma jurídica a uma realidade individuada que se lhe impõe; e ao atribuir-lhe autonomia política, fornece-lhe conteúdo, correspondendo à individualidade e à vontade dessa mesma realidade social de base. É apenas neste contexto que é legitimo afirmar que o Estado Espanhol criou a Catalunha na Constituinte de 1976, ou o italiano a Sicília após a segunda guerra mundial, e o português os Açores e a Madeira em 1975.[32]

---

[30] Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 311.
[31] Amaral, 313.
[32] Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*. Pag 313 e 314

A autonomia Regional dos Açores e da Madeira não se apresenta como uma concessão arbitrária ou artificial da Constituinte de 1975, mas antes, constitui resposta à individualidade real destas parcelas do Estado português e às "históricas aspirações autonomistas" das respetivas populações, conforme se pode ler no texto da Constituição da República Portuguesa, no número 1 do artigo 225.[33]

Os sujeitos da autonomia são as regiões e é espontânea essa necessidade de diferenciação por conta daquilo que é a história, a tradição e a forma particular de viver e sentir o seu território. Para esse tipo de Regiões que se sentem capazes de conduzir os seus destinos, a autonomia tem carácter de urgência. A frase de Nemésio que diz que, nos Açores, a geografia "vale outro tanto como a história" define esta diferença avassaladora entre os Açores e as Regiões continentais porque afirma a nossa diferença essencial, afirma a insularidade como fator de diferenciação incontestável e eleva a nossa vontade a um nível impossível de contestar. Nove ilhas são nove territórios descontínuos. Ligados pelo indizível fio de memórias de vulcões e terramotos. Há um fio condutor que nos liga a um mesmo princípio: séculos de história, emigração, baleação e muita coragem. A autonomia dos Açores é um ato de justiça para com um povo que tem uma história tão sua que só sua pode ser a responsabilidade da condução dos seus sonhos.

Por tudo isso, é que a autonomia não constitui uma questão regional, mas uma questão de Estado, afirmando-se, a par da subsidiariedade, como princípio arquitetural de renovação da construção de um paradigma político-organizacional em emergência no ocidente, um novo tipo de Estado: o Estado Regional das autonomias.[34]

Os tempos são de mudanças de paradigma e o poder político não conseguiu fugir desta intrincada teia de surgimento de novas formas de afirmação política. Há uma crise de soberania e um imenso cansaço das populações relativamente à democracia como ela está a ser materializada. Há desconfiança relativamente ao atual modelo de Estado soberano. Segundo Jurgen Habermas, o momento atual, afigura-se comparável àquele em que se verificou a transição de paradigma de organização política medieval para a modernidade. "O novo começo que marcou a rutura entre o mundo da modernidade e os mundos da Antiguidade e da Idade Média crista…. repete-se, por assim dizer, em cada momento contemporâneo que reconduz sem cessar a uma rutura com o passado para obter uma

---

[33] Amaral, 314.
[34] Amaral, 317.

renovação contínua. [… de tal modo que, continua.] a contemporaneidade autêntica é sobretudo o local onde se entrecruzam simultaneamente tradições e inovações."[35]

O ser humano só consegue a sua autorrealização num modelo de autonomia. A ideologia regionalista está impregnada de conceções éticas.

> *Profundamente impregnada do padrão aristotélico, tomista e liberal de personalidade e de cidadania no âmago dos seus princípios estruturantes encontramos a pessoa e a defesa da sua autorrealização. Ora, a pessoa entendida teleologicamente — tanto na vertente transcendental como na vertente material— apenas em autonomia é capaz de assegurar a sua autorrealização. É pela sua capacidade interna e pela disponibilidade externa das condições adequadas ao cumprimento das tarefas inerentes à condição de cidadão autónomo que, por um lado, e tanto quanto possível, a pessoa assume o controlo do seu destino e se transforma em agente responsável pela sua própria autoconstrução e desenvolvimento. E, por outro lado, é na razão em que a pessoa participa ativamente nos processos e mecanismos de tomada de decisão da pluralidade de comunidades em que se insere e imprime significado à sua vida, que os ideais éticos de personalidade e de autonomia, podem encontrar execução material.*[36]

A expressão é de Piero Bassetti[37]. Em sentido semelhante, veja-se ainda George Liet-Veaux[38].

…a autonomia e a subsidiariedade, longe de serem uma ameaça, constituem mesmo instrumentos de garantia da unidade do Estado[39].

— Entendido não já à maneira da modernidade como um "grande Leviatã", senhor soberano, omnipotente e omnipresente, mas sim enquanto articulação plural e subsidiária, potenciador e garante da dignidade das entidades que integra: o Estado Regional ou das autonomias[40].

---

[35] Jürgen Habermas, *Écrits Politiques: Culture, Droit, Histoire* (Paris, França: Cerf, 1990), 105–6.
[36] Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 323.
[37] Piero Bassetti, *La Regione, Vera Riforma dello Stato* (Florença, Itália: Libreria Editrice Fiorentina, 1971), 7.
[38] Georges Liet-Veaux, *Le Régionalisme Constitutionnel* (Paris, França: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1943), 61–64.
[39] José Juan González Encinar, *El Estado Unitario-Federal: La Autonomía como Principio Estructural del Estado*, 1985.
[40] Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*, 325.

3. Ressurgimento do estatismo soberanista

O nosso trabalho tem como específico trabalhar o fenómeno da autonomia dos Açores numa perspetiva que permita uma re-discussão da forma como os Açores se afirmaram como Região Autónoma e da forma como hoje, essa autonomia se exerce e se vive em cada uma das nove parcelas do arquipélago.

Os Açores enquanto território físico são muito velhos. As ilhas têm milhões de anos. Do ponto de vista da história e da geografia humana, a Região é muito mais recente tendo pouco mais de meio século, emergindo a partir do povoamento português mandado desencadear pelo rei D. Afonso Henriques. Para uma apresentação sinóptica da formação geológica do arquipélago, ver Zilda França et al., *Geologia dos Açores: Uma Perspetiva Actual*[41].

Finalmente há que dizer que, em termos políticos, os Açores têm menos de meio século. Neste momento, terão à volta de 43 anos. Assim, pode dizer-se que foi o povoamento português que trouxe as ilhas para a história. Portugal usou as ilhas de forma direta e indireta, aproveitando a sua situação estratégica no meio de um oceano imenso para, concedendo facilidades a povos estrangeiros receber como moeda de troca apoio político e militar ou pura e simplesmente dinheiro e equipamento militar.

Ao longo dos seus cinco séculos de história, as ilhas foram assim, e com naturalidade, relegadas para uma condição de heteronomia, nos termos da qual, o valor de cada uma decorria, não dela própria mas da utilidade que assumia para o nosso país e do proveito que o governo português podia dela colher — de forma direta, enquanto deteve poder suficiente para o efeito, ou de forma indireta quando, degradando-se o seu posicionamento no sistema internacional, Portugal deixou de ter condições para rentabilizar , ele mesmo, os instrumentos de poder em que as ilhas se traduzem devido à sua localização geoestratégica – contexto em que passou a contratualizar a cedência de parcelas dos Açores a terceiros, a troco das contrapartidas que era capaz de lhes exigir. Apetrechamento das naus de quinhentos das rotas da Índia e das Américas com água fresca e víveres, fornecimento de carvão para os motores dos barcos a vapor, estações de apoio para a luta anti-submarina, posto de reabastecimento para o acesso dos norte americanos à Europa,

[41] Zilda França et al., «Geologia dos Açores: Uma perspectiva actual», *Açoreana* 10, n. 1 (2005).

ao norte de África e ao Médio Oriente, posto de amarra de cabos submarinos, estacoes de monitorização atmosférica e climática, eis algumas das funções históricas desempenhadas pelos Açores ao serviço do nosso país.[42]

Tal como ao longo de milénios a existência geológica dos Açores não conheceu tradição histórica, também ao longo do último meio século existência histórica do arquipélago não conheceu tradução política. E pelas mesmas razoes. Ao longo dos séculos, desde o povoamento de quinhentos até â revolução de abril, as ilhas conheceram a organização política e administrativa que lhes foi imposta por Lisboa com vista ao melhor cumprimento dos interesses nacionais. Tanto assim que, durante todo esse período, Açores permaneceu um conceito estritamente geográfico e sem a menor projeção social e política.

Foi nos finais do século XIX, no quadro do movimento autonomista que então emergiu, que se começou a assistir ao surgimento, entre os açorianos, de propostas de "confraternidade açoriana" e de apelos a patamares mínimos de unidade entre os ilhéus. A tais reivindicações, Lisboa viria a responder com a conhecida organização do arquipélago em distritos, habitualmente apelidados de autónomos, para os quais transferiu um leque reduzido de competências administrativas, isto é, de execução local, através de órgãos de governo próprio, as Juntas Gerais, de políticas adotadas a nível central. Pelo carácter artificial de que se revestiam, estes distritos constituíram travão eficaz à unidade social e política do arquipélago.[43]

Os Açores só são reconhecidos com identidade própria a partir da revolução de abril. São imediatamente extintos os três distritos e unificadas as nove ilhas. É então percorrido um caminho longo de discussão e negociação, mas as ilhas ficam consideradas uma unidade administrativa e política e reconhecidas como senhoras do seu destino como um todo reconhecido a nível nacional na Constituição Portuguesa. Aos Açores passam a corresponder órgãos de governo próprio e poderes legislativo e executivo com base na vontade dos açorianos que são, desde aí, democraticamente chamados a eleger aqueles que conduzem o destino político nas nove ilhas. Há assim poderes que são transferidos da Assembleia da República e do Governo da República para a Região. A autonomia foi então perspetivada como uma subespécie da soberania ou uma soberania incompleta e a

---

[42] Carlos Eduardo Pacheco Amaral, «A construção da Região Autónoma Açores – Federalismo, unitarismo e unidade», em *Federalismo em Tempos de Renacionalização*, ed. Carlos Eduardo Pacheco Amaral, 1.ª ed., Colecção Estudos Sobre a Europa (Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2019), 275–84.

[43] Amaral.

Região como uma subespécie de nação. Existe na legislação espaço para a especificidade da Região em numerosas áreas, mas, ainda assim, a Região partilha algumas das características do Estado nação embora não de todas.[44]

O "contrato social" é um instrumento de construção social e política. Isso exige que cada uma das partes do contrato abdique do seu poder em favor da terceira pessoa. Ficamos assim com duas entidades: uma transformada em tábua rasa e uma terceira dotada de todo o poder e que se constitui como soberana. E será dessa terceira pessoa que vai surgir o grande Leviatã. Ficam assim reunidas as condições para a criação de uma comunidade de iguais pelo preenchimento do conjunto vazio com uma língua, uma identidade e um mesmo corpo de direito.[45]

Com vista à construção da autonomia regional, "também a construção da Região Autónoma dos Açores exigiu a transformação de micaelenses, jorgenses e terceirenses em açorianos. Isto é, recorreu-se à celebração de um contrato social regional através do qual se procederia como que à fusão das nove ilhas originais do arquipélago numa só— "a minha ilha é os Açores" conforme viria a ser proposto expressamente, se bem que apenas de forma parcial ou incompleta. Tanto assim que, em vez de se impor por inteiro às identidades de ilha, a nova identidade regional açoriana se viu forçada a conviver com a pluralidade de identidades de cada uma das nove ilhas. E, por outro lado, o carácter parcelar do contrato celebrado acabaria por produzir como resultado, uma identidade regional particularmente frágil, uma "flor-de-estufa" como já foi apelidada.[46]

Não há dúvida que o momento da consagração da autonomia regional corresponde a um tempo de sonhos em realização cuja importância foi inquestionável. Aparentemente tudo poderia ter ficado resolvida aqui se a Região tivesse abdicado do unitarismo político que era a matriz política do Estado de onde se queria desacorrentar. Infelizmente não foi assim. A única conquista que não perdemos foi a de cada ilha eleger os seus representantes, num mínimo de dois deputados por círculo eleitoral independentemente da sua dimensão territorial, demográfica ou económica. De resto, a autonomia está em risco e os Açores são hoje uma Região que não logrou fugir da dependência nem soube unir-se

---

[44] Amaral.
[45] Amaral.
[46] Amaral.

dentro das suas fronteiras territoriais como se fosse, efetivamente, um todo. Sem um círculo eleitoral para a Europa, logo, sem representação própria no parlamente europeu, a voz dos Açores fala cada vez mais baixo. Os partidos políticos com assento parlamentar não foram capazes de dar a volta por cima à nossa dificuldade de pensar no todo e, a cada nova eleição, mais se sente o peso do situacionismo, do bairrismo, da visão "instalada" de políticos de carreira que estão no poder desde o inicio deste processo com todas as consequências que isso tem na modernização e evolução tao necessárias para correção de desigualdades em territórios descontínuos como são as nossas ilhas. Os Açores vivem agora ancorados num turismo sazonal intenso que fez das ilhas um destino da moda sem terem a certeza da sua sustentabilidade porque não obedeceu a um planeamento criterioso. A companhia aérea da Região falece diariamente sob o peso das dividas que não consegue pagar enquanto se vive na ilusão de não deixar cair os ideais que nos levaram a uma autonomia que não entendemos mais.

Os estudiosos da autonomia, atentos ao evoluir desta situação cujo final se desconhece, retomam agora uma nova discussão que faz muito sentido dentro do contexto descrito: a tradição federal. Do mesmo modo que a tradição federal – que se prolonga pelo menos até Aristóteles – se recomenda para a reconfiguração dos nossos já velhos Estados-soberanos, também se recomenda para a reconfiguração da autonomia regional. E precisamente pelas mesmas razoes. Por isso é que não se afigura coerente sequer, constituindo, antes, uma autêntica contradição conceptual, negar, a nível interno, às nossas ilhas, aquilo de que nos reclamamos, e bem, a nível externo. Por um lado, o reconhecimento da nossa existência enquanto entidade social e política, e por outro, a autonomia para a vivência e concretização dessa mesma individualidade e identidade específica.[47]

Aristóteles na sua "Ontologia" faz referência a unidades absolutamente unas como sendo aquelas que não conhecem partes. A autonomia construída nos Açores constitui uma unidade política desse tipo[48]. Porém o Estagirita admite a existência de outro tipo de unidades em nada inferiores às primeiras onde há articulação entre as partes para a formação do todo. Admite ainda que "…também a comunidade política, a *polis*, é uma unidade, um todo que conhece partes, a saber, os cidadãos, as famílias e as aldeias que se

---

[47] Amaral, *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias*.
[48] Amaral, «A construção da Região Autónoma Açores – Federalismo, unitarismo e unidade».

conjugam entre si para a disponibilização das condições que permitam cada um viver bem, a vida boa, que merece ser vivida…".

Recorrendo a uma linguagem mais próxima de nós, diria que, para Aristóteles, a *polis* decorre da associação de pessoas em famílias, de famílias em aldeias e, por fim, de aldeias. Não de uma associação qualquer, mas de uma associação subsidiária. Por outras palavras, de uma federação. Para Aristóteles e para toda a riquíssima tradição ocidental que nele se enraíza.

"Federar não é dividir nem enfraquecer. Mas, pelo contrário, unir e robustecer.

…a refundação que se exige da autonomia açoriana passa pela reconfiguração da Região, precisamente como uma federação das suas nove ilhas. Uma federação subsidiaria nos termos da qual importa transpor para o nível interno, para o encadeamento das ilhas, o mesmo princípio de autonomia de que, como um todo, a Região se reclama face ao Estado português e à União Europeia. Só assim se poderá travar o duplo espectro que se abate sobre os Açores e a autonomia açoriana: de transposição para a Região das manifestações mais virulentas do centralismo, contra as quais historicamente os açorianos se bateram, e correlativamente, de quase total concentração populacional e de vida económica, social e cultural na megapolis, à escala regional, de Ponta Delgada, ou melhor, no triangulo Ponta Delgada – Lagoa – Ribeira Grande, a expensas naturalmente das demais ilhas do arquipélago e dos demais municípios micaelenses…"[49]

O Núcleo Cultural da Horta publicou aquando dos 40 anos de autonomia um volume de artigos das grandes figuras ligadas ao processo autonómico. Das intervenções dessas individualidades ressalta, por um lado, a importância inquestionável do processo autonómico e as virtualidades da autonomia regional, mas também perpassam preocupações várias relativamente a questões já abordadas no nosso trabalho, mas também ao desinteresse que a vida política regional já evidencia nomeadamente no abstencionismo crescente que mostra claramente desinteresse pela atividade política na Região.

4. Conclusão

Parece claro que os Açores não são um lugar qualquer. Os Açores serão uma unidade territorial, mas são, seguramente, nove unidades do ponto de vista cultural, histórico e

[49] Amaral.

geográfico. Conhecer e sentir os Açores é conhecer as nove ilhas, penetrar em cada uma delas e no muito que temos a aprender com as nossas gentes para compreender a complexidade do processo autonómico.

O governo regional dos Açores decide no Faial, na sede da Assembleia Legislativa Regional e faz cumprir em S. Miguel, sede do poder executivo. Pelo meio, numa tentativa de distribuição equitativa do poder, foram colocadas Secretarias Regionais nas ilhas grandes e chefes de serviços nas ilhas pequenas. A máquina burocrática da Região é extremamente dispendiosa e não está a servir convenientemente as ilhas pequenas. Não basta construir portos e aeroportos. É preciso pensar quanto custa viver em S. Miguel ou nas Flores, no Pico ou em Santa Maria. E resolver as disparidades.

Os Açores de hoje são nove realidades distintas, repito.

O nosso objetivo é, claramente, o de levar à escola, aos adolescentes que serão os futuros governantes dos Açores, a possibilidade de discutirem este assunto de forma democrática e livre, refletindo sobre os imponderáveis de viver em ilhas onde a açorianidade tem um peso particular.

De Natália Correia e Antero de Quental a Vitorino Nemésio, os Açores estão na literatura mundial como a expressão máxima de uma identidade muito particular. A literatura açoriana remete-nos para variadíssimos nomes que têm levado os Açores ao resto do mundo: Onésimo Teotónio de Almeida, João de Melo, Urbano Bettencourt, Álamo de Oliveira, Pedro da Silveira. Para citar apenas alguns dos muitos que falaram dos Açores ao mundo e transformaram os Açores no lugar apetecível que aparece hoje nos primeiros lugares nos rankings de paraísos na terra.

Capítulo II – Proposta pioneira de Lipmann

Segundo Walter Kohan, a relação entre a filosofia e a infância não é nova[50]. Heráclito no século V a.C. e a literatura grega referem-se à infância de forma positiva, como dotada de capacidade para se situar na luta e frente ao adversário. Na literatura grega é mesmo atribuído poder à infância. Repare-se que Ciro foi eleito rei com apenas dez anos de idade.

Existem, no entanto, muitos sinais contrários:

> *Platão compara a fraqueza de um Ateniense frente à fortaleza de um Espartano com a fraqueza de uma criança frente à fortaleza de um adulto. Platão coloca as crianças junto às mulheres, aos escravos e aos animais (Platão, República IV, 431c; 441a-b; Teeteto 171e) e Aristóteles as agrupa junto aos bêbedos, doidos, doentes e fracos (Ética a Nicómaco VII, 14, 1154b10; Ética a Eudemo I 1214b30; VII, 1238a33; Política VII, 1, 1323a33) e diz que ninguém gostaria de viver com a inteligência de uma criança (Ética a Nicómaco X, 3, 1174a1-2) nem voltar à infância uma vez que saiu dela (Ética a Eudemo I, 1215b24).*[51]

Existem, no entanto, sinais contrários e, a partir do século XVI a imagem da criança é tratada com benevolência. Há mesmo autores, como Michel de Montaigne, que reforçam a necessidade de desenvolver um pensamento autónomo na criança através da educação lúdica.

Levar a filosofia à infância foi a tentativa pioneira de Lipman e a história desse movimento não tem ainda meio século. Mathew Lipmann foi o obreiro dessa tentativa. Trabalhou em parceria com Ann M. Sharp. Juntos conceberam, não apenas um método, mas uma metodologia completa para levar a filosofia às escolas e às crianças, O intuito era também o de reformar o sistema educacional dando aos alunos novas ferramentas no sentido de potenciar a capacidade de pensarem por si mesmos.

---

[50] Walter Omar Kohan, *Filosofia Para Crianças*, 2.ª ed. (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Lamparina Editora, 2018).

[51] Walter Omar Kohan, *Filosofia Para Crianças: A Tentativa Pioneira de Matthew Lipman*, 2.ª ed., vol. 1, 2 vols. (Petrópolis: Vozes, 2006).

Lipman era professor na Columbia University e constatou a dificuldade dos seus alunos para raciocinar. Assim, procurou desenvolver-lhes a habilidade de raciocínio particularmente através do ensino da lógica. Lipman tinha a convicção de que, incluindo alógica na educação da infância, ajudaria a melhorar a habilidade de raciocinar.

Em Nova Iorque, Lipman realizou as primeiras experiências de ensino de filosofia para crianças, tendo como substrato teórico as ideias de John Dewey e de Lev Vygotsky. O seu trabalho chamou a atenção da comunidade académica e, em 1972, foi convidado para dar aulas na Universidade de Montclair (Nova Jérsia) onde conheceu Ann Margareth Sharp que veio a tornar-se, como referimos, na sua grande colaboradora.

Para desenvolver o programa "Filosofia para Crianças - Educação para o Pensar", Lipman e Sharp fundaram em 1974 o IAPC que promoveu a implantação do método e centros regionais em mais de 30 países, entre eles: França, Inglaterra, Alemanha, Rússia, Canadá, México, Chile, Argentina, Colômbia, Guatemala, Nigéria, Zimbábue, Israel, Jordânia, Taiwan e Coreia do Sul.

Lipman deixou extensa obra publicada. A sua biografia e o seu trabalho foram tema de um documentário ("Sócrates para Crianças") produzido em 1990 pela BBC, como um dos episódios da série "Os Transformadores".

1. Definição de um novo projeto

Ora, trinta anos antes de Jostein Gaarder, Lipman, após ter ensinado Introdução à Lógica, mostrou preocupação com o tema. As revoltas estudantis de 1968 mostraram a Lipman que esses problemas não poderiam ser resolvidos dentro da matriz que os havia criado. Foi aí que começou a pensar numa forma de ensinar as crianças a pensar bem, sem seguir as normas dos adultos ou sem a sua ajuda.

Assim, em 1972, Lipman trocou Columbia University pelo Montclair State College, onde criou, como referimos, o IAPC e começou a introduzir a filosofia nas classes K-12 (educação primária e secundária) de Montclair. Naquele ano, também publicou a sua primeira novela Harry Stottlemeier's Discovery, especificamente destinado a ajudar as crianças na prática da filosofia.

M. Lipman e Ann Sharp foram os pais do projeto de filosofia para crianças. A eles devemos um extenso programa que tem como cerne a possibilidade e a importância da

reunião entre filosofia e infância nas instituições educativas. A prática do questionamento e o modelo de comunidade de investigação filosófica são também parte do programa de Lipman e Sharp.

Definir Filosofia para Crianças, enquanto programa, não é tarefa fácil. Apesar da sua curta vida como programa ao serviço das comunidades pedagógicas, a FpC tem tido seguidores e críticos e desses trabalhos e publicações têm vindo a surgir novas formas de fazer filosofia e novas formas de aplicação do método sem perverter, no essencial, a ideia original de Lipman.

Dina Mendonça define assim filosofia para crianças[52]:

> *A Filosofia para Crianças é um programa pedagógico que visa desenvolver as capacidades de raciocínio e do pensamento em geral, assim como as capacidades de verbalização do pensamento e aspetos cruciais da construção da comunicação, como o confronto de ideias e a reflexão em grupo. Esta aprendizagem multifacetada da atividade do pensar é feita através da criação de um diálogo, tem como fim promover o pensamento através de uma comunidade de investigação na sala de aula, onde as crianças são encorajadas a falar e a ouvir-se umas às outras e assim discutir ideias filosóficas na presença de um facilitador. O objetivo pedagógico não é o de informar as crianças da existência dos filósofos, das suas ideias e obras, mas antes, contribuir para o desenvolvimento e compreensão da linguagem e das capacidades críticas e criativas das crianças de modo a promover o seu pensamento autónomo.*

Esta definição, que faz parte de um artigo da autora de novembro de 2008, sistematiza, a nosso ver, tudo o que é preciso saber para entender como a filosofia para crianças se vai materializar dentro da comunidade de investigação filosófica.

Lipman não pretendeu terminar nada, mas abriu as portas da escola à filosofia, construiu um método aberto e dialogante e deixou os alicerces de uma nova forma de interagir com a realidade. Esse é o grande mérito do pioneirismo: abrir portas para que todos possam entrar e discutir num verdadeiro exercício de democracia.

---

[52] Dina Mendonça, «A Filosofia para Crianças», Portal da Criança, Novembro de 2008, http://www.portaldacrianca.com.pt/artigosa.php?id=71.

O impacto mundial deste programa de filosofia para crianças foi enorme. Tanto que ele é hoje aplicado, reitero, em mais de 30 países em todo o mundo. A sua proposta assenta em algumas preocupações-base: a investigação como forma de melhorar o pensamento; a participação democrática como forma de cooperação intelectual entre todos os elementos da comunidade e o diálogo como forma de melhorar o pensamento. Lipman propõe a distinção entre filosofia e filosofar, teoria e prática. A filosofia que Lipman quer levar á escola é a prática.

2. O projeto de Lipman em discussão: antecessores e críticos

Lipman foi fortemente influenciado por Dewey. Ele próprio conta que, durante a segunda guerra mundial, carregava na mochila o livro *Inteligência no mundo moderno* do referido autor. Algumas passagens da sua teoria educativa estavam ali, num livro que leu num momento em que percebia pouco de filosofia. Mais tarde, em França, percebe que alguns filósofos como Diderot são capazes de abordar profundas ideias filosóficas com destreza e clareza. Também em França encontrou maior camaradagem inter-relacional. Conta que chegou a ver netos a discutir *Fedro* com os avós.

Entre 1946 e 1950, estudou também o trabalho de Herbert Mead que reforçavam a opinião de Dewey mostrando a importância para a educação dos interesses sociais e comunitários da criança.

Mas é evidente que Lipman conhecia toda a tradição filosófica grega. Lipman faz também inúmeras referências a Sócrates. O facto de Sócrates não ter utilizado a linguagem escrita faz dele o grande mestre do diálogo. Sócrates escolheu os seus interlocutores. Não deixou aos outros a possibilidade de o escolherem. O certo é que, ao pensar em Sócrates pensamos no pai da filosofia, mas também no mestre da arte de filosofar. Sócrates ficou na história pela voz de Platão. Mas Sócrates fica na história da filosofia como um ícone da liberdade de pensamento, o que nunca poderia ser indiferente a Lipman. O melhor dos diálogos de Sócrates é o facto do seu interlocutor iniciar um diálogo julgando conhecer o sujeito do diálogo e terminando por perceber que não era assim. Ambos privilegiam o pensamento crítico e o questionamento como formas de aprendizagem. O diálogo é que nos conduz a caminhos nunca dantes percorridos e é através dele que nos propomos encontrar respostas que nos aproximem de conceitos diferentes daqueles que julgávamos definitivos. Ambos dão grande valor à lógica no pensamento e à honestidade intelectual que nos conduzem a uma melhor qualidade de pensamento. Ambos dão grande

importância á dimensão prática e ao diálogo filosófico. Para ambos, a filosofia é educativa, mas Lipman valoriza muito o texto escrito e vai utilizá-lo na Comunidade e admite que os professores devem usá-lo também. Aliás, ele cria diversos materiais expressamente para que o diálogo filosófico tenha lugar e apela a vários conceitos que servem para despoletar o diálogo que pode e deve ser apoiado pela leitura e pela escrita.[53]

Os diálogos platónicos têm lugar na praça pública. Lipman quer que seja a escola a fazer esse trabalho. É evidente que as comunidades podem funcionar fora da escola mas há uma espécie de compromisso com a escola como epicentro da atividade de pensamento.

Sócrates vê a democracia como um sistema instituído que a filosofia pode e deve denunciar e desmascarar. Para Lipman a filosofia é a pedra filosofal da democracia. Sócrates foi perseguido por democracias e tiranias. A filosofia de Lipman nunca poderia ser aplicada em contextos autoritários.

O questionamento tem também diferenças num e noutro. Lipman quer que todos façam perguntas, que o texto, ou qualquer outro qualquer estímulo utilizado, possa servir de base a um conjunto de perguntas. Sócrates quer a verdade com o resultado do diálogo, Lipman quer o aprofundamento da discussão e o desenvolvimento das capacidades cognitivas. O diálogo de Sócrates é marcado por alguma hostilidade e ironia. Lipman privilegia o diálogo sensível ao outro e respeitador das diferenças.[54]

As propostas de Lipman encontram também algumas semelhanças com o construtivismo de Piaget. Piaget faz "apelo às atividades espontâneas da própria criança, objetivando uma organização cognitiva preparatória das operações de inteligência"[55]. O professor precisa deixar de ser um conferencista para "estimular a pesquisa e o esforço ao invés de se contentar com a transmissão de soluções já prontas"[56] … "compreender é inventar, ou reconstruir através da reinvenção"[57].

O sucesso das propostas de Piaget e Lipman, semelhantes numas coisas, divergentes noutras, decorre do grande valor que dão à metodologia.

---

[53] Kohan, *Filosofia Para Crianças*.
[54] Kohan, *Filosofia Para Crianças: A Tentativa Pioneira de Matthew Lipman*.
[55] Jean Piaget, *Para Onde Vai a Educação?*, 8.ª ed. (Rio de Janeiro, Brasil: Jose Olympio, 1984), 8.
[56] Jean Piaget, 15.
[57] Jean Piaget, 17.

Paulo Freire, por sua vez, trabalhou mais com adultos. Lipman com crianças. Ambos acreditavam que as pessoas têm capacidade para decidirem sobre o seu destino. Nesta senda, Januzs Korczak[58], percursor dos direitos das crianças, dizia:

> *O primeiro e indiscutível direito da criança é aquele que lhe permite expressar livremente suas ideias e tomar parte ativa no debate concernente à apreciação da sua conduta e também na punição. Quando o respeito e a confiança que lhe devemos forem uma realidade, quando ela própria se tornar confiante, grande número de enigmas e de erros desaparecerão.*

Quer Lipman quer Paulo Freire concordam com a importância do professor como facilitador e coordenador no círculo de estudos (Freire) ou na comunidade de investigação (Lipman). Paulo Freire dá mais relevância do que Lipman à questão ideológica e não valoriza os livros de texto ou manuais de exercícios por considerar que são limitados como instrumento pedagógico. Sou adepta confessa de Paulo Freire. Diria mesmo que foi o meu guru desde que comecei a ensinar, ciente de que cada criança precisa do seu espaço para ser, de muita liberdade e autonomia dentro de uma escola que ainda hoje é dirigista e autoritária, exigente e seletiva. Em 1974, após a revolução de abril, a sua *Pedagogia do oprimido* foi a bíblia do processo de alfabetização que então se iniciou em Portugal. A metodologia de alfabetização de Freire era tão revolucionária que foi imediatamente adotada. Um grupo de professores sob a sua liderança conseguiu, em 1963, ensinar operários a ler e escrever em 40 horas utilizando palavras do quotidiano desses trabalhadores. Paulo Freire foi um autor homenageado no mundo inteiro, em dezenas de universidades e escolas e pode ser justamente considerado como o grande revolucionário da educação, razão porque, ainda hoje, é objeto de estudo em todo o mundo.[59]

Para Lipman, pessoas bem-educadas são pessoas competentes a nível do pensamento de ordem superior o que corresponde na atualidade à combinação de análise, síntese e avaliação, proposta por Benjamim Boom, em 1956, na sua Taxonomia dos Objetivos Educativos. Porém Resnick notou, em 1991, que para um bom funcionamento da democracia é importante que das escolas saiam alunos capazes de formular conceitos, utilizar critérios, apresentar razões e emitir juízos. Isso requer mais dois aspetos do pensamento de ordem superior: o pensamento criativo e o pensamento de ajuda ou *caring*. Estes três

---

[58] Janusz Korczak, *Como Amar Uma Criança* (Paz e Terra, 2008).
[59] Kohan, *Filosofia Para Crianças: A Tentativa Pioneira de Matthew Lipman*.

princípios asseguram o cuidado com o outro e a cooperação, e preocupação com os conflitos e valores na sociedade.[60]

Para Lipman, nesse reconhecimento socrático-peirciano reside a maior fortaleza da filosofia e nele se alicerça a importância que ele atribui à autocorreção como um dos pilares da dimensão crítica do pensar filosófico.[61] Hegel dizia que a filosofia é a única disciplina que coloca "o problema de todos os problemas", "a questão de todas as questões". Não se pretende ir tão longe. Nas comunidades de investigação, vamos utilizar a filosofia para nos ajudar a pensar melhor. E se for atingido esse objetivo, já teremos ido bem longe.[62]

A missão da filosofia tem que ser a de formar o espírito crítico. Por essa razão, não poderá ser dogmática, mas interrogativa. Matthew Lipman chama "*comunidade de investigação*" justamente para que a filosofia sirva aí o seu objetivo de ser inquieta e inquietadora, abandonando o impessoal para se transformar num exercício de debate livre onde se discuta e problematize o que parece evidente. Como afirma Moacir Gadotti, "é preciso que a filosofia volte contra si mesma, as armas que aponta a todo o conhecimento humano".[63]

3. A Comunidade de investigação filosófica

Num artigo de 2008, Dina Mendonça sistematiza o funcionamento da Comunidade de Investigação Filosófica na metodologia de Lipman[64]:

> *1) a pergunta como modo de abrir, problematizar e construir saberes;*
>
> *2) a investigação criativa como modo de pensar nossa realidade individual e social;*
>
> *3) o debate participativo, aberto e fundamentado como prática de conhecimento;*
>
> *4) a democracia como forma de respeitar e valorizar nossas diferenças;*
>
> *5) o trabalho solidário e colaborativo como modo de agir em educação;*
>
> *e 6) a resistência crítica frente a toda forma de imposição.*

---

[60] Kohan.
[61] Matthew Lipman, *Thinking in Education*, 2.ª ed. (Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2003).
[62] Lipman.
[63] Kohan, *Filosofia Para Crianças: A Tentativa Pioneira de Matthew Lipman*.
[64] Mendonça, «A Filosofia para Crianças».

Esta sistematização é, ainda hoje, a forma mais comum de conduzir uma CIF. Mas é igualmente verdade que, quanto mais debatido é um tema, mais formas de o encarar vão aparecendo. A FpC é dinâmica porque depende dos grupos e cada grupo tem também variáveis que têm a ver com a idade das crianças, o meio e as necessidades da sociedade em que estão inseridas, o nível de escolaridade, a condição política e social e as motivações profundas de cada comunidade. Nada é indiferente à comunidade e aos seus membros. As crianças têm motivações diferentes no verão e no inverno, na segunda ou na sexta-feira, no dia em que tiveram um teste que correu mal ou a festa de aniversário de um colega que correu lindamente. Não é indiferente que a criança esteja triste ou alegre, que o seu dia tenha sido fácil ou difícil. Um dos problemas da educação tradicional é querer sempre respostas idênticas da mesma criança nas mesmas situações. Não é assim. E na CIF a criança é convidada a participar no estado em que está. Sem expetativas quanto ao resultado. Na CIF, não há essa preocupação com um resultado. O importante em FpC é a participação de todos de forma democrática e é que a comunidade se sinta à vontade para levar o tema o mais longe possível.

> *Comunidade de Investigação nem é centrada e controlada pelo professor, nem é centrada e controlada pelo aluno, mas centrada e controlada pelas exigências da verdade. A verdade é essencial para esse método; apenas por causa do progresso em direção à verdade é que os participantes, de fato, se convencem de que o processo é proveitoso.*[65]

No seu artigo "On the Art and Craft of Dialogue", Ronald Reed escreve[66]:

> *O que é então essencial ao processo da investigação é o que Alfred North Whitehead chamou 'sábia ignorância'. Se a sala de aula tradicional aprecia o acúmulo de informações, a comunidade de investigação precisa valorizar sua própria ignorância. O próprio reconhecimento de que há algo que não sabe, de que há algo importante que pode ser obtido no processo, é que dá à comunidade sua existência.*

Numa CIF pode acontecer que o estímulo que iniciou a discussão não seja o mesmo até ao fim. No decurso do processo, pode aparecer um tópico que seja mais do agrado da

---

[65] Susan Gardner, «Inquiry Is No Mere Conversation (or Discussion or Dialogue) Facilitation of Inquiry Is Hard Work!», *Analytic Teaching* 16, n. 2 (1996), http://journal.viterbo.edu/index.php/at/article/view/639. Tradução de Sylvia J. H. Mandel para o CBFC.

[66] Ronald F. Reed, «On The Art and Craft of Dialogue», em *Studies in Philosophy for Children: Harry Stottlemeier's Discovery*, ed. Ann Margaret Sharp e Ronald F. Reid (Temple University Press, 1992), 147–57.

criança e leve o diálogo para outra dimensão. O importante é que a CIF seja um espaço livre onde o pensamento flua. Uma vez ou outra isso pode acontecer, mas não sempre. Há necessidade de manter o foco num único tema filosófico implícito ou explicito no estímulo.

Acerca do facilitador, muito se tem escrito e ainda que não existam divergências de fundo entre os teóricos, a verdade é que o facilitador pode ser a chave do sucesso da CIF. Sem ser dirigista, o que retiraria o aspeto democrático fundamental, pode e deve fazer-se presente na comunidade, sobretudo se sentir que a discussão entrou numa fase de dificuldade ou repetição.

Lipman refere uma função da FpC que me parece uma das mais importantes: aprender com a experiência dos outros. No ensino tradicional, a criança está na escola para aprender com o professor aquilo que ele aceita ensinar de acordo com um programa estipulado pelo Estado. Na CIF, A criança partilha conhecimento com outras crianças. Aprende com todos:

> *Learning from the experience of others*
>
> *The community of inquiry is in one sense learning together, and it is therefore an example of the value of shared experience. But in another sense it represents a magnification of the efficiency of the learning process, since students who thought that all learning had to be learning by oneself come to discover that they can also use and profit from the experience of others.*
>
> *This seems so obvious as to be hardly worth noting, except that actual classroom experience reveals how little it is understood. It is not unusual to find college students who stop listening when one of their classmates begins to speak.*[67]

A expressão "comunidade de investigação filosófica" pode, na opinião de Walter Kohan, vir de Ch. S. Peirce que considera a ciência como paradigma de toda a investigação. Para Peirce,

> *a investigação científica é o processo idóneo para estabelecer ou fixar certas crenças. Toda a investigação científica parte de uma dúvida e da ausência de respostas de antemão. Ela apoia-se na experiência e tenta firmar uma crença que se substitua ao estado de dúvida inicial. Esta crença, por sua vez, é submetida à dúvida que gera*

---

[67] Lipman, *Thinking in Education*.

uma contra-argumentação ou uma nova prova empírica que a questiona. Assim, re-cria-se sem cessar o caminho da investigação científica através da sequência "crença, dúvida, questionamento, investigação, crença.[68]

Também Walter O. Kohan, no texto intitulado "Sugestões para implementar a filosofia com crianças nas escolas", conduz-nos por um caminho, mas como o próprio autor reconhece:

Em educação, e certamente não só em educação, a "liberdade" absoluta propicia mais um vazio do que uma possibilidade de criar. De fato, ante a absoluta ausência de limites, com toda a probabilidade, não saberemos o que fazer, ou faremos tudo menos aquilo que queríamos fazer.[69]

Assim sendo, Walter Kohan oferece-nos um conjunto de sugestões sujeitas a alterações individuais na forma como construir uma CIF. Desde logo, sugere que a comunidade de investigação não seja considerada pela criança como uma atividade excecional ou extracurricular. As competências que a FpC vai desenvolver nela são para utilizar na escola. Fala depois do tempo de duração de cada comunidade. Naturalmente que este e outros pressupostos terão que ser ajustados pelo facilitador de acordo com a idade das crianças, a fase em que se encontram em termos de aprendizagem e a maior ou menor dificuldade para permaneceram "presentes" na comunidade.[70]

Este é o momento de questionar o diálogo filosófico e o sucesso da comunidade. O que é diálogo filosófico? A comunidade tem sempre que atingir o nível filosófico na discussão? Para Lipman, o diálogo por excelência tem que ser centrado na lógica. sendo esta a lógica clássica, dos princípios de identidade, terceiro excluído e não contradição. Para Paulo Freire, o melhor diálogo é aquele que reconhece as contradições e as supera, aquele que procura a humanização do homem e o conduz à luta pela mudança radical do mundo.[71]

Para Lipman, o pensamento crítico é uma forma do pensar sensível ao contexto, autocorretiva, precedida de critérios e que tem como produto julgamentos. São critérios que pressupõem os valores da democracia. Para Paulo Freire, estas caraterísticas não seriam

---

[68] Kohan, *Filosofia Para Crianças: A Tentativa Pioneira de Matthew Lipman*.
[69] Walter Omar Kohan e Bernardina Leal, eds., *Filosofia para Crianças em Debate*, 1.ª ed., vol. 4, 4 vols. (Pedtrópolis, Rio de Janeiro, Brasil: Editora Vozes, 1999).
[70] Kohan, *Filosofia Para Crianças: A Tentativa Pioneira de Matthew Lipman*.
[71] Kohan, *Filosofia Para Crianças*.

suficientes para um verdadeiro pensar crítico. Para ele, um pensador crítico supõe um espírito curiosamente insatisfeito e rebelde, que luta contra a opressão política e transforma radicalmente a sociedade.[72]

São formas de encarar o diálogo na comunidade e são também formas de democratizar o pensamento. Para nós, a comunidade é a transposição da vida real para o diálogo. Afinal, o que é o mundo senão uma imensa comunidade onde os agentes de autoridade, os que veiculam a cultura, os que lidam com a saúde, a educação, a economia e a vida de todos nós, deveriam estar empenhados em conhecer e sentir de cada um para realizar o seu trabalho de forma a satisfazer a necessidade de todos? Se este exercício democrático fosse feito nas empresas, na sede de clubes, nos centros de decisão e debate, a sociedade em que vivemos seria seguramente um lugar melhor.

Lipman queria que a CIF fosse a nova forma de dar aulas, ou seja, cada unidade educativa deveria funcionar como uma CIF. Este deveria ser o modelo de uma escola verdadeiramente democrática e participativa.

4. A novela em Lipman

Existem muitas técnicas para entrar no diálogo filosófico. Lipman propôs as novelas. Escreveu várias e para várias idades. Assim, estava certo de haver um tema para iniciar o debate na comunidade.

Hoje, nem sempre o ponto de partida é uma história. Pode ser um objeto, uma imagem, um espetáculo ou outro acontecimento que seja do conhecimento de todas as crianças da comunidade. As crianças são incentivadas a questionar. Sabe-se que nem todas as perguntas têm potencial filosófico e nem sempre as primeiras questões servem o objetivo de mergulhar num diálogo claramente filosófico. Sempre que apareçam muitas perguntas pode fazer-se o arejamento das perguntas e pedir à comunidade que escolha aquelas que parecem mais interessantes para dar início ao diálogo. Ainda assim, se as questões escolhidas não forem as melhores, o facilitador pode, ele mesmo, colocar uma questão que lhe pareça que pode fazer disparar o diálogo. De qualquer forma, é sempre importante que as questões sejam claras, bem colocadas e não contenham erros gramaticais ou de sintaxe. É no momento das perguntas que se inicia a processo colaborativo da Filosofia

---

[72] Kohan e Leal, *Filosofia para Crianças em Debate*.

para crianças. Há sempre crianças com maior facilidade de colocar questões, mais rápidas de raciocínio, mas é importante que todos participem e todos se sintam parte da comunidade. Por essa razão, estar sempre com atenção às crianças mais lentas, com maior dificuldade de expressão e menor capacidade de interação é fundamental. Incentivá-las à participação é importante e faz parte das tarefas do facilitador no caso da comunidade não tomar essa iniciativa.

A discussão filosófica é o coração da sessão. Durante a discussão, o facilitador tem que ter uma atitude socrática. Ele não sabe que perguntas a criança vai querer formular, tem que dar espaço para que isso aconteça e ver como a comunidade resolve a questão das respostas a essa mesma problematização. Diz Kohan que "*os melhores docentes de filosofia não são aqueles que mais sabem, mas aqueles que mais desejam saber*"[73]. E continua:

Não se deve entender esta afirmação superficialmente como uma valoração da ignorância, mas como o reconhecimento do valor da inquietação e da insatisfação, próprios da filosofia, diante das respostas presumidamente definitivas a questões relevantes da experiência humana. A filosofia não se alimenta tanto de "sábios" tanto quanto de pessoas que, a partir de uma experiência admirada, curiosa ou incomoda da sua realidade, se dispõem a pôr em questão e explorar seus fundamentos e alcance, sem importar a sua idade.

É importante que no final de um processo em CIF, as crianças sintam que dialogaram mesmo que não tenham chegado a nenhuma conclusão relevante. Não se procuram respostas definitivas, o que se quer é que haja diálogo, que esse diálogo seja sustentado e que no final da sessão, o facilitador possa fazer a criança sentir que não está mais no ponto em que se encontrava antes porque o diálogo abriu novas portas ao seu pensamento e à vida do grupo.

Para Lipman era concebível criar uma história, colocar as crianças em grupo a falarem sobre essa história, mas sentiu que as crianças tinham que se identificar com os personagens. Entendeu também que aquilo que deveria diferenciar os personagens não seria tanto o seu aspeto, mas o seu estilo. Assim, aparece a sua primeira obra, A descoberta de Aristóteles Maia. Aí vamos encontrar personagens com características próprias: empirista

---

[73] Kohan, *Filosofia Para Crianças*.

um, intuitivo, outro, analítico ou cético, cada personagem tem a sua vida própria. A história é o paradigma de uma pesquisa. Aparece o contraexemplo, a conversão, a prova. Lipman queria exatamente isso. De qualquer forma, fica claro que Lipman não utiliza na novela nenhuma referência a escolas ou principais representantes da tradição filosófica. Também não utilizou terminologia técnica. O objetivo de Lipman é o de ajudar as crianças a chegarem sozinhas a conclusões surpreendentes.

Noémia Rolla, na sua obra *Filosofia para Crianças*, explica o conteúdo e finalidades das novelas de Lipman e respetivos manuais de apoio. Cada novela tem um livro do professor que é uma espécie de manual de acompanhamento da leitura das novelas, que contém diversos exercícios e planos de discussão para a CIF. A sistematização que esta autora faz é muito importante, na medida em que nos coloca de posse do conhecimento de toda a obra de Lipman na área das novelas o que equivale também a dizer, de posse de uma imensa variedade de estímulos para diferentes idades e com objetivos bem determinados[74]

As principais novelas intencionalmente filosóficas de Lipman são: *O hospital das bonecas* (1990), *Elfie* (1987), *Kiko e Gui* (1982), *Pimpa* (1981), *a Descoberta de Aristóteles Maia* (1974 e revista em 1982), *Lisa* (1976), *Kiko e João* (1995), *Suki* (1978), *Mark* (1980) , *Marty e Eddie* (1995), e *Natasha* (1995).

O hospital das bonecas é da autoria de Ann Sharp e embora seja o primeiro do programa do currículo foi dos últimos a ser concebido e destina-se a crianças do pré-escolar. Identidades, amigos, emoções e verdade são alguns dos temas abordados nesta novela. Pretende-se uma primeira abordagem filosófica ao ser pessoa. O manual que acompanha esta novela chama-se *Dar sentido ao meu mundo* (*Making sense of my world*). Contém planos de discussão e exercícios destinados a encorajar o raciocínio correto.

Elfie pertence ao currículo do nível elementar e tem como objetivo raciocinar sobre o pensar. Elfie é uma menina muito tímida que escuta, mas não fala. Apesar de tudo pensa muito. Toda a novela está voltada para dar ideia do seu progresso dentro da comunidade e o reconhecimento por parte dos outros. O manual de acompanhamento da leitura de

---

[74] Noemia Rolla, *Filosofia para Crianças*, 1.ª ed. (Porto Editora, 2004).

Elfie intitula-se *Construindo Juntos os Nossos Pensamentos* (*Getting Our Thoughts Together*) e pretende ajudar as crianças a reconhecer, confrontar e explorar aspetos problemáticos da sua experiência.[75]

Kiko e Gui é outra novela de nível elementar dirigida a alunos do primeiro ciclo e visa o raciocinar sobre a natureza. O Kiko vai visitar a quinta dos avós e vai fazer amizade com o Gui que vive perto. Kiko vai ajudar Gui a tornar-se consciente da experiência de observação da natureza por parte de um cego. E verificar como são as atividades de um cego. Esta novela é extremamente importante porque, dado que as duas crianças revelam grande sensibilidade às problemáticas referidas, esta novela acaba por fazer uma introdução à educação ambiental e à consciência ecológica. Esta novela chama também particularmente a atenção para a metacognição. Gui fala sobre um acidente a que assistiu. Cabe às crianças distinguir aquilo que ele perceciona enquanto cego e aquilo que ele infere do testemunho dos outros ou daquilo que lhe contaram. O livro de atividades desta novela intitula-se *Admirar o Mundo* (*Wondering at the World* – 1986).[76]

Pimpa é o último texto da série de novelas para o primeiro ciclo. É uma reflexão sobre a linguagem. Tem algumas páginas em branco que podem ser ilustradas pelas crianças. Um dos objetivos de *Pimpa* é preparar a discussão de *A Descoberta de Aristóteles Maia*. Ao longo do texto, existem *puzzles* filosóficos e problemas de inferência que vão produzir deliberações diversificadas. O nome das pessoas e das coisas é um ponto de partida na história, quando Pimpa diz que esse não é o seu verdadeiro nome. Essa revelação abre a porta à discussão de inúmeras atividades relacionadas com o nome. O verdadeiro e o falso e questões de identidade são colocados em exercícios ao longo de todo o manual de apoio. E voltam as noções de verdade e mentira, falso e verdadeiro, coisas que parecem verdadeiras e não são e coisas que parecem falsas e são verdadeiras. O manual vai muito mais longe propondo mesmo dramatizações e outras atividades lúdicas. Vai ser proposto também às crianças que inventem histórias inacreditáveis como forma de estimular a imaginação e a criatividade.

Nous (1996) é uma pequena novela inventada por Pimpa e que constitui de certa forma a sua continuação. Nela, somos apresentados a uma girafa inteligente que tem um dilema moral. A girafa cujo nome é NOUS pensa inicialmente no que as suas obrigações

---

[75] Rolla.
[76] Rolla.

morais seriam enquanto pessoa de caráter virtuoso. Quem ajuda a girafa é Pimpa e Brian a partir de uma conversa sobre o que pode e deve ser a educação moral. Lipman considera esta novela muito importante como propedêutica para a lógica. O livro de apoio intitula-se *Decidir o Que Fazer* (*Deciding What to Do* – 1996). Não consta que esta novela tenha sido usada em Portugal, por um lado porque é muito recente, por outro porque não foi traduzida.

A Descoberta de Aristóteles Maia (*Harry Stotlemeier's Discovery*, 1974, revisto em 1982) destina-se a alunos dos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º anos. Tem como temas centrais a lógica formal e informal e os valores, e tem como objetivo fundamental o desenvolvimento das competências básicas do pensamento coerente. Oferece um modelo de diálogo racional e pertinente quer entre as crianças quer entre estas e os adultos. O manual de apoio intitula-se *Investigação Filosófica* (*Philosophical Inquiry*, revisto em 1984). Em termos cronológicos, foi esta novela que iniciou a FpC, tendo sido o primeiro texto criado com esse objetivo.

Curiosamente, relatou Lipman que esta novela lhe surgiu da interrogação de como pensaria Aristóteles com 12 anos de idade. Ao longo da novela, os alunos são familiarizados com a lógica das relações, sempre a partir da descoberta em comum. Os vários tipos de raciocínio correto que encontram são aplicados a questões que dizem respeito à epistemologia, à ética, à estética, à política ou à religião.[77]

Lisa é uma novela que vem imediatamente a seguir *A Descoberta de Aristóteles Maia* e constitui uma introdução à investigação ética. Proporciona o questionamento sobre diversos conceitos éticos: o bem, o certo, o justo, a lei e as normas. E ainda os pré-requisitos básicos do raciocínio: consistência, verdade, relações lógicas, etc. Os objetivos desta novela são claramente os de ajudar os jovens a serem seres humanos mais reflexivos e tolerantes. O manual que acompanha esta novela intitula-se *Investigação Ética* (*Ethical Inquiry* – 1985, edição revista). Os exercícios e planos de discussão são exaustivos no sentido de aprofundar e explorar a compreensão dos textos base.[78]

Suki é uma novela destinada a alunos dos 9.º, 10.º e 11.º anos e destina-se a promover o raciocínio sobre a estética filosófica e sobre o discurso artístico. Fundamentalmente,

---

[77] Rolla.
[78] Rolla.

destina-se a alunos que têm dificuldades em escrever poesia e ficção embora envolva também questões de linguística, estética e teorias do conhecimento. Harry é conduzido a descobrir que a escrita é a melhor forma de pensar. *Escrever Como e Porquê* (*Writing How and Why* – 1980) é o manual que acompanha a leitura de *Suki*. Sugere muitos exercícios que são preparatórios para a descoberta da escrita como forma primordial de comunicação.[79]

Mark propõe uma reflexão dobre o social e o político. A história começa com um episódio de vandalismo, sendo que Mark é arrastado para a cena do crime. *Investigação social* (*Social Inquiry* – 1980) é o manual que acompanha esta novela. Levanta questões sociais e políticas e aprofunda esses conceitos. Esta é a novela de Lipman que mais aproxima os conceitos que pretendemos tratar na novela que aparece como corolário deste trabalho. Há uma matriz comum a todo o trabalho que tem a preocupação de levantar questões políticas numa matriz filosófica. A política tem pressupostos que a filosofia rejeita. Nem todas as formas de fazer política são democráticas e consensuais. Tão pouco serão democráticas. Ao longo do texto, que é marcado sempre pelos diálogos intencionais, as crianças vão falar de temas de cidadania, democracia, solidariedade, liberdade, discriminação e igualdade de género, ciúmes, alienação, direitos das maiorias, etc.

A novela Mark dedica um capítulo ao tema da liberdade e da democracia. Randy, um dos nossos "atores" empregou a expressão "mundo livre". Fran queria saber que países pertencem a esse mundo livre e quais não pertencem. Mas Harry, que é sempre a "voz da consciência coletiva" atalhou dizendo: – Não podemos dizer em que consiste o "mundo livre" sem sabermos o que é ser livre.

Começa assim o diálogo filosófico sobre o tema da liberdade que imediatamente passa para a democracia quando se conclui que livres serão aqueles que fazem as suas próprias leis. Ás crianças parece inicialmente que serão livres aqueles que seguem as leis que foram feitas por eles. Mark vai colocar mais uma acha na fogueira da discussão dizendo que há imensas diferenças entre as democracias e os outros tipos de governo. E acrescenta que ninguém nos pode garantir que as leis que escolhemos em liberdade sejam as melhores. A seguir vem a existência de uma constituição e de um governo representativo como formas de determinação de democracia num determinado país.

---

[79] Rolla.

Jill calmamente decreta que a lei da maioria é que é importante e decisiva, mas é logo contestado por Fran que acha que são os direitos das minorias. Criam assim dois critérios aplicáveis à democracia: a lei da maioria e os direitos das minorias. Mas começa também aí a dificuldade. Não é obrigatório tomar essa decisão, fazer essa escolha…

As crianças das novelas de Lipman têm sempre o caminho do diálogo traçado. Essa intencionalidade parece, ás vezes, excessiva. As crianças nunca saem do formato de diálogo voltado para a discussão filosófica. Todo o formato pretende conduzir ao trabalho que se segue e que vem proposto no livro de apoio à leitura da novela com a proposta de atividades.

O nosso trabalho vai no sentido da discussão política da autonomia na Região Autónoma dos Açores. Do ponto de vista formal, essa autonomia existe e está consagrada em forma de lei na Constituição da República Portuguesa. A intenção é levar os jovens a aprofundar o tema. Eles não foram espectadores do que efetivamente aconteceu nos Açores no momento da transição, mas são agora atores num cenário que parece idílico mas cujo aprofundamento está a tornar-se cada vez mais pertinente.

Harry Prime é uma adaptação d'*A Descoberta de Aristóteles Maia* na qual as crianças são substituídas por adultos e a ação decorre num centro de formação e de reabilitação profissional. Pode aplicar-se quando se deseje abordar a literacia, a educação de adultos e a aprendizagem de inglês como segunda língua, por exemplo. Não se conhece nenhuma utilização desta novela em Portugal.

Existem mais duas novelas que não foram traduzidas nem utilizadas em Portugal. Trata-se de *Martha and Eddie*, que tem como conteúdo principal a toxicodependência e destina-se a escolas secundárias que implementam programas ligados à prevenção da SIDA (AIDS). Também *Natasha*. Nesta novela há a história de uma jornalista russa que se estabelece nos Estados Unidos da América para se inteirar do programa de Filosofia para Crianças. Para Lipman, trata-se de uma aproximação "seminovelística" aos princípios psicopedagógicos que fundamentam a Filosofia para Crianças. São desenvolvidas as ideias de educação de Dewey, Mead e Vigotsky e é exemplificado o significado de prática de investigação.[80]

---

[80] Rolla.

Kio and Guss é um texto que trata essencialmente das problemáticas crianças sem abrigo. Nasce a partir do interesse de professores e educadores ligados à prevenção da SIDA em diálogo com o IAPC. Esta foi a origem desta novela assim como da anteriormente referida *Martha and Eddie*.

Há que fazer uma distinção entre exercícios e planos de discussão. Lipman faz essa distinção, afirmando:

> *Os exercícios visam a apurar e fortalecer as habilidades cognitivas, bem como a promover a exatidão e a especificidade. Os planos de discussão visam a melhor a formação de conceitos fornecendo aos alunos ferramentas tais como critérios, razões, argumentos e definições. Mas tanto os exercícios quanto os planos de discussão encarnam certos aspetos da praxe filosófica, focalizando os primeiros problemas e casos individuais enquanto os últimos lidam com conceitos gerais e universais.*[81]

Mais uma palavra sobre estímulos. As novelas eram utilizadas por Lipman para estimular o diálogo na CIF. No início do programa fazia todo o sentido que assim fosse. Alguns críticos de Lipman consideravam que o manual de apoio à novela podia limitar o diálogo e a intervenção do facilitador. Julgo que não seria assim. O manual propõe, mas não obriga, e deixa propostas de trabalho muito interessantes que ajudam o facilitador a encontrar rapidamente formas de trabalho relacionadas com o tema em discussão.

Atualmente, porém, existem muitos outros estímulos utilizados com grande sucesso em comunidades. Aí sim, a adaptação do estímulo ao grupo deve ser escolha do facilitador e naturalmente que deverá ter em conta a idade das crianças, o meio e os seus interesses.

O estímulo tem que iniciar, provocar, estimular, levar as crianças a pensar por si mesmas e não as levar para caminhos já percorridos. Não deve ser excessivo para não cristalizar o pensamento, mas também não deve ser tão simplificado que deixe as crianças intrigadas.

---

[81] Lipman, *Thinking in Education*.

5. Algumas conclusões

A novela de Lipman é muito inspiradora para mim. Daí a decisão de escrever uma novela com intencionalidade filosófica para ser trabalhada em comunidade de investigação filosófica com alunos dos 10.º, 11.º e 12.º anos. Naturalmente que, a par do tema que me proponho trabalhar, que é o conceito filosófico de autonomia, considerando a necessidade de dar aos mais jovens instrumentos de trabalho que lhes permita irem mais longe no estudo do processo autonómico e sonharem mais alto com um processo político que foi o sonho de alguns, não posso perder de vista os filósofos que inspiram a FpC. São esses filósofos que moram nas esquinas dos sonhos e nos permitem considerar todo um mundo de possibilidades.

A filosofia para crianças aparece num tempo em que tudo parece descoberto e em que o conhecimento está ao alcance de todos.

A criança de hoje tem acesso a toda a informação que quiser procurar, mas também corre riscos pelo facto de, mesmo em casa, na serenidade aparente do seu local de trabalho, estar a ser "vigiada" e "controlada" pelos inimigos invisíveis em que se transformaram as novas tecnologias.

Continua a viver no seio de famílias que já não têm nada a ver com a família tradicional. Mas também nunca as assimetrias foram tão expressivas. A sociedade moderna afirma-se como uma sociedade do tudo ou nada onde quem não sabe como correr perde a oportunidade. Somos dominados pelo dinheiro, pela tecnologia e pelo consumo. Somos escravos da civilização e do desenvolvimento. Somos reféns da evolução tecnológica, da publicidade e do mediatismo. Ainda assim, lutamos pela nossa liberdade como nunca. O planeta vive a ameaça do aquecimento global. Do mundo inteiro chegam notícias de catástrofes e ameaças à escala mundial. Grupos isolados de fundamentalistas lutam por causas que não entendemos e procuram soluções ambíguas para os problemas do mundo. Numa sociedade cada vez mais conhecedora e melhor informada, são cada vez em maior número os grupos de radicais e é cada vez maior a intolerância.

A confiança só se adquire em liberdade e em democracia. Democratizar a vida da criança passa por consultar os seus sonhos e escutar as suas dúvidas. As crianças deste novo tempo estão juntas fisicamente, mas separadas pelo *Messenger*, pelo *Snapchat* ou pelo *WhatsApp*, num diálogo surdo e sem emoção. O toque de hoje é *bullying*, simpatia é

assédio, provas de amor são manipulação. Inverteram-se os elementos da convivência social, a publicidade vende o amor e a felicidade em aquisição de bens materiais…

A nossa novela, mediada pela inspiração lipmaniana, vai ao encontro daquilo que Lipman fez em Mark. O processo de autonomia nos Açores tem um carácter político do qual é impossível divorciar o nosso trabalho. Viver em ilhas é um desafio, mas dentro das ilhas, existem formas muito diferentes de ser ilha dentro das ilhas. Vitorino Nemésio, escritor açoriano do século XX, afirmou que nos Açores a geografia "vale outro tanto como a história". E é essa mesma geografia que faz, de cada ilha, uma unidade diferente de todas as outras. Viver nas Flores ou em Santa Maria é totalmente diferente e, no entanto, isso não tem a ver com as dimensões ou com a distribuição da população. E, no entanto, tem também uma relação com tudo isso. Somos um misto de coisas e a filosofia de vida de cada açoriano é diferente de ilha para ilha. Esta variedade, a versatilidade das vivencias ilhoas e a nossa indomável vontade de ver essas diferenças reconhecidas, são a matriz deste trabalho que pretende que os jovens abram o jogo e nunca mais o fechem. Porque *se os Açores são a nossa certeza*, a nossa luta não pode acabar.

Bibliografia

Akzin, Benjamin. *Estado y Nación*. Traduzido por Ernesto de la Peña. Fondo de Cultura Económica, 1968.

Amaral, Carlos Eduardo Pacheco. «A construção da Região Autónoma Açores – Federalismo, unitarismo e unidade». Em *Federalismo em Tempos de Renacionalização*, editado por Carlos Eduardo Pacheco Amaral, 1.ª ed., 275–84. Colecção Estudos Sobre a Europa. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2019.

———. *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias: Regionalismo, Subsidiariedade e Autonomia Para uma Nova Ideia de Estado*. Edições Afrontamento, 1998.

Aristóteles. *The Ethics of Aristotle, The Nicomachean Ethics*. Traduzido por J. A. K. Thomson. Nova Iorque, Nova Iorque, EUA: Penguin Books, 1980.

Bassetti, Piero. *La Regione, Vera Riforma dello Stato*. Florença, Itália: Libreria Editrice Fiorentina, 1971.

Bloch, Oscar, e Walther von Wartburg. *Dictionaire Etymologique de la Langue Française*. 5.ª de. ver. aum. por Walther von Wartburg. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

Brague, Rémi. *Aristote et la Question du Monde: Essai sur le Contexte Cosmologique et Anthropologique de l'Ontologie*. 1.ª ed. Epiméthée. Paris, França: Presses Universitaires de France, 1988.

Calasso, Francesco. «Autonomia a) premessa storica». Em *Enciclopedia del Diritto*. Vol. 4. Milão, Itália: Giuffrè, 1959.

Ceruti, Mauro, e Ervin Lazlo. *Physis: Abitare la Terra*. Traduzido por G. L. Bocchi e D. Garavini. Campi del Sapere. Milano: Feltrinelli, 1988.

Despotopoulos, Constantin. *Aristote sur la Famille et la Justice*. Cahiers de Philosophie Ancienne 1. Bruxelas, Bélgica: Ousia, 1983.

Encinar, José Juan González. *El Estado Unitario-Federal: La Autonomía como Principio Estructural del Estado*, 1985.

Everson, Stephen. «Aristotle on the Foundations of the State». *Political Studies* 36, n. 1 (1988): 89–101. https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.1988.tb00218.x.

França, Zilda, José Cruz, João Nunes, e Victor-Hugo Forjaz. «Geologia dos Açores: Uma perspectiva actual». *Açoreana* 10, n. 1 (2005).

Frye, Richard N. *A Herança Persa*. Traduzido por Anabela Nunes e Carlos Alberto Nunes. História das civilizações 4. Lisboa: Arcádia, 1972.

Gardner, Susan. «Inquiry Is No Mere Conversation (or Discussion or Dialogue) Facilitation of Inquiry Is Hard Work!» *Analytic Teaching* 16, n. 2 (1996). http://journal.viterbo.edu/index.php/at/article/view/639.

Glotz, Gustave. *La Cité Grecque*. La Renaissance du livre, 1928.

Habermas, Jürgen. *Écrits Politiques: Culture, Droit, Histoire*. Paris, França: Cerf, 1990.

Hammond, Norman. «Inside the Black Box: Defining Maya Polity». Em *Classic Maya Political History: Hieroglyphic and Archaeological Evidence*, editado por T. Patrick Culbert e Patric T. Gilbert. Cambridge University Press, 1991.

Jean Piaget. *Para Onde Vai a Educação?* 8.ª ed. Rio de Janeiro, Brasil: Jose Olympio, 1984.

Kelsen, Hans. *Teoría General del Estado*. Traduzido por Luis Legaz Lacambra. México: Editora Nacional, 1979.

Kohan, Walter Omar. *Filosofia Para Crianças*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Lamparina Editora, 2018. http://www.lamparina.com.br/livro_detalhe.asp?idCodLivro=173.

———. *Filosofia Para Crianças: A Tentativa Pioneira de Matthew Lipman*. 2.ª ed. Vol. 1. 2 vols. Petrópolis: Vozes, 2006.

Kohan, Walter Omar, e Bernardina Leal, eds. *Filosofia para Crianças em Debate*. 1.ª ed. Vol. 4. 4 vols. Pedtrópolis, Rio de Janeiro, Brasil: Editora Vozes, 1999.

Korczak, Janusz. *Como Amar Uma Criança*. Paz e Terra, 2008.

Liet-Veaux, Georges. *Le Régionalisme Constitutionnel*. Paris, França: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1943.

Lipman, Matthew. *Thinking in Education*. 2.ª ed. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2003.

Mendonça, Dina. «A Filosofia para Crianças». Portal da Criança, Novembro de 2008. http://www.portaldacrianca.com.pt/artigosa.php?id=71.

Ostwald, Martin. *Autonomia, Its Genesis and Early History*. Oxford, Nova Iorque: Oxford University Press, 1982.

Reed, Ronald F. «On The Art and Craft of Dialogue». Em *Studies in Philosophy for Children: Harry Stottlemeier's Discovery*, editado por Ann Margaret Sharp e Ronald F. Reid, 147–57. Temple University Press, 1992.

Rolla, Noemia. *Filosofia para Crianças*. 1.ª ed. Porto Editora, 2004.

Romilly, Jacqueline de. *La Grèce Antique à la Découverte de la Liberté*. Paris: Editions de Fallois, 1989.

Santo Agostinho. *A Cidade de Deus*. Traduzido por J. Dias Pereira. Vol. 3. 3 vols. Lisboa, Portugal: Divisão de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

São Tomás de Aquino. «Commentary on the Ethics». Em *Medieval Political Philosophy: A Sourcebook*, editado por Ralph Lerner e Muhsin Mahdi. Ítaca, Nova Iorque, EUA: Cornell University Press, 1995.

———. *La Monarquia*. Traduzido por Laureano Robles e Angel Chueca. Clásicos del Pensamiento 65. Madrid, Espanha: Tecnos, 1989.

———. *Somme théologique, 3 (II-II)*. Œuvres de Saint Thomas d'Aquin. Paris, França: Les Éditions du CERF, 1996.

———. *Tratado de la Ley ; Tratado de la Justicia ; Opúsculo Sobre el Gobierno de los Príncipes*. Traduzido por Carlos Ignacio González. Cidade do México, México: Editorial Porrúa, 1981.

Segre, Marco, Franklin Leopoldo e Silva, e Fermin R. Schramm. «O Contexto Histórico, Semântico e Filosófico do Princípio de Autonomia». *Revista Bioética* 6, n. 1 (4 de Novembro de 2009). http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/321.

Anexo A
Vamos Falar de Autonomia

Capítulo I

Estou a viver uma fase complicada. Pensava que a adolescência era uma fase, delimitada, tipo, ficas um chato aos 12 e regressas a ti aos 16. Com borbulhas na pele e incongruências várias, a adolescência tinha um princípio e um fim. Parecia suportável. Mesmo as coisas mais difíceis são suportáveis porque acabam. Ou não será assim? Pois… o problema é que eu nunca paro de me interrogar. E raramente tenho respostas que me satisfaçam. Também não sei se é obrigatório ter respostas sempre.

Marcos sacudiu a cabeça como quem manda os pensamentos ao ar e saiu a correr em direção à universidade.

.....

Tinham combinaram encontrar-se no Campus. Sentaram-se num banco a curta distância da entrada para o bar. Rúben percebeu que Marcos estava tenso.

— Solta-te puto. Diz daí como está a ser a tua experiência nos Açores — propôs Rúben.

— Se queres que te diga, não sei. Acabei de chegar. Não conhecia nada aqui. É um mundo tão diferente de Lisboa! Tu sabes onde eu vivia. No meio da cidade, num bairro bem frequentado. Em Lisboa estão sempre a acontecer coisas. Aqui não se passa nada…

— Depende com o que queres dizer com a expressão "não se passa nada" … Com a qual não concordo, aliás.

— Falta movimento, bares, gente, rebuliço…

— Sim, falta isso. Tens razão Marcos. Faltam muitas das coisas que fazem o teu dia. Mas há outras que não conheces e nunca viste se calhar. Talvez te faça falta viver outras realidades e perceber que há mais mundo para lá da tua movimentada rua de Lisboa.

— Não gozes Rúben. Eu não tive opção este ano. Queria frequentar a Universidade e aqui estava o curso que eu queria e a vaga que eu precisava. Não tive escolha.

— Claro que tinhas escolha. Fazias outro curso, ficavas em Lisboa. Estás aqui porque decidiste vir. E é aqui que estás agora. E vais aprender a conhecer a ilha e talvez mudes de opinião. Às vezes gostamos do que temos porque não conhecemos outra coisa, porque não damos a nós mesmos a oportunidade de mudar e conhecer outra realidade. Se vives num lugar onde tens tudo o que precisas, habituas-te à tua zona de conforto. Quem vive na sua zona de conforto, não evolui.

— O que é essa coisa de zona de conforto?

— É o lugar onde estás bem, onde não queres mexer, tipo, a casa, o teu quarto, a tua escola, a tua família…

— Sendo assim, conheço gente que nem tem zona de conforto…

— Talvez tenhas razão.

— Estás a ser muito duro comigo. Achava que eras meu amigo.

— E sou, mas não posso deixar-te ficar aí, a lamentar escolhas que fizeste apenas porque nem sabes bem onde estás. Uma pessoa não é uma ilha, mas tu estás rodeado de medos e preconceitos por todos os lados. Vamos mudar isso tudo.

— Vou colocar-me nas tuas mãos. Já percebi que não tenho escolha.

— Tens sempre escolha, mas fazes bem dar-me esta oportunidade. Logo à noite vens jantar a minha casa. Quero mostrar-te um vídeo. Chama-se Viagem Autonómica e é a história da autonomia dos Açores. O filme foi feito por um amigo meu. Correu a Região a mostrar o filme em sessões de cinema ao ar livre. Foi uma aventura mágica. Depois de veres o filme, conversamos melhor sobre o nosso programa para os próximos dias.

Capítulo II

Rúben tinha preparado a sala para verem o filme. Até tinham pipocas e Kima de maracujá. Havia mais duas pessoas na sala. Rúben apresentou-as:

— Esta á a Mariana. É minha amiga e é açoriana. É da ilha das Flores e está no curso de Filosofia. Esta é a Margarida. É do Porto e está a fazer os primeiros anos de medicina cá. Ele é o Marcos. É de Lisboa, acabou de chegar. Vem fazer Relações Internacionais. Mas é um caloiro chato. Acha que isto não tem estímulos suficientes.

— Estranho — atalhou Mariana. A mim, é Lisboa que não me estimula. O excesso de movimento não me deixa tempo para refletir. Não é cidade onde gostasse de viver.

— Já tentei dizer-lhe algumas coisas, mas agora vamos ver o filme. Já falamos depois.

Apagou a luz e colocou as pipocas e os copos ao alcance de todos.

E começou a aventura…

.....

Fez-se um silêncio pesado quando Rúben acendeu a luz. Marcos tinha uma estranha luz no olhar.

— Estou muito envergonhado amigos. Muito envergonhado mesmo. A ignorância é mesmo muito atrevida…

— Jean de la Bruyére, afirma Rúben com vontade de rir.

— Eh pá, tu sabes tudo!

— Não sei tudo mas aprendi muita coisa com a falta de estímulos!!! — gracejou Rúben. Mas falando de ilhas, a Mariana até é a pessoa certa para te esclarecer. A ilha das Flores tem características bem diferentes desta.

— E não será para pior — ripostou Mariana a quem tinham tocado na ferida. Fica a saber que a ilha das Flores tem um sem fim de troféus na área da sustentabilidade. É indiscutível que é um lugar especial. Tens que conhecer.

— Não discuto isso Mariana, afirma Rúben em tom conciliador. Um dia falaremos sobre o que torna um lugar especial, por exemplo. Acho que pode ser um excelente tópico de debate. O que é um lugar especial? O que torna um lugar num lugar especial?

— Há quem ache que especiais são os lugares com muito movimento e muitas escolhas, eu sei. Lugares frequentados por gente de todo o mundo onde sentes que aprendes sem falar. E eu sei que a viajar se aprende, sim, não tenho dúvidas. Os Açores não são um destino desses. São destinos de aventura e natureza.

— Percebi muita coisa com este filme. Muita coisa mesmo — reafirma Marcos. Estou completamente rendido à vossa história, à evolução do processo autonómico e à forma

como foi construída a autonomia regional. E sabes que mais? Não me importava nada de passar um ano a viajar e conhecer melhor os Açores. Às vezes, percebo que viajar é quase melhor que ler. Aprende-se muito. E eu sinto que conhecer os Açores pode ser uma mais valia incrível para mim.

Capítulo III

— Fiquei muito intrigado com aquela cena do filme a propósito do 6 de junho e da FLA. E fiquei a pensar que hoje em dia, depois da instauração da democracia em Portugal e dos Açores terem um estatuto que os diferencia do resto do país, já não faz muito sentido haver FLA. O que aconteceu para que o movimento continue ativo? Há alguma conquista por fazer? O que preocupa tanto os independentistas?

— O fenómeno é muito antigo e tem muito que dizer. Compreendeste por certo a forma como se iniciaram os movimentos autonomistas e os avanços e recuos que o processo sofreu ao longo de décadas. Aparentemente o facto de existir um Estatuto Político Administrativo consagrado na Constituição da República Portuguesa, a existência de um hino, de uma bandeira e de um governo próprio, parecem o suficiente para garantir aos açorianos uma identidade inequívoca, mas nós ainda temos muitas dependências. E a FLA é o cordão umbilical que nos liga ao nosso sonho iniciático.

— O que é realmente a FLA?

A FLA é uma frente e, como tal, não sustenta nenhuma ideologia ou forma particular de idealismo partidário. Não produz orientações nem de esquerda nem de direita. Não apoia ações de desordem pública ou de recurso à violência. Exalta sim, a capacidade de resistência e o superior direito à indignação. Não é contra Portugal. Nem é contra os Portugueses. A FLA é exclusivamente a favor dos Açores e dos Açorianos.

Ser militante da FLA é fazer parte de um grupo de pessoas que se entreajudam de forma a conseguir de forma mais eficaz, crescer em conhecimento e dignidade.

— A independência seria uma coisa boa para os Açores? Achas que se os açorianos fossem referendados sobre isso, estariam dispostos a correr esse risco?

— A FLA tem uma presença *online*. Se quiseres aprender mais. É uma questão de ir ao Google e ao Facebook. O que eu acho é que jovens como nós, deviam abrir um amplo debate sobre este assunto. A independência é uma questão filosófica e política. Falar sobre isso é abrir avenidas políticas e construir cenários de ponderação de prós e contras extremamente interessantes. Hoje em dia está na moda ser-se diferente.

— Em muitas áreas. Se ser diferente é aquilo que estou a pensar?

— Deve ser isso. Ser diferente é sair da norma.

— Pode não ser. Nem sempre há norma!

— O que entendes por norma?

— A norma é uma regra. E quem sair dessa regra, é diferente.

Marcos estava embevecido e entusiasmado. Mariana tinha aquela mania de esmiuçar conversas e a verdade é que estava a sentir que tinha muito que aprender.

— A FLA entende, e muito bem, que os partidos políticos portugueses nos Açores podem legitimamente ser partidos não independentistas, mas não podem democraticamente ser partidos contra o direito de ser independentista — continua Rúben indiferente à discussão à margem do assunto que o apaixonava.

Infelizmente os Açores não têm na União Europeia um círculo de eleitores próprio, razão porque os Açores não estão representados na Europa. Portugal está, através de deputados de partidos políticos portugueses.

— Mas isso parece muito contrário à autonomia. Não havendo círculo próprio para os Açores, os açorianos são representados por quem a nível europeu?

— Essa é uma questão preocupante. Quem nos representa? Há um vídeo de animação no sítio da FLA acerca da propriedade do mar dos Açores. É um recurso incrível, mas não funciona como sendo nosso. É de Portugal e faz parte da Zona Económica Exclusiva de um país que, se não fossem os Açores, não seria a terceira maior ZEE da União Europeia e 11.ª do mundo.

— Mas isso da propriedade do mar, parece uma questão mais profunda. Mexe com mais coisas. O que fariam os açorianos com o mar, se ele fosse exclusivamente vosso?

— Antes de te responder a essa questão, gostava de te facultar alguns números: a ZEE de Portugal é de 327,667 km^2. A dos Açores é de 853,108 km^2.

— Wow! Desconhecia por completo. A questão é muito pertinente, as já percebi também que a política tem muito peso aqui.

— A política tem peso em todo o lado. Nos nossos dias, a maioria das decisões que dizem respeito à vida dos cidadãos, dependem dos políticos.

— E isso é mau?

— Vale a pena pensar um pouco….

— Eu penso que os países deviam ter uma espécie de comité de pessoas independentes que fossem uma espécie de conselheiros dos políticos, que os ajudassem a tomar decisões mais próximas das necessidades dos cidadãos. Eu acho os políticos muito afastados da realidade. A sensação que tenho, é que o partido da sua militância tem mais poder sobre eles que o interesse dos cidadãos.

— Governar ilhas é diferente de governar continentes. Os Açores são uma realidade especial e particular a todos os níveis. Do ponto de vista demográfico, são também uma realidade especial.

Mas olha, vou mostrar-te um poema de Sophia de Melo Breyner Andresen sobre os Açores. Lê e sente cada palavra:

Açores

Há um intenso orgulho
Na palavra Açor
E em redor das ilhas
O mar é maior

Como num convés
Respiro amplidão
No ar brilha a luz
Da navegação

Mas este convés
É de terra escura
É de lés a lés
Prado agricultura

É terra lavrada
Por navegadores
E os que no mar pescam
São agricultores

Por isso há nos homens
Aprumo de proa
E não sei que sonho
Em cada pessoa

As casas são brancas
Em luz de pintor
Quem pintou as barras
Afinou a cor

Aqui o antigo
Tem o limpo do novo
É o mar que traz
Do largo o renovo

E como num convés
De intensa limpeza
Há no ar um brilho
De bruma e clareza

É convés lavrado
Em plena amplidão
É o mar que traz
As ilhas na mão

Buscámos no mundo
Mar e maravilhas
Deslumbradamente
Surgiram nove ilhas

E foi na Terceira
Com o mar à proa
Que nasceu a mãe
Do poeta Pessoa

Em cujo poema
Respiro amplidão
E me cerca a luz
Da navegação

Em cujo poema
Como num convés
A limpeza extrema
Luz de lés a lés

Poema onde está
A palavra pura
De um povo cindido
Por tanta aventura

Poema onde está
A palavra extrema
Que une e reconhece
Pois só no poema

Um povo amanhece

Sophia de Mello Breyner
O Nome das Coisas
Morais Editores, Lisboa, 1977

— É um poema que tem história, sociologia e política. Muito interessante. Retomaremos esta conversa um dia. Um poema que pode ditar um debate. O problema é que os políticos sempre vêm apenas um lado das coisas e as soluções que preconizam estão sempre ancoradas em orçamentos. E os problemas dos Açores não podem ser vistos assim…

— Podemos ir juntos a uma reunião da FLA um dia destes. Tenho amigos no movimento — confessa Mariana. Eu própria, simpatizo bastante com as ideias. Ainda conheci

José de Almeida, o grande líder do movimento de independência dos Açores. Era um ser humano fantástico, um homem extremamente simpático, um sonhador lúcido e inteligente.

— Amava conhecer esta gente. — confessa Marcos.

— E vale a pena, garanto-te. Talvez sejam um grupo de sonhadores, mas são pessoas que acreditam no que dizem. E nos dias que correm, acreditar no que se defende, é mais importante que ter dinheiro ou poder.

— Tens razão. Vamos nessa!

Capítulo IV

— Mariana, gostava de viajar contigo até às Flores. Achas que dá? — pergunta Marcos.

— Claro que sim, mas temos que ir sem pressas. No inverno, a ilha é muito condicionada pelo tempo.

— Que tempo? *Chronos* ou *kairós*? interroga Rúben com malicia

— O tempo atmosfera, tu sabes bem. A pista do aeroporto é pequena e está orientada no sentido norte/sul. Há muitas probabilidades do avião cancelar com vento oeste, por exemplo.

— Cancelar? E depois?

— Depois os passageiros são alojados em hotéis pela companhia aérea que lhes paga todas as despesas inerentes ao cancelamento.

— Mas isso não chega. E as pessoas que têm pressa, que vão apenas por dois dias…

— Na ilha das Flores Marcos, é onde faz mais sentido a célebre expressão de Nemésio "nos Açores a geografia vale tanto como a história…". Na ilha das Flores, o vento tem mais poder que os autarcas.

— É incrível. E o que acontece se uma pessoa tiver um acidente muito grave?

— Aí é diferente. O Centro de Saúde recorrer ao serviço de evacuações e há um avião militar ou helicóptero que, mesmo em muitos más condições atmosféricas, faz a deslocação e evacuação do doente.

— E quanto custa isso? Uma fortuna! As pessoas com poucos recursos não podem pagar isso.

— Claro que não Marcos. Este serviço é gratuito para o doente. Resulta de um acordo com a Força Aérea Portuguesa.

— Mas isso é complicado….

— Não é assim tão complicado Marcos. É o que é. É uma ilha fabulosa que se nutre de histórias fantásticas. Tem um crescimento exponencial do turismo e é dona de belezas absolutamente deslumbrantes. No verão, aterram vários aviões por dia, carregados de gente ávida de viver a experiência de mergulhar em águas limpas, fazer canyoning nas nossas ribeiras, caçar ou pescar, fazer trilhos incríveis, fotografia, meditação. Sei lá!

— Mas então há duas ilhas das Flores, Mariana. Uma de verão e outra de inverno. — acrescenta Marcos.

— Há várias ilhas Marcos, várias ilhas numa só ilha… — confessa Mariana. A ilha das Flores é, ao mesmo tempo meiga e arrogante, doce e perigosa, deslumbrante e caótica. Mas olha Marcos, é sempre linda. Tem na água o seu superelemento. As cascatas quando se enchem de água parecem ribeiras em fúria. Pode durar horas ou dias. Ninguém sabe. Costumo dizer que é uma ilha feminina. Tem o mau humor das mulheres, mas também tem a sua graciosidade e a sua força.

— Estou muito entusiasmado com a ideia de conhecer a tua ilha. Gosto de desafios e aquilo que dizes tem "cheiro de petisco"!!!

— Bela figura de estilo. Vou desafiar a tua adrenalina. Vais fazer canyoning com um amigo meu. E irás ao Corvo num semirrígido.

— E se estiver mau tempo?

— Usamos o plano B. Numa ilha, tens que ter sempre um plano B. Para tudo. Até para o medo. Muitas vezes, rezo para não precisar de o usar. Mas quando é preciso, vale tudo. A ilha das Flores tem muito a ensinar sobre resiliência e atitude.

— Isso de resiliência e atitude tem muito que se lhe diga.

— Com alguns amigos teus, acredito que a frase não diga nada. Quem nasceu com a vida feita, não tem que ter medo de nada. Muita gente sabe o que quero dizer.

— Vou na mesma contigo. Entender os Açores passa também por entender o seu território físico de um extremo ao outro. E é isso que vou fazer. Começo contigo, na tua ilha!

— E começas bem. Muito bem mesmo. Mas levamos connosco o Rúben e a Margarida. Temos equipa para a sueca se o cancelamento for longo — brinca Mariana.

— Parece-me uma excelente ideia. Se tens casa para quatro, são quatro.

Capítulo V

O avião passaria pela Terceira e Horta e só depois seguiriam para as Flores.

A viagem custou caro. Mais de trezentos euros para os três.

— Os preços de uma viagem interilhas é muito elevado. Não percebo. Na semana passada fui ao Porto numa *lowcost* passar o fim de semana e paguei 20 euros. Hoje, pago 100 para ir a outra ilha e ainda sou forçada a parar em duas outras. — afirmou Margarida.

— Tens razão — disse Mariana. A política de preços da SATA é muito diferente. E claro que é questionável. Tu és do Porto, eu sou das Flores. Estudamos ambas em S. Miguel, mas tu tens mais facilidade em estar com a tua família do que eu com a minha. Eu só costumo ir a casa no Natal. Os meus pais não têm muitos recursos e seria impensável andar cá e lá.

— Para além de que, muitas vezes, podes nem chegar. — atalha Marcos.

— Tens razão. Mas os meus pais tiveram dificuldades muito maiores. No tempo deles não havia aeroporto nem aviões. Viajavam de barco e demoravam uma noite para chegar das Flores ao Faial.

— Era a isso tudo que se chamam "custo de insularidade"?

— Esta é uma conversa que nos pode levar muito longe.

— A expressão tem sido usada muitas vezes sem o seu sentido mais profundo. A insularidade é uma realidade e não podemos modificá-la. Como já vos disse, ninguém manda na força da natureza nem tem o poder de contrariar os ventos. Supostamente o Estado deve intervir no sentido de minimizar as dificuldades inerentes ao facto de sermos ilhéus de ilhas onde a insularidade tem agravantes. Mas a palavra "custos" tem conotações diferentes até para cada um de nós. O que, para muita gente significa um enorme contragosto, para outro pode ser uma festa. Este é, definitivamente um tema de grande complexidade. Há um conjunto de incentivos para as chamadas "ilhas da coesão". As mais pequenas como as Flores, Corvo, Graciosa e S. Jorge. Mas mesmo essa designação é política e nem sempre se faz aquilo que deve ser feito. A autonomia foi um sonho muito bonito, mas com o tempo foi-se transformando num negócio político. Inicialmente acredito que a ideia fosse genuína, mas com o tempo foram-se desgastando os sonhos e as boas práticas deram lugar a abusos de vária ordem.

— Repensar a autonomia, precisa-se. Parece ser o slogan correto neste momento, certo?

Capítulo VI

Aterraram nas Flores pelas onze da manhã de um dia cinzento. Marcos, ainda à porta do avião, respirou fundo. Sentiu a pureza do ar a entrar-lhe nos pulmões como uma bênção. Sentiu que estava a chegar a um lugar diferente.

Da parte da tarde, Mariana levou-os a todo o lado. Subiram montanhas, viram cascatas, encontraram manadas pelo caminho e sentiram a vertigem de uma ilha montanhosa, impressionantemente verde, com água a correr desenfreadamente por todas as ravinas.

Ao fim da tarde passaram no supermercado. Algumas prateleiras estavam totalmente vazias. Margarida interpelou Mariana:

— Não há legumes nem frutas, porquê?

— O barco chega amanhã. Acontece sempre isso nos dias anteriores. Os comerciantes não querem mandar buscar demasiadas coisas com medo de não venderem ou que percam o prazo. Nos dias anteriores ao barco, acontece sempre isto.

— Mas é estranho. A ilha parece tão fértil. Não há quem faça legumes aqui?

— Sim, as pessoas fazem, mas só no verão. Nesta altura do ano, só se podem ter vegetais em estufa.

— Percebo. Talvez este também seja mais um custo da insularidade, não é verdade?

— Sim e não — responde Mariana. Os meus pais contam que, quando eram pequenos a ilha era sustentável. Não havia barcos e as pessoas viviam de uma agricultura de subsistência que era mais do que suficiente. Hoje, há uma forte dependência do exterior.

— E isso é mau? — interrogou Marcos.

— Não é mau nem bom. É o que é. Mas tens que aprender a viver com esta realidade. Imagina que queres um pacote de natas. Não há. Tens que recriar a tua receita!

— Não ter as coisas que queremos pode ser muito bom. Estimulante para a imaginação. Não acham?

— Olha que não sei. Há pessoas que ficam bloqueadas quando saem da sua zona de conforto. E andar à procura de coisas essenciais que não se encontram, também não será fácil.

— As pessoas têm que se adaptar à realidade que encontram!

— Grande frase amigo. E que debate que isso nos pode dar! Falaremos dessa e de outras questões mais tarde.

Ao fim do dia foram dar um passeio a pé. Encontraram outras pessoas a andar também. Um silêncio impressionante enche a ilha de mistério e magia. Passaram lado a lado com pessoas diferentes. Pareciam estrangeiros, alguns usavam rastas compridas e roupas diferentes.

— São estrangeiros. — disse Mariana que tinha reparado no olhar de surpresa dos amigos. — Muitos deles são pessoas com formação superior em áreas como o ambiente e a biologia marinha. Encontram aqui um espaço fértil. São pessoas que querem viver junto da natureza, têm uma forma diferente de ser e de estar. Alguns têm filhos, mas não os querem na escola.

— Não querem na escola? Então?

— Acham que as escolas servem para formatar as crianças.

— Mas isso é totalmente idiota.

— Pois. A nós, parece-nos que sim, mas eles querem fazer ensino doméstico e orientar os filhos na direção que quiserem.

— Não concordo. A escola é indispensável na infância. É na escola que a criança aprende as regras de convivência social.

— Na opinião desses pais, não é assim. Acham que no nomadismo, as crianças interagem de forma mais correta com a natureza e a realidade. Muita dessa gente não passa o inverno nas Flores. Apanham veleiros e vão para lugares onde está calor. Não têm uma vida sedentária. Prezam mais a liberdade que o dinheiro.

— Estás a entrar na tua área Mariana. Isso é filosofia pura!

— O meu gosto pela filosofia vem da infância e justamente destes antagonismos. Desde pequena que vejo varar barcos no cais. Mas as pessoas raramente ficam. "Para sempre" é uma expressão das histórias infantis e da felicidade das princesas. Viver nesta ilha nunca é para sempre… Já foi. Os meus avós nunca saíram daqui. Era outra gente.

Hoje vamos dormir mais cedo. O Corvo espera-nos amanhã. Mas primeiro vamos jantar num restaurante que é uma experiência gastronómica única. Os donos são do Shri Lanka. Estão na ilha há um ano. Compraram este espaço a um italiano. Têm um filho que serve ás mesas, mas tem o curso de piloto.

O ambiente estava incrível com música suave, velas e um cheiro discreto a incenso. A comida era extraordinária.

Quando se deitaram Marcos pensou:

— Estou no paraíso. Só pode!

Capítulo VII

Às nove e meia estavam no porto do Boqueirão. O Carlos Mendes já estava com o seu semirrígido pronto a partir. O mar não estava calmíssimo, mas o Carlos sorriu como sempre faz quando atravessa este canal.

— Vamos passar primeiro pelas grutas das Flores. No regresso, o mar pode estar um pouco pior para ver a costa. Coloquem os vossos coletes e vamos a isso.

Fez-se silêncio dentro do barco. Ficamos suspensos da beleza infinita de uma costa que se agiganta a cada minuto. O Carlos conduzia o barco com a destreza de um herói de filmes de animação. Parecia incrível a forma como manejava o barco e passava no meio de rochas pontiagudas em estreitas passagens entre rochedos altíssimos. No mar, a ilha ganha outra estatura. Parece um Adamastor. A estrada que o mar nos oferece serpenteia uma costa cheia de efeitos especiais. A determinada altura, o barco ronca e alinha com o Oeste. Ganha então velocidade e faz-se ao Corvo. A pequena ilha desenhada no horizonte está ali, sozinha, pronta para ser conquistada. O barco rasga as ondas ao mesmo tempo que somos visitados por aves marinhas que voam na nossa frente e se afundam no mar num jogo de suster a respiração. O Carlos ao leme, olha a ilha, ora acelera ora recua ao sabor das ondas que nos levam nesta viagem até a este recanto onde 400 pessoas fazem o mesmo que fazem 4000 do outro lado do mar.

Chegar ao Corvo é uma sensação interessante. Há obras no cais. Somos levados numa carrinha pela ilha dentro à procura da cratera que dá pelo nome de "Caldeirão" e é uma representação na natureza das nove ilhas dos Açores. Algumas pessoas têm essa configuração como definida, outras não. Mas os mistérios da natureza são assim mesmo e cada um pode ter das coisas a sua própria visão.

— Fiquei impressionado com a costa das Flores. É realmente incrível. Mas esta ilha também é especial. Agora percebo melhor a forma como falas da tua ilha. — adianta Marcos.

— Sabes, tenho com as Flores uma relação de amor-ódio. Não sei explicar. Há dias em que me apetece ficar para sempre; noutros apetece-me fugir e nunca mais voltar!

— Essa coisa das relações de amor-ódio é interessante. Nunca tinha pensado nisso.

— Eu acho que estou a ter a mesma sensação com o meu curso. Por um lado, gosto da minha escolha; por outro, todos os dias penso que podia aprender muito mais se viajasse, por exemplo. — conclui Marcos.

— Agora vamos falar do Corvo. A ilha tem dois deputados. Um é do PS e o outro é do Partido Popular Monárquico.

— Do PPM? Só podes estar a gozar connosco. Então esta ilha tem monárquicos? Como assim?

— É claro que não tem. Mas tem amigos do deputado. Nestas ilhas nem sempre se vota no Partido Político. Eu diria mesmo que quase nunca. Aqui, vota-se em pessoas. O deputado nem sequer é corvino. É um professor do continente. Está aqui com a esposa que também é professora. São pessoas que provaram aos corvinos que estavam interessados em viver aqui, que defendem o melhor para eles.

— Mas dois deputados para 400 pessoas? É justo quando se sabe que as Flores com 4000 pessoas só tem três?

— Nas eleições, a distribuição de mandatos é feita com base no Método de Hondt. É um método de divisores e é justamente criticado por favorecer os partidos maioritários. Mas é o que é. E em política, se querem que vos diga, não tenho paciência.

— Eu sei que preferes filosofia. Todos sabemos. Mas a política devia ser uma preocupação dos mais jovens. Afinal, as nossas vidas vão ser tocadas no futuro pelos políticos porque é das decisões deles que se faz a vida de todos os dias.

— Pois olha Marcos, eu fui votar nas últimas eleições porque acreditei que seria diferente. Mas um voto meu não mudou nada

— Mas podia ter mudado. Já aconteceu uma vitória depender de um voto. Votar é um direito e um dever.

— Falar verdade também. E, no entanto, é como se vê.

— Não interessa. Mas não podemos sair de cena. Eu vou organizar um grupo nas próximas eleições para a universidade. Se calhar é por aí que se deve começar.

— Bom para ti. Desejo-te muitas felicidades. Não estou nem aí. Para mim, todos os políticos são mentirosos e estão apenas interessados no seu proveito pessoal.

— Calma aí, nada de generalizar. Compreendo a tua desilusão, mas pode haver quem faça a diferença….

— Eu conheço muita gente que pensou assim, foi eleito e mudou. As coisas vistas de fora, são muito diferentes. E em política isso ainda é mais verdade.

Já desciam a encosta quando avistaram um edifício enorme, escuro que parecia um ginásio.

— É um pavilhão multiusos. Leva a população do Corvo dentro e custou um milhão de euros. Teve uma participação enorme de fundos comunitários.

— Parece uma obra desnecessária. Quantas vezes é usado por ano?

— Não sei, mas poucas. Há outros espaços e aquele é grande demais. Mas a utilidade das coisas é outra questão. Nunca se sabe. Um terramoto que desalojasse todas as pessoas da ilha…

— Estás a navegar na maionese. A ilha do Corvo fica na placa americana. Nem há sismos aqui.

— Podia ser outra coisa qualquer. Estava a arranjar uma forma de justificar a importância do investimento.

— Aqui está uma boa pergunta: o que são obras realmente importantes? No Corvo, o que poderia ter sido feito com esse milhão de euros que fosse mais importante para as pessoas?

— Eu teria investido em educação. Quantos alunos tem a escola do Corvo?

— São 42 alunos da pré-primária ao 12.º ano. Há turmas com um só aluno. Mas há muitos professores. Quase tantos quantos os alunos.

— Bem… isso é mesmo muito estranho. — diz Margarida, que ainda não tinha fechado a boca desde que percebeu o funcionamento da escola. — Não sei se gostava de ser aluna numa escola assim.

— São também decisões políticas. A ilha faz parte do arquipélago e as crianças têm que ter os mesmos direitos.

— Mas tu achas que é vantajoso para um adolescente ser o único aluno da sua turma? Achas que é bom que um jovem viva nessa espécie de isolamento intelectual?

— Não sei amigos, não sei. São escolhas. Umas serão políticas, outras não. Mas não deixam de ser escolhas complicadas.

— Algumas dessas crianças são cultas e conhecem muita coisa. Os corvinos viajem muito e são conhecedores.

— Pois entendo… — diz Marcos. — As pessoas amam a sua ilha, sentem-se no direito de exigir equidade em relação ás outras e os políticos para não perderem votos, fazem esse esforço hercúleo de manter aberta uma escola que deve custar um dinheirão ao Estado.

— Se calhar o mais importante seria perceber se isso é bom ou não.

— Nas pequenas ilhas será sempre difícil perceber o que as pessoas querem e porque o querem. Nós somos o resultado das nossas escolhas, mas um cidadão é muito mais que o seu passaporte ou o seu bilhete de identidade. Temos que ser muito mais do que isso. Só que eu acho que ninguém questiona. Que talvez nunca se tenha aberto um debate público sobre essas questões.

— Eu acho que a vida de cada um de nós tem que ter um propósito — atalha Margarida. — Tenho visto isso nos professores que nos dão aulas. A medicina tem evoluído imenso em todo o mundo e eu sinto que nos ensinam o que já Hipócrates ensinava. Mais uma vez a política a infiltrar-se. A medicina natural tem respostas que a medicina convencional não possui. Podia haver uma ligação entre ambas que talvez resultasse numa vantagem para os doentes, mas a indústria farmacêutica está presa aos seus lucros e o poder político não tem coragem de mexer nisso.

Rúben, sempre atento, avança:

— Eu adorava perceber como é que se mexe com o poder político. Infelizmente aquilo que vejo é que os cidadãos não são livres de votar como querem.

— Isso é que não. — atalhou Marcos. — Cada cidadão pode votar no que quer

— Talvez em Lisboa— avança Rúben. — Nos Açores tu tens muita pressão nos atos eleitorais. Muita mesmo. São procedimentos que roçam o escandaloso, tipo, promessas de emprego e até compras em dinheiro do voto de cada um.

— Mas isso é crime. — acrescenta Margarida.

— Será? Olha que não sei. O que sei é que se faz. E muita gente alinha. Para empregar os filhos, para receber um subsídio, para garantir uma ajuda na construção da casa, etc

— Então a democracia pode estar em perigo. — avança Marcos.

— Seria interessante lançar nas escolas um debate sobre este assunto. Perceber o que sabem os jovens de política. Sobretudo nos Açores onde tudo parece tão claro… — continua Rúben.

— Podemos propor isso aos professores do curso de política da universidade. Tenho um professor que tem um doutoramento sobre Autonomia, diz Marcos. Talvez nos pudesse ajudar integrando um dos grupos de trabalho.

— Interessante. — diz Mariana. — Eu vou fazer Mestrado em Filosofia para Crianças. É uma área emergente da filosofia que foi criada por Matthew Lipman e Anne Sharp. Matthew Lipman era professor numa universidade americana e percebeu exatamente que os seus alunos tinham dificuldade em raciocinar e decidiu desenvolver-lhes o pensamento através da lógica. É muito interessante. A nossa universidade já tem esse mestrado há três anos e está a ser um sucesso.

— Boa. Então, vamos iniciar este processo. Já falamos de tanta coisa que pode ser objeto de discussão. Algumas questões são mais emocionais que lógicas, mas vale a pena colocá-las na mesa. A verdade é que a ilha do Corvo pode ser um estímulo importante ao diálogo. Tem tanta coisa interessante a entender aqui!

O regresso às Flores não foi igual à ida. O mar tinha vagas altas e tinha escurecido. Perceberam que ia entrar água no barco porque o Carlos tentava proteger com plástico um dos lados da embarcação. Mas Mariana mostrava tanto à vontade que sentiram que podiam confiar.

O percurso foi feito em silêncio. Pouco a pouco, uma vaga mais alta varria todo o barco. Chegaram encharcados depois de hora e meia de viagem. Mas quer Carlos quer Mariana estavam imperturbáveis e isso levou a que todos vissem na viagem uma oportunidade de desbloquear a adrenalina.

Depois de um duche quente e um bom jantar, prepararam-se para, no dia seguinte, voar para a Horta.

Dentro de cada um, começavam a colocar-se novas e muitas interrogações. Viver no Corvo… Mesmo nas Flores, a aventura não seria pequena!

Capítulo VIII

A viagem para a Horta demorou trinta e cinco minutos tal como fora anunciado. À saída do avião, Margarida, que vinha na frente, disse em tom baixo:

— Esta ilha tem outra energia. Já não tem nada a ver com as Flores.

— Mais uma discussão filosófica interessante sobre o que é a energia dos lugares. Mas também sinto o mesmo que tu, cada vez que aqui chego.

— Tenho sempre a sensação que a ilha fica esmagada pela grandiosidade da montanha do Pico. – comentou Rúben. — O Pico é uma ilha incrível.

— Mas olha que no passado não era nada assim Rúben. Eu andei por aqui e lembro-me dos meus pais falarem dos homens do Pico, de albarcas nos pés e chapéu na cabeça a vender fruta no mercado. Havia quase que subserviência aos senhores doutores do Faial. Felizmente que tudo mudou e hoje o Pico até é uma ilha bem mais interessante que esta. E os picarotos são mais descontraídos e menos ecléticos. — argumentou Mariana.

— Eu tenho uma pergunta pertinente: porque será que as pessoas se vergam a quem sentem superior a elas? E o que é que essas pessoas têm, que faz com que os outros as sintam como superiores? — pergunta Margarida.

— Olhem ela! Afinal eu é que estou em filosofia e tu é que fazes as perguntas! Muito bem. Acho que esse é mais um tema de debate. E entre jovens é fundamental que se fale desse assunto. Há muitos jovens e adolescentes vítimas de ligações doentias a pessoas que consideram especiais. É bom de questionar.

— Vamos diretos à Assembleia Regional. Marquei a entrevista com a presidente para daqui a meia hora. Não dá para fazer nada, entretanto.

A Assembleia Legislativa Regional é um edifício cor de rosa que se destaca na paisagem pela arquitetura moderna e pela imponência. É aqui que se juntam os deputados em sessões plenárias que não são diárias como na Assembleia da República. As reuniões ordinárias são em períodos legislativos fixos. As extraordinárias podem acontecer a qualquer momento, mas obedecem a convocatória própria.

Entraram no edifício, mas antes Rúben explicou:

— Os decretos legislativos regionais são diplomas legislativos de âmbito regional, emanados da Assembleia Legislativa de cada uma das Regiões Autónomas de Portugal no âmbito das competências que lhes são atribuídas pelos artigos 227 e 233 da Constituição da República Portuguesa. Não vamos aprofundar muito este assunto neste momento, mas podemos discuti-lo mais tarde nas nossas sessões sobre política. Agora gostava de vos mostrar a bandeira dos Açores.

O azul e o branco eram as cores da “Monarquia”, cores que a ilha tinha mantido com o advento da República. As mesmas cores foram, porém, adotadas pelo “Movimento Au-

tonomista". A interpretação a dar, fica, portanto, duvidosa, incerta. As nove estrelas representam as nove ilhas que formam o arquipélago. A presença do voador aparecia nos estandartes das ilhas nos tempos remotos, já em 1582. A vicissitude do Falcão merece algumas atenções a mais. As ilhas Açores se chamam assim por um erro. Na realidade os primeiros navegadores que alcançaram as ilhas confundiram o falcão (Accipiter gentilis), em português "açor" com plural "açores", com uma rapina local (Buteo buteo). O erro, porém, foi cometido, desde daí as ilhas tem mantido este nome. Isto é uma explicação que vem nos livros, entenda-se.

O hino é um dos símbolos mais importantes da autonomia regional. É um poema da autoria da poetisa açoriana, micaelense, Natália Correia. Vale a pena ler e sentir o poema:

Deram frutos a fé e a firmeza
no esplendor de um cântico novo:
os Açores são a nossa certeza
de traçar a glória de um povo.

Para a frente! Em comunhão,
pela nossa autonomia.
Liberdade, justiça e razão
estão acesas no alto clarão
da bandeira que nos guia.

Para a frente! Lutar, batalhar
pelo passado imortal.
No futuro a luz semear,
de um povo triunfal.

De um destino com brio alcançado
colheremos mais frutos e flores;
porque é esse o sentido sagrado
das estrelas que coroam os Açores.

Para a frente, Açorianos!
Pela paz à terra unida.
Largos voos, com ardor, firmamos,
para que mais floresçam os ramos
da vitória merecida.

Para a frente! Lutar, batalhar
pelo passado imortal.
No futuro a luz semear,
de um povo triunfal.

Natália Correia
Hino dos Açores

— Gosto deste poema. Tem força. Sente-se que é alguém que conhece bem os Açores e os açorianos. – refere Margarida.

— Não sei se Natália Correia conhecia todas as ilhas dos Açores — acrescenta Rúben.

— Só sei que entender os Açores não é fácil. Ainda não vimos as ilhas todas, mas já percebo que, nalgumas delas, há mais Açores que noutras. — diz Marcos.

— Para mim, esse tem sido sempre o grande problema. — acrescenta Mariana. — Sinto que os açorianos de S. Miguel e Terceira, por exemplo, vivem numa Região diferente da minha. Sei que há, dentro do possível, uma certa equidade na distribuição orçamental e sei também que é muito caro manter uma ilha como o Corvo que com apenas 400 pessoas tem um porto, um aeroporto, um centro de saúde, uma escola, um lar de idosos, etc. Sei que é caro. Mas é justo. É imperativo. É necessário. Mas não sei se o poder político olha essas pessoas da mesma forma. Eu lembro-me de uma vez um continental ter dito que era mais fácil meter os corvinos todos num prédio de uma cidade europeia e pagar-lhes as despesas do que mantê-los no Corvo. E embora tivesse dito isso a brincar, ofendeu os corvinos. Um povo não é o seu custo, é a sua história!

— Ora bem. — concorda Rúben. — Mais um tema para o nosso debate! A autonomia não é uma brincadeira e penso que vocês já entenderam isso. Amanhã vamos ao Pico. Vamos na lancha das nove. Estive a ver a previsão e o mar parece estar calmo. Nada de receios, portanto. Afinal, o Pico não é as Flores!!!

— Nem nada que se pareça! – grita Mariana de um canto da sala. — Flores é Flores e acabou!!!

— Este bairrismo também é bem açoriano. – diz Rúben.

— Pois… reparei nesse detalhe por duas ou três vezes já. Mas senti mais que fosse entre S. Miguel e Terceira e entre Pico e Faial. Nas outras ilhas também acontece? Porquê.

— Uma coisa é rivalidade a outra é bairrismo. Entre S. Miguel e Terceira prende-se com o facto de a Terceira ter sido ter sido a primeira cidade do arquipélago e sede da diocese na antecâmara do período inquisitório. A ilha torna-se centro do poder o que deixa S. Miguel em estado de dependência. O século XIX trouxe os primeiros impulsos económicos e a desconcentração das decisões políticas. Com a efetivação da autonomia, o poder político fixa-se em Ponta Delgada e a Terceira vê isso como uma perda de privilégios. Duas ilhas rivais são, portanto, duas ilhas que se consideram com méritos semelhantes e reclamam as mesmas vantagens. O bairrismo é outra coisa e a um nível muito mais local.

— Mas agora, vamos deixar essa discussão para outra oportunidade. Vamos dar mais uma volta pela Assembleia e passar pelos Grupos Parlamentares. A senhora presidente vai receber-nos e mostrar mais alguns dados sobre esta casa da democracia.

A Presidente revelou-se uma pessoa interessante. Conversou sobre vários assuntos e mostrou aos jovens um vídeo sobre a ALRA, falou dos anteriores presidentes, dos antigos

edifícios onde a mesma assembleia funcionou e dos primórdios da Autonomia Regional. Ofereceu a cada um uma Bandeira dos Açores e um CD com o hino.

— E agora, vou mandar uma carrinha da Assembleia convosco ao Centro de interpretação do vulcão dos Capelinhos. É a minha contribuição para esta vossa visita que, ao que percebi, tem como objetivo enquadrar o Marcos na vida açoriana. E a Margarida também. Mas o Rúben e a Mariana também vão gostar deste passeio e podem assim entender melhor a ilha do Faial nos anos 50 quando rebentou aqui o vulcão que mudou a vida de muitas centenas de pessoas.

.....

— Esta zona é tão árida e tão negra! — diz Marcos.

— Tens ali os tetos de algumas casas a aparecer. Foram casas que ficaram soterradas. O vulcão manteve-se em atividade por 13 meses, entre 12 de setembro de 1957 e 24 de outubro de 1958. Foram tempos de muito sofrimento para as populações. Foram muitos os que perderam tudo. Quando tudo acalmou, a solução, para muitos, foi a emigração. Existem hoje nos Estados Unidos, comunidades inteiras da ilha do Faial, integrando pessoas que saíram da ilha nesse tempo.

— Não se pode estudar vulcanologia sem passar por aqui. Este centro de interpretação faz-nos entrar no epicentro dos acontecimentos e perceber com clareza a atividade sísmica e tudo o que ela tem de incontrolável.

— Este é claramente o exemplo do belo-horrível. – confessa Marcos já dentro do centro.

— Beleza Kantiana. – esclarece Mariana. — Tem muito que se lhe diga, acredita. Depois de veres este filme ficas com outra noção do que é um vulcão em atividade.

— Estou a pensar nessas pessoas que tiveram que emigrar. Viram as suas vidas mudar completamente numa questão de meses. Fizeram uma mudança de trajetória de vida e de futuro. Sinto que se perdesse tudo hoje e tivesse que mudar completamente a minha vida, não seria fácil, mas eu não tenho nada. Eu estou por conta dos meus pais, ainda não construí nada, mas eles tinham vidas assentes em sonhos que se queimaram e reduziram a pó. Que duro!

— Há uma expressão que gostava de discutir com vocês quando estivermos a digerir esta viagem. As conversas que temos tido pela rama, merecem uma poderosa reflexão a seguir. Há uma expressão que a mim ma faz pensar muito. Falam os escritores açorianos em Décima ilha. Para uns, a décima ilha seria nos Estados unidos onde milhares de açorianos se refugiaram e fizeram vida. Somos uma região de emigrantes, para outros poderia ser Santa Catarina no Brasil para onde emigraram também muitos açorianos. Em qualquer dos lados há cultura açoriana disseminada e vivida.

Kiwamu Hamaoka é um japonês que traduziu muitos autores portugueses e açorianos. A propósito desta expressão, diz:

Se o Onésimo, açoriano, viaja para outro lugar, a Açorianidade e a Décima Ilha ficam assinadas nessa terra viajada. A Décima Ilha existe para quem divulga o espaço açoriano e existe algures no mundo. Descobri isso lendo os livros do Onésimo. Admiro como o Professor Vitorino Onésimo deixou neste mundo dois termos tão perplexos. Para mim, a Décima Ilha poderia ser tão filosófica, utópica e académica. Ao mesmo tempo, deverá ser procurada, eternamente, pelos insulares, tal como "Já não gosto de Chocolates" (Álamo de Oliveira) descreveu nas últimas páginas.

— É destas singularidades que vivem estas ilhas. Destas e de todas as outras que vamos conhecendo nesta viagem de mil descobertas que nos levam a questionar tanto do que já está dito e do outro tanto que sentimos que falta dizer. Vamos precisar de tempo para viver estes Açores reais dentro de nós.

Capítulo IX

O terminal das lanchas do Pico na ilha do Faial é um edifício moderno e muito recente. Marcos e Margarida estranharam o preço do bilhete. Muito mais barato que ir das Flores ao Corvo. Tomaram um café no bar do terminal e aguardaram a chamada para o barco.

— Este terminal recebe anualmente milhares de passageiros. Já ninguém vem ao Faial sem ir ao Pico. Estes barcos são a ponte entre as duas ilhas. O mar, é que não é o teu Tejo, Marcos – graceja Rúben. — Há pessoas do Faial que vão diariamente trabalhar para o Pico. Fazem esta viagem duas vezes por dias.

— Mas os meus pais falam de o cais ser ali à frente depois da marina e da lancha do Pico ser uma casquinha de noz. E de não haver soluções de saúde no Pico e as pessoas virem de barco, no meio de ondas altíssimas para serem assistidas no Faial. Um dos grandes barcos que faz hoje esta travessia tem o nome do marinheiro que na altura ficou conhecido por arriscar a vida para ligar os dramas do Pico às soluções do Faial: Gilberto Mariano. Era um ser humano incrível.

— Já percebi que os Açores estão cheios de seres humanos incríveis. Será que a insularidade é uma fábrica de seres humanos incríveis?

— Ora bem, vai direitinho para os tópicos de discussão. Agora vamos embarcar.

O barco era grande. Decidiram subir as escadas para fazer a viagem no topo do barco. A vista para a cidade da Horta é única. O casario, alinhado com o mar, parece um presépio. O barco dá dois roncos que ameaçam furar o tímpano e a alma. Mariana fica de lágrimas nos olhos. O apito do barco sempre lhe traz memórias. As histórias da mãe, da partida das amigas para a emigração. A vida devia ter sido muito dura naquele tempo.

Com direito a discurso de bordo e bar no rés do chão, Gilberto Mariano rasga as ondas como uma flecha. Depressa, muito depressa, o Faial vai ficando para trás e começa a descortinar-se a ilha do Pico, os ilhéus que parecem picarotos hirtos no meio do mar à espera da tempestade, quais Adamastores. Do lado de lá, a ilha montanha, fascinante, dominadora, negra, basáltica, incrível….

Desembarcar no Pico é como entrar no *side walk* de uma cidade cosmopolita. Em frente ao cais, alinham-se cafés e empresas de turismo. Na esplanada do Dark há sofás que convidam ao primeiro café na ilha montanha.

— Vamos esperar aqui. O Terry vem ter connosco daqui a nada. — diz Rúben.

A dona é brasileira, mas os empregados são jovens simpáticos do Pico que nos vêm propor mais alguma coisa além do café.

Aparece o Terry. Com um sorriso de orelha a orelha, o Terry enche sempre o espaço onde chega:

— Bom dia, eu sou o Terry Costa. Não sei o que o Rúben disse de mim, mas eu sou picaroto e canadiano porque nasci em Toronto e sou diretor artístico da Mirateca Arts que é uma associação que tem por finalidade realçar o indivíduo, a equipa e a produtividade organizacional no mundo de artes e cultura. Produzir, promover e apresentar artistas, mostras e eventos abrangendo as várias disciplinas artísticas.

— A Mirateca Arts dinamiza uma vasta panóplia de eventos, dos quais se destaca o Roteiro de Arte Pública na Madalena, o Roteiro dos Sorrisos de Pedra na ilha do Pico, o Montanha Pico Festival e o Azores Fringe Festival. Já tivemos no Pico centenas de artistas internacionais de todas as áreas artísticas. Pessoas do mundo inteiro que se deslocam aqui para tocar, cantar, escrever, pintar, inventar…. A nossa matriz é a arte

— Que coisa linda! – diz Marcos. — Estou maravilhado com tudo o que dizes. O Fringe festival também decorre aqui no Pico?

— Sim, aqui e em todas as ilhas. Dura um mês e atravessa a Região de lés a lés. Este ano, o encontro de escritores é nas Flores. A Mariana está a colaborar comigo também. Estamos todos envolvidos com centenas de pessoas que, de Santa Maria ao Corvo entram na nossa onde gigantesca de arte e cultura. Todos são bem-vindos aqui. Quem é artista inscreve-se na plataforma da Mirateca Arts e fica logo convidado a estar connosco em todas as nossas atividades. Vou levar-vos agora á sede da Mirateca. Venham daí.

Entraram na carrinha e iniciaram a aventura. A paisagem do Pico aparecia aos olhos de todos como totalmente diferente. Aqui e além, montanhas de pedra negra que depois souberam chamar-se "maroiços". Uma paisagem marcada pelo trabalho, pelo equilíbrio das formas, pela presença percetível de mãos rijas e carácter duro. Como o homem do Pico: seco, severo consigo mesmo, ereto, trabalhador, leal. Rijo como a pedra basáltica, no meio da qual faz nascer a vinha.

— Chegamos pessoal. Vamos fazer o tour. Um *tour* pelo meio da arte simples, leve, pela criatividade singular do Terry que encontra em cada objeto uma singularidade única.

— Cada dia percebo menos o que é realmente arte Terry. Mas este lugar tem uma energia onde se sente que tudo tem a magia das pessoas que tu trazes à ilha e da pessoa que tu és. — diz Marcos a quem nada passava despercebido.

— Arte é tudo o que tu quiseres. Tu é que defines a tua forma de ver a arte! Arte é aquilo que te impressiona. E aquilo que é para ti, não é necessariamente o mesmo que é para mim.

— Mariana, coloca aí essa questão para a nossa discussão final.

— Vamos passar agora por casa da Helena Amaral para vocês verem os sorrisos de pedra.

— Sorrisos de pedra?

— Sim, a Helena arranca sorrisos à pedra basáltica da ilha. Vamos visitar o seu jardim de sorrisos.

Incrível. Incrível. Helena mostrou-os, um a um e explicou como os fez. Fala com cada sorriso como se fossem entidades que se cruzassem com a sua própria história. Cada um tem um nome dentro do coração daquela mulher de carne e osso que usa a pedra basáltica da ilha negra para se expressar.

— Cada vez tenho mais vergonha dos meus primeiros dias nos Açores. E eu a achar que era uma terra onde não se passava nada. Olha Rúben, dá-me um abraço e perdoa-me. Tu vives numa terra realmente incrível. Estou tão rendido que só tenho pena de não ter nascido mestas ilhas. — remata Marcos com o olhar nublado.

Eu sinto os Açores como um todo e o Terry também. Nascemos em ilhas pequenas e essa sensação de universalidade vem daí. — atalha Mariana. — Quem nasce em S. Miguel não tem falta de ir às Flores, mas quem nasce nas Flores precisa desde logo de conhecer outra ilha mal tenha um problema de saúde mais grave. Isso faz toda a diferença. E isso dá-te também a noção muito mais exata das dificuldades e constrangimentos de viver aqui ou ali. Não é indiferente. De todo.

— Queres dizer que o lugar onde nascemos marca a forma como vamos viver o resto da nossa vida? — interroga Margarida.

— Absolutamente. — responde Mariana. — E quando esse lugar são os Açores, ainda mais. Não tem nada a ver.

— Eu só sei que não se pode terminar uma viagem às ilhas ficando a mesma pessoa. Os Açores são transformadores. Para quem quer ver, claro.

— Estou a sentir que temos mais temas em debate. E estou muito grato por conhecer estas ilhas a tempo de poder mudar algumas coisas na minha vida.

— Não me digas que vais querer vir viver para os Açores, Marcos!

— Nunca se sabe. Não sei se queria viver aqui para sempre mas tenho a certeza que quero ter com as ilhas uma relação aberta e única.

— Eu acho é que vocês deviam aproveitar para dar um salto a S. Jorge. Com este tempo fabuloso que não é usual nesta altura do ano, num dia correm a ilha. Bem sei que não é o tempo ideal para visitar, mas pelo menos ficam com uma ideia.

— Bora, malta?

— Vamos a isso.

Capítulo X

Fomos até S. Roque apanhar o barco. A viagem é um pouco mais longa que do Faial ao Pico, mas é confortável e sem história.

À chegada, tínhamos o Peter à espera:

— Sou o Peter Adrieens. Sou holandês e vivo em S. Jorge há una anos. Sou pintor e músico. Sou amigo da Mariana e tenho muito gosto em fazer esta volta com vocês. Tenho consciência que esta ilha pode dar para mais de uma semana, mas há impressões que se podem sentir facilmente num dia.

— Wow Mariana! Só conheces pessoas especiais!

— O Peter vai todos os anos ao Fringe. Foi lá que me foi apresentado. Já foi às Flores. Gosta de partilhar tudo o que faz.

Fizeram a volta à ilha no jipe do Peter que foi mostrando a ilha de forma entusiástica. Desceram até à Fajã de Santo Cristo e à Fajã dos Vimes, beberam um café produzido localmente, provaram o queijo do Topo e comeram espécies.

Cada vez estou mais maluco com as vossas ilhas. — admitiu Marcos. — A quantidade de pessoas interessantes que optam por se instalar nestas ilhas deixa-me a pensar. E a fertilidade da terra é impressionante. O tamanho das amêijoas, a qualidade do queijo, a originalidade da "espécie", agora o café local. É incrível. Cada ilha é uma nova surpresa. Razão tinha mesmo o tipo do filme sobre a autonomia. Cada ilha é um caso sério a todos os níveis. Acho esta ilha, muito parecida com as Flores. Falta apenas o arrebatamento das cascatas, mas a natureza é muito semelhante.

— S. Jorge é uma ilha muito comprida. Isso tem influência em muitas áreas porque torna as coisas distantes umas das outras. Da Calheta ao Topo é uma distância grande. A ilha tem 53 quilómetros de comprimento e apenas 8 quilómetros de largura. — conclui Rúben. — E tem outros problemas nomeadamente o aeroporto que, sendo pequeno como todos os outros tem como agravante os ventos fortes que limitam as aterragens. Acho que, em termos de viagens aéreas, S. Jorge tem tudo a ver com as Flores.

— O que eu sei é que estas ilhas são incríveis e agora entendo o orgulho que vocês sentem da vossa Região. E é a descontinuidade geográfica que vos diferencia umas das outras. S. Jorge é uma ilha pequena, mas está estrategicamente colocada entre o Faial e o Pico.

— São denominadas "ilhas do triângulo" exatamente por isso. — acrescenta Mariana.

— A nível de abastecimentos parece uma vantagem que as ilhas de Flores e Corvo já não têm. Nas Flores e Corvo há apenas um navio de carga de 15 em 15 dias. E se o

tempo estiver mau, que o navio não posso encostar, pode haver quebra grave nos abastecimentos. No triângulo é pouco provável que aconteça. E há também uma sensação de conforto quando de uma ilha se avista outra. Uma quebra na solidão insular.

— O que eu concluo é que viver em ilhas é uma questão de atitude de vida. Não será para todos. Há pessoas que precisam de muita gente para se sentirem felizes. Outros precisam da sua paz e de muito silêncio. Eu penso que cada um pode construir o seu mundo onde estiver. Mas nestas coisas, cada caso é um caso.

— Eu agora só tenho vontade de aplicar aqui a máxima socrática "só sei que nada sei". – diz Mariana com um sorriso de orelha a orelha. — Isto é muito parecido com a "alegoria da caverna" de Platão. Cada um pode viver a ilha como quiser: como uma caverna onde não entra o conhecimento ou como uma janela para a luz.

— Estou a lembrar-me de um texto que me enviaste Mariana, não sei se te lembras. Era de um rapaz que foi ao Corvo fazer um filme.

— Ah, já sei. Não, o texto não é do Gonçalo Tocha. Mas podia ser. O Gonçalo foi ao Corvo gravar um documentário que também devíamos ver juntos, especialmente agora que estamos neste mesmo barco de conhecer as ilhas. O filme chama-se *É na Terra, não é na Lua*. É muito interessante porque resulta de um trabalho feito na ilha, junto das pessoas e que mostra a ilha como ela é. Sem complexos. Sem achar que se está no meio de *aliens*. É porque há muita gente que vai ás ilhas pequenas e olha os locais como se fossem deportados ou pessoas que não tiveram outra opção. Não é assim pessoal. Há gente que não trocaria a sua ilha por nenhum outro lugar do mundo. Eu sou uma delas. Gosto de sair das Flores, claro, mas também adoro voltar. E sinceramente não me vejo a viver noutro lugar. Tenho um orgulho enorme em mostrar e ver as pessoas fascinadas. Ás vezes gostaria de nascer de novo para poder vê-la pela primeira vez.

Capítulo XI

Amanhã regressamos a S. Miguel, mas esta noite quero ler-vos o tal texto sobre o Corvo de que o Rúben falou. Está muito interessante e pode ser tema de um longo debate. Aceitam o desafio de ouvir durante um bocadinho? — pergunta Mariana.

— Ouvir não. Escutar. — diz Margarida com ar malicioso.

— Realmente. É bem diferente. Mas isso é outro tópico. Agora vamos ao texto:

Um pedaço de terra, minúsculo, rodeado de mar alteroso por todos os lados. Uma caldeira de uma beleza irreal. Uma vila aninhada a um canto. Gonçalo Tocha pôs a ilha açoriana nas bocas do mundo com o documentário "É na Terra Não é na Lua". É difícil chegar lá, é difícil sair de lá.

Como todos os que vêm de fora, João Cardigos chegou à ilha do Corvo para ficar pouco tempo. Mas começou logo a adiar a partida. Depois esqueceu-se dela. Vive aqui há quase 30 anos. É o médico da ilha.

A sua casa, entre o mar e a pista da aerogare, é uma mansão de proporções hiperbólicas, quase uma outra ilha. "Bem-vindo à ilha do Corvo" é, aliás, a inscrição que o médico, num acesso de metonímia vingativa, decidiu apor à entrada.

A casa não fica exatamente fora da vila, mas está de costas para ela. Os muros altos que cercam parcialmente os vários componentes e anexos da habitação não foram erguidos do lado do mar, mas da terra. As paredes voltadas para o oceano são de vidro, para que se possa assistir ao espetáculo das ondas e das tempestades ao som de música clássica.

Estar na casa de João Cardigos é como viver numa cápsula no meio do Atlântico. Entregue ao domínio selvagem, apesar de todo o conforto e segurança da sólida construção de pedra e madeira. Longe da civilização, apesar da biblioteca e da sala com a aparelhagem sonora e milhares de CD de música. Os espessos vidros triplos permitem calar a natureza, substitui-la pela banda sonora humana, a harmonia comedida e inteligível dos grandes compositores, num firme e suave amansamento das vagas, a rédea curta.

"Posso viver assim sempre. O mar, os meus livros, o meus discos, não preciso de mais nada", diz o médico, que agora raramente sai da ilha, e menos do arquipélago, e muito menos ainda vai à sua Lisboa natal. "Os meus colegas em Lisboa têm vidas absurdas, em filas de trânsito de casa para o emprego, do emprego para casa."

João Cardigos, que casou com Goretti, a enfermeira do posto de saúde, não faz qualquer tenção de sair do Corvo. Não se imagina noutro lugar. No entanto, pode dizer-se que está de relações cortadas com a ilha. Já não a compreende e já não é compreendido. A seus olhos, tudo o que havia de autêntico desapareceu. Tudo o que havia de único. As pessoas divorciaram-se do seu passado, da sua natureza. Perderam o que tinham de valioso e irredutível, para ganharem o que é comum e vulgar, e não vale nada. Pode dizer-se que o médico não gosta dos corvinos, e o sentimento é retribuído. Mas ao mesmo tempo é ele que os trata, que lhes salva as vidas, e eles são o seu mundo, a sua dedicação, a sua vida. É apesar de tudo um amor recíproco, intenso e amargo.

O silêncio

A ilha do Corvo tem quatro quilómetros por sete e 400 habitantes. É a mais pequena do arquipélago dos Açores, e uma das mais ocidentais, em conjunto com a das Flores. Está agarrada à placa tectónica do continente americano, e cercada por águas muito profundas e alterosas, de vagas largas e rugido cavo.

Foi originada por um vulcão, há 700 mil anos, e assemelha-se a um monstro marinho de carapaça escura coberta de musgo. É uma montanha, mais alta de um lado que do outro. No flanco mais abatido situa-se a vila, incrustada e encolhida, de ruas estreitas e casas de pedra, fazendo lembrar mais uma medina árabe do que uma povoação açoriana. Diz-se que foi construída assim por necessidade de proteção, das tempestades ou dos piratas. O facto é que é minúscula e acanhada. O facto de a ilha ser pequena não levou os habitantes a espalharem-se pelo espaço disponível, mas a encolherem-se ainda mais, a reduzirem-se.

Aparte o pequeno nicho de casario escondido, tudo o resto é selvagem. Exceptuando apenas uma antiga fábrica de manteiga (agora habitada uma vez por ano por um coreógrafo suíço e louco, com a sua companhia de dança — durante um mês, criam e ensaiam uma peça que depois exibem por toda a Europa) e o bar, quase sempre fechado, isolado na vertente e chamado Formidável.

Navegando à volta do território no Juliana, o barco do pescador Joca, a ilha é como uma enorme esmeralda rodando sobre um espelho. Uma pedra de reverberações verdes e negras, facetada em zonas de claridade ígnea e brilhante e outras de fumo, de luzes baças e movediças. Está sol e vento, e há esconsos e grutas, pedregulhos onde saltitam cabras selvagens, enseadas e penínsulas sobrevoadas por gaivotas, cagarros e estapagados, de asas negras e peito branco.

O fragor do mar é tão violento que a ilha parece envolta em música, um zumbido íntimo e recôndito, um silêncio mais silencioso do que o silêncio.O lado mais alto da ilha é todo ele preenchido pela cratera. Há uma pequena estrada que leva até lá, passando pelos campos onde os corvinos criam as suas vacas, que dantes abandonavam de repente sempre que o vigia, no seu casinhoto da encosta, avistava uma baleia no mar. Avançavam então nos seus dois botes minúsculos, seis homens em cada um, na perseguição do cachalote cuja localização o vigia ia indicando, através de um código de lençóis brancos estendidos na escarpa em várias posições.

Da baleia extraíam o toucinho que, derretido e processado, era vendido para uso na iluminação. A carne e tudo o resto era deitado fora. O lucro era pequeno e aplicado na compra de terras, para criar mais vacas.

Os piratas

A vigia da baleia ainda existe, abandonada, situada num dos pontos mais altos da ilha. Não tão alto como o Caldeirão, que fica no fim da estrada e surge de repente, aos olhos de quem chega, como um mundo novo, subterrâneo e secreto, de beleza irreal. É a cratera do vulcão, o fosso colossal de onde nasceu a ilha, mas no seu interior não há vestígios de lava nem de enxofre, antes um forro aveludado de musgos verdes e brancos, e um fundo de lagoas e ilhotas. A toda a volta do vale recorta-se uma parede côncava e íngreme, que do lado Sul termina numa lâmina de rocha elevada a pique sobre o mar. Para o outro lado, a altitude na vertical é de 718 metros, a maior em terras que dão para o Atlântico, e a vista é um horizonte de água e de assombro.

O lugar chama-se Morro dos Homens, diz-se que por ser aqui que se refugiavam os homens da vila, quando os piratas atacavam e saqueavam o Corvo. Mulheres e crianças nada tinham a temer. Só os homens se arriscavam ao rapto, após o que seriam mandados trabalhar como escravos.

Isto até a ilha se ter feito amiga dos piratas. O mais célebre de todos eles tornou-se até um benfeitor, trazendo comida e outros bens e protegendo os corvinos de colegas corsários com menor nobreza de carácter.

Passou-se isto por volta dos anos de 1820, e o pirata em questão chamava-se Almeidinha. Consta que nascera em Rabo de Peixe, na ilha de São Miguel, mas fora recrutado como pirata em Baltimore, nos Estados Unidos. Nas suas atividades de

corso, servia os interesses da Argentina e Venezuela, atacando navios dos colonizadores espanhóis, que odiava por ter sido por eles maltratado numa prisão de Cartagena, na Colômbia.

Há relatos históricos e credíveis segundo os quais o prestigiado e temível pirata Almeidinha se tornou amigo do padre do Corvo, João Inácio Lopes. Era através dele que negociava e ajudava os corvinos. Para que, à sua aproximação, o cura não o confundisse com outros piratas, Almeidinha ofereceu-lhe um potente monóculo. Assim, ele podia verificar que quem lá vinha era o Almeidinha, e começar sem medo a preparar os produtos a negociar.

Almeidinha acabaria por ser preso pelos espanhóis, e executado em 1832. Nessa época, sem a ajuda dos piratas, o Corvo conheceu a pobreza. Os atuais habitantes lembram-se de ouvir aos pais e avós histórias desse período.

Maria Luísa, mulher do baleeiro Fernando Pimentel, conta o caso de um antepassado, provavelmente o seu bisavô, que era obrigado a trabalhar todo o dia nas terras altas, com os animais. A mulher guardava-lhe um pedaço de pão seco, que lhe mandava pelo filho, a meio do dia. Mas pelo caminho a criança, também esfomeada, não resistia e ia comendo o pão. Quando chegava ao monte não tinha nada, mas o pai percebia e nunca o recriminou, nem disse nada à mulher, que só veio a saber disto, anos depois.

Inês, de 79 anos, uma das únicas mulheres que ainda sabem tricotar os típicos barretes do Corvo, lembra-se de a avó relatar as admoestações que fazia aos filhos, quando eles iam à cozinha roubar pedaços de pão seco para comer: "Vocês já andam metidos no pão outra vez!"

Durante muitos anos, o pão que se comia era de junça, uma planta normalmente usada para alimentar o gado. Raul Brandão, que visitou o Corvo em 1924, transcreve, em As Ilhas Desconhecidas, o relato de um corvino de 75 anos:

"Fome! Muita fome! ... A ilha andava avexada: pagava quarenta moios de trigo e oitenta mil réis em dinheiro ao senhorio de Lisboa. A gente — inda me lembro — andava vestida com umas ceroulas compridas, por cima um calção de lã, tingido de preto com mantrasto e uma jaqueta aos ombros, a barba toda e uma carapuça na cabeça. Não havia lumes. O lume conservava-se nas arestas do linho e quando sucedia apagar-se iam-no buscar à alâmpada da igreja ... Fome! Muita fome! O mais que se comia era junça, uma planta que dá uma semente pequena debaixo da terra,

de que se alimentam os porcos. Moía-se nas atafonas e fazia-se farinha e bolos... Às vezes trocava-se uma terra por um bolo de junça. Fome!"

Era o tempo dos liberais em Portugal, e a ilha do Corvo era sufocada pelos impostos que tinha de pagar ao donatário da ilha. Um dia, quando D. Pedro IV e a regência estavam instalados nos Açores, uma delegação de corvinos dirigiu-se a Mouzinho da Silveira, que era Ministro dos Negócios da Fazenda. Levaram-lhe um pedaço de pão negro de junça, para que ele visse o que comiam, por culpa do regime tributário feudal.

Mouzinho enterneceu-se e cortou para metade o imposto. Sabendo depois da gratidão dos corvinos, escreveria no testamento: "Quero que o meu corpo seja sepultado no cemitério da ilha do Corvo, a mais pequena das dos Açores. São gentes agradecidas e boas, e gosto agora de estar cercado, quando morto, de gente que na minha vida se atreveu a ser agradecida."

A pobreza atenuou-se desde então, mas hoje ainda são muitos os que se lembram de pessoas que, em toda a sua vida, nunca saíram da ilha, ou até que nunca se afastaram da vila, que nunca visitaram o Caldeirão. José Mendonça de Inês, de 81 anos, o marido de Inês Inês, não consegue parar de rir quando cita o caso de uma tia sua muito velha que costumava dizer: "Não há terrinha como a minha!" José acha a frase hilariante: "Pois ela nunca conheceu outra!"

Ainda no tempo da juventude de José e Inês, lembram-se eles, todos os corvinos andavam descalços. Só o padre usava sapatos, era isso que o distinguia. Quando ele saía de casa, ouvia-se o "toc toc" no lajedo da Rua das Pedras, e todos sabiam que a missa ia começar. Mais eficaz que o toque do sino. "Ouvia-se o barulho dos sapatos, como um cavalo", lembra José Mendonça, recorrendo a metáforas do seu próprio mundo, e sem parar de rir. A ele, que é especialista em fabricar as típicas fechaduras de madeira do Corvo (onde não há o hábito de fechar as portas), tudo na ilha lhe parece cómico.

A procissão

Hoje, os corvinos andam calçados, e o padre usa outro meio para chamar os crentes: um megafone. "Pedia a amabilidade de oito senhores para levarem os andores. A amabilidade de oito senhores", diz ele através do aparelhómetro, à porta da igreja. A missa terminou, e a procissão vai sair até ao Largo do Outeiro, para regressar com a Senhora dos Milagres e o Senhor dos Passos ao altar. "Oito senhores para levar os andores, se faz favor", insiste o padre Hélio Soares, que mal terminou

o seminário foi colocado naquela paróquia difícil. "Oito senhores". Nada. Ninguém se oferece, e Hélio corre literalmente para os homens que vê, empurrando-os até ao andor.

Está tudo a postos, a filarmónica começa a tocar. Muito desfalcada, cada vez aparecem menos músicos. Já foram muitos, mas agora são só nove. "Já fizemos um funeral sem trompete", lamenta a do clarinete. E o do bombo acrescenta, com ressonância trágica: "Para mim é a última vez. Estou farto. Nunca mais venho."

Os sinos desatam a repenicar, depois das últimas notas do coro das crianças, "Senhor tem piedade de nós", e sem nunca abafar o trovão do mar, que se vê por cada frincha entre as casas brancas. "Vamos formar duas alas, se faz favor", diz Hélio ao megafone. "Senhor Manuel, a sua ala sobe a Rua das Pedras. A outra vai pela Rua da Matriz." A procissão divide-se, avança por ruas diferentes, para se unir no Largo do Outeiro. Ali todos param, para o padre fazer o discurso, na presença dos dois andores.

"A Senhora dos Milagres simboliza aquela dor da mãe que encontra o filho na cama do hospital, depois de um acidente... O Senhor dos Passos... como nós, que, ao cairmos, temos dificuldade em nos levantarmos. Somos fracos, precisamos de alguém que nos ajude. O cireneu que leva a cruz pode ser qualquer um de nós."

O padre Hélio, que, segundo Inês, "tem cara de menino mas é boa pessoa", leva a sério a sua profissão: estudou a História do Corvo, para melhor tocar os corações dos corvinos. "A Senhora dos Milagres, assim chamada por ter protegido os corvinos dos ataques dos piratas, em 1632... Esta Praça do Outeiro, esta encruzilhada dos caminhos da vida", diz o padre, aludindo à função do largo na vida da comunidade. Era ali que se reuniam os velhos da ilha, para tomarem as decisões sobre a vida económica, ou julgarem os casos de litígio. Ainda hoje se juntam no edifício conhecido como a "casa das vacas", para discutirem assuntos do dia-a-dia, ou simplesmente verem televisão.

"O encontro do Outeiro, que foi local de reunião, de decisão quanto às questões do quotidiano agrícola desta comunidade abandonada pelo mundo", continua o padre. "Quando eram atacados pelos piratas, quando os donatários exploravam o povo do Corvo..."

"Não preciso de mais nada"

O espírito e as práticas comunitárias da população corvina estão nas cabeças de todos, são a sua identidade, mesmo quando já pouco se manifestam na vida quotidiana. É essa a riqueza do Corvo em que o médico João Cardigos ainda acredita.

Para ele, essa autenticidade perdeu-se quando os serviços florestais do continente foram destruir o sistema de terras comunitárias que vigorava na ilha. "Todo um sistema de valores desapareceu, e não foi substituído por outro", explica o médico, que se considera possuidor de uma visão para a ilha. Em 1990, candidatou-se à Câmara Municipal, com um programa de 125 medidas. Foi eleito com a diferença de um voto em relação ao outro candidato. Mas a sua obra não foi compreendida. O lema era Small is Beautiful, e a ideia era assumir a pequenez, a especificidade, a singularidade. Ser uma ilha minúscula e isolada pode parecer uma desvantagem, mas também pode ser vista como uma enorme riqueza.

Algumas iniciativas falhadas de João Cardigos: criar uma pequena fábrica de enchidos "de muito boa qualidade", para que os produtos das vacas ficassem na ilha e fossem altamente rentabilizados. Apurar uma raça de cão. Só numa pequena ilha se pode fazer isso. Combinavam-se cães das melhores raças, para se criar uma linhagem. "As pessoas não seriam obrigadas a ter um cão de raça corvina. Mas quem quisesse outro teria de o capar."

Outra ideia: criar a "semana do isolamento". Uma espécie de feira para onde seriam convidados "índios da América para ensinar a fazer sinais de fumo", um "prémio para as melhores mensagens em garrafas", um "concurso de jangadas"

Na eleição para um segundo mandato, Cardigos perdeu. Segundo ele, por causa da prática da compra de votos, uma das consequências da perda dos valores tradicionais.

De então para cá, o seu discurso sobre o Corvo e os corvinos é azedo. Dir-se-ia que odeia a ilha. Mas as pessoas dizem que é um médico dedicado, com o qual se sentem seguras. E porque não vai ele embora? Porque construiu aquela casa com mil metros quadrados de área coberta na orla costeira, que levou 15 anos a concluir e cujo projecto só foi aprovado porque o presidente da Câmara na altura era... ele?

Por causa do mar, diz Cardigos, com a voz alucinada de Kurtz, de Conrad. "O mar, os meus livros, os meus discos, não preciso de mais nada".

Paulo Moura
Chegar ao Corvo e ficar para sempre
20 de Abril de 2012, Fugas Viagens, Público

Ficaram mudos durante um bom bocado. Tinham todos o olhar nublado. Marcos limpou mesmo uma lágrima atrevida. Mariana estava ruborizada.

— Não conheço este jornalista, mas já li este texto mais de uma dúzia de vezes. Está muito bem escrito. Mostra a realidade sem roupagens e sem exagero. A isto, chamo fazer jornalismo à séria. Mostrar o que é. Muito diferente do que se vê hoje em dia.

— Este texto dá para refletir vários dias Mariana. Ter estado no Corvo ajuda a entender tudo o que aí vem dito. Podemos colocar este texto em debate e da minha parte muito obrigado por esta partilha. Cada dia que passa me sinto mais rico por estar na vossa Região e por vos ter como amigos. Realmente um bom amigo é alguém que te desafia, que te ensina coisas, que te acrescenta…

— Cada um de nós terá a sua ideia de amigo, mas eu adoro pessoas que me fazem sentir necessidade de saber mais, que passam tempo de qualidade comigo, que interpretam os meus silêncios e riem em coro comigo.

— Wow!!!! Um debate sobre a amizade parece-me uma coisa do outro mundo!

— Sabes que tenho lido muito sobre isso. Fala-se de química, de empatia, de energias complementares. Malta, isso dá para décadas de discussão!

Não exageres miúda. Somos todos diferentes uns dos outros, mas é a união das nossas forças que nos torna únicos.

— Olhem amigos, o melhor deste texto para mim é a sinceridade do autor, o desafio de, sendo de Lisboa, descrever com ousadia e verdade, uma realidade que não é a dele. E já que estamos em maré de debate, não era pior falar da comunicação social que temos que é bárbara. Das guerras das televisões privadas que vivem fixadas me custos e não conteúdos, dos jornais que veiculam muita informação falsa, das *fake news*, da imprensa cor de rosa e da comunicação online. Só aqui, amigos, temos matéria para semanas. A imparcialidade na comunicação, o rigor e a verdade que lhe deviam estar subjacentes são matéria para nos colocar em discussão durante uns dias.

— Estou ansioso por falarmos disso. É um tema que nos vai levar a todos muito longe.

Capítulo XII

Aterraram em Ponta Delgada ao fim do dia e decidiram ir juntos jantar às portas do mar. Estavam calados e pensativos. Marcos quebrou o encanto do silêncio:

— Estou a sentir-me estranho. Melancólico. Tenho a sensação de ter ficado fora de S. Miguel por muito tempo.

— É a diferença que existe entre tempo chronos e tempo kairós que te faz sentir assim. — diz Mariana.

— Queres falar do teu tempo filosófico Mariana. — graceja Rúben.

— Não brinques. É filosofia sim, mas é também um tema muito mais complexo do que se pensa. Todos os filósofos da antiguidade falaram do tempo. Na perspetiva de Kant, o tempo é uma estrutura da relação do sujeito com ele próprio e com o mundo. Segundo Hegel, o tempo é o pensamento do puro devir. Aristóteles, na Física, colocava alguns problemas à existência do tempo. Para ele, o tempo não poderia existir, já que nenhuma das suas partes existe. O instante presente, por não ter duração precisa, o passado já aconteceu e o futuro ainda não é. Para Platão, existe o mito do eterno retorno, onde o tempo era um movimento cíclico e assim tudo aquilo que acontecia no passado era repetido e retornava novamente.

— Decoraste a Infopédia Mulher. Não é preciso. — diz Marcos. — O que eu quero dizer é que o tempo que passamos nas ilhas me pareceu muito longo, mas muito interessante. Estou a sentir-me hoje em Ponta Delgada como se tivesse aterrado de umas férias em Marte.

— E isso é bom ou mau?

— Nem bom nem mau. Não se coloca aqui essa questão. É diferente. É um sentimento estranho. Como se tivesse vivido esses dias numa outra pele, num outro corpo, numa outra dimensão.

— Na realidade, estivemos numa dimensão diferente da nossa realidade habitual. As ilhas proporcionam isso. São uma realidade diversa desta. E aprendemos muito nestes dias. Quando se está em aprendizagem, o tempo rende.

— Vocês estão a subir o nível do diálogo. — graceja Rúben. — Daqui a bocado já ninguém vos segura. Cuidado para não levitares Marcos. Essa aí, quando começa a falar do que gosta, nunca mais se cala.

— Ela tem razão. Este assunto do tempo parece-me muito pertinente. Voltaremos à questão em momento mais oportuno.

Capítulo XIII

Encontraram-se nas Furnas. Também era a primeira vez para Marcos. As ruas labirínticas da freguesia levaram-nos ao exterior do Hotel. Rúben tinha planeado um passeio pelo parque com almoço de cozido e banho na lagoa. Conhecer as Furnas implica conhecer a flora de um dos jardins mais bonitos do mundo e sentir o calor da água daquela lagoa que parece um milagre no meio do nada.

Durante duas horas os telemóveis não pararam de registar momentos. Poucas palavras, mas muitos sorrisos cúmplices entre os quatro. Quando finalmente se sentaram á mesa para o famoso cozido das furnas, já tinham estado na lagoa justamente ao lado dos buracos na terra de onde saiu o prato que iam comer.

— Amigos, eu estou literalmente sem palavras. Vocês sabem disso. Vejo que a Margarida, tal como eu, que não somos açorianos, mas estamos aqui, sentimos uma gratidão profunda por tudo o que nos tem acontecido. É um privilégio imenso estar nesta ilha, mas também é muito interessante podermos saber que existem mais oito irmãs destas, espalhadas no atlântico a tornar Portugal maior. Eu acho que vocês deviam ter uma cadeira no currículo escolar que fosse direcionada para a história dos Açores. E que todos conhecessem todos. Vocês acham que os jovens dos Açores conhecem bem todas as ilhas?

— Atualmente estão desfeitas algumas barreiras. O cartão jovem tem facilitado os preços para os jovens nomeadamente nos barcos da Açorline que, durante o verão, fazem ligação entre todas as ilhas. Acredito que muitos já conhecem: levam as tendas e vão ficando pelas ilhas em altura de festas. Talvez tenham uma visão menos correta porque visitar as ilhas de verão não é o mesmo que conhecê-las a fundo. Uma viagem de dois dias a um lugar, em grupo, não dá a mesma perspetiva que estar esses dois ou três dias na companhia de alguém da ilha, que conhece e vai dar explicações sobre as coisas. — acrescenta Rúben.

— As vossas ilhas têm história, muita história e o facto de serem tão diferentes umas das outras numas coisas e tão complementares noutras, deixa-me totalmente fascinado. Um ser humano não é os seus cargos ou as suas habilitações literárias. Isso são os papeis que representamos na vida. Nós somos a nossa história, o nosso chão. Vocês vivem numa terra habitada por gnomos e seres misteriosos, onde os vulcões têm o poder de cozinhar os nossos alimentos. A vossa respiração é a respiração da terra, a força brutal de uma natureza que, a cada minuto, nos surpreende e espanta. Esta ilha mata-me.

— Cuidado Marcos. Não tarda nada estás a mudar para filosofia. – graceja Mariana.

— Olha, apetecia-me era fazer um ano de sabática profunda. Um ano para conhecer e aprofundar a cultura dos Açores. Antes de me sentar na nossa universidade a aprender teorias, gostava de viver um mês em cada ilha, conhecer pessoas, falar com elas, viver as suas emoções, conhecer as suas dificuldades e calçar os sapatos de cada um. Isso, para mim, é que é conhecimento.

— Precisamos das duas coisas Marcos. O conhecimento científico é muito importante para perceberes o que são as coisas, como começaram e de onde vêm, mas concordo quando dizem que experienciar é aprender. Também me apetece ás vezes fazer uma coisa desse tipo.

— No final desta viagem podemos escrever uma história, uma coisa ao género das novelas de Lipman para colocar os jovens a refletir sobre questões que fazem parte da vida de todos nós.

— Fazes tu isso Mariana. E assim já te integras nessa vocação filosófica que queres levar ao limite com a tua Filosofia para Crianças.

— Estou empolgada com essa ideia porque sinto que tens razão quando dizes que o currículo devia incluir a história das ilhas. Nos Açores, a política colocou-se acima do projeto autonómico, perverteu alguns princípios e eu gostava de ver a juventude açoriana a tomar decisões para os Açores e para os açorianos, que não se limitassem a aceitar passivamente as decisões do poder. Sinto que nem sempre o poder faz o que é melhor para os Açores, mas o que está mais de acordo com os seus interesses e com os interesses que protegem. E nos tempos que vivemos, corrupção tem sido palavra de ordem. Isso é mau. Descredibiliza a política e os políticos e os cidadãos precisam ter confiança em quem os governa.

— Honestamente não sei se os jovens de hoje dão grande valor à política e até que ponto pensam nessas coisas. Mas acho que é um tema para debater com eles. As escolas é que devem fomentar esse debate. Saber o que pensam e que soluções acham que são viáveis. Ás vezes um *brainstorming* com gente nova ajuda a entender o que está mal e aos caminhos para chegar a uma conclusão.

— É mais um tema para a minha agenda de discussões. Já temos matéria para um sem fim de encontros.

— É sempre melhor que estarmos todos ligados ao Facebook ou ao WattsApp e longe da realidade.

— O Facebook tem aspetos interessantes e positivos, mas também tem aspetos muito negros.

— Achas? — pergunta Margarida, que passa a vida colada ao ecrã a postar no seu Instagram.

— Claro que sim. Tu também sabes que tenho razão. Repara bem no tempo que perdes com essa coisa na mão. Que vantagens isso te traz? Que conhecimento? Em que é que a tua vida melhora quendo estás no Facebook? Em que áreas é que isso te melhora como ser humano?

— Cala-te. Deixa-me em paz.

— Não fiques chateada Margarida. Sou teu amigo e tu sabes disso, mas pensa no que te digo que não perdes nada.

— Amigos, vem aí uma semana de trabalho. Vamos dedicar-nos 100% às tarefas que temos pela frente. A minha ideia é irmos á Graciosa e Terceira no Carnaval. A Santa Maria iremos a qualquer momento de barco porque é muito mais barato. Até lá, vamos entrar a fundo no trabalho e fazer o que temos obrigação de fazer para não defraudar os nossos pais.

— Rúben, estás um moralista! Mas concordo contigo. Vamos a isso.

Capítulo XIV

O tempo passa a uma velocidade incrível. O semestre acabou e já sinto o cheiro das malassadas de S. Miguel. As filhós como diz a Mariana. Nas Flores não levam açúcar por fora. Já percebi que de ilha para a ilha, tudo muda. E estou completamente maluco por passar o carnaval entre a Terceira e a Graciosa. Cada vez gosto mais dos Açores. Já me sinto açoriano. O meu problema é mesmo escolher me que ilha queria viver não podendo viver em todas como bem se percebe. Amanhã de manhã vamos para a Terceira. O Rúben já tem tudo decidido e a Mariana tem lá amigos. Esta gente faz amigos com uma facilidade maluca. Talvez fazer amigos em lugares pequenos seja mais fácil. Pois…conhecem-se, não têm medo de ser enganados…. Sei lá. Agora, dava jeito dormir. Amanhã também é dia. E que dia!

O voo até à Terceira é curto. É como se fosse logo ali. Vinte minutos de voo, um aeroporto imenso por baixo de nós e uma aterragem perfeita.

— A Base Aérea das Lajes, é uma infraestrutura aeronáutica da Força Aérea Portuguesa e está subordinada ao Comando da Zona Aérea dos Açores. Foi criada no contexto da Segunda Guerra Mundial tem ligação à influência dos Açores no controlo do Atlântico. A sua utilização prende-se ao interesse dos Estados Unidos na redefinição das predominâncias político-militares no pós-guerra. A utilização da base permitia o rápido acesso à Europa, à África e ao Médio Oriente, transformando-se num instrumento muito útil no contexto do confronto este-oeste protagonizado pela URSS e pelos Estados Unidos durante a chamada Guerra Fria. Isto é história pura e dura.

Os americanos viveram aqui muitos anos e transformaram também a vida dos locais. É uma longa história que vale a pena conhecer porque faz parte integrante da história desta ilha também. Mas a partida dos americanos, inicialmente considerada como uma desgraça, não deixou os terceirenses de rastos. Esta gente tem sangue de toiro. É uma gente destemida, corajosa e empreendedora. A ilha Terceira é a ilha das festas, das touradas, das festas do Espírito Santo cheias de glamour, das Sanjoaninas que são as festividades mais longas dos Açores. E esta gente nunca deixa os seus créditos por mãos alheias. São simpáticos, alegres, comunicadores naturais e grandes cozinheiros. Come-se muito bem na Terceira. Há muita doçaria tradicional, restaurantes cheios de charme, praias de areia branca e lugares discretos com águas transparentes por entre as rochas. Tens duas cidades, cada uma com a sua identidade. A cidade de Angra foi a primeira do país a ser inscrita na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Angra do Heroísmo tem acordos de geminação com a cidade de Salvador da Bahia, Brasil, e com a cidade de Porto Novo, na Ilha de Santo Antão, Cabo Verde.

— Obrigada Rúben. Gostei de saber, mas desta vez não viemos aqui para estudar a história da ilha. Isso precisaria de muito mais tempo. Nunca se sabe se um dia não acontece! Parece-me muito interessante tudo o que dizes. Hoje, quero correr a cidade de lés a lés e à noite quero ver os bailinhos de carnaval de que falaste. Parece-me extremamente interessante.

— Os bailinhos atuam em 38 salas por toda a ilha. Normalmente há uma ou duas danças de espada, com temas dramáticos, e as restantes danças de pandeiro, bailinhos ou comédias. A história destas danças também não é clara, mas há muitos estudos feitos sobre elas. Neste momento, os bailinhos têm um enredo havendo uma parte que é dramatizada e a outra é cantada e bailada. Cada bailinho pode envolver mais de 50 pessoas entre tocadores e bailarinos. Nesta altura do não há cerce de 1500 pessoas envolvidas na festa.

— Tudo isto é muito interessante. Entre duas ilhas vizinhas, as diferenças na atitude das pessoas, deixa-me extremamente interessado por conhecer mais cada uma delas. — afirma Marcos.

— O interessante, é que as pessoas de cada ilha conhecem as vulnerabilidades de cada uma das outras. Os calcanhares de Aquiles. Aqui, dizem que há muita homossexualidade.

— Hoje em dia, isso já não é um problema para ninguém… — diz Mariana.

— Olha que não, amiga. — remata Margarida. — Ainda há muitos problemas à volta deste assunto. Na sociedade e na família. Conheço casos bem dramáticos passados com amigos meus. E há sempre, sobretudo entre os jovens, aqueles que não se assumem e casam com pessoas de sexo diferente para não desiludir a família.

— Isso é muito mau — conclui Marcos. — Talvez devêssemos lançar um debate dobre esta questão. Saber o que pensam os jovens. Se a sociedade civil já legislou sobre o assunto, penso que seria o momento das pessoas que têm familiares ou amigos nessa situação, ajudarem a colocar as coisas no plano em que devem estar.

— Estavam frente a frente com a majestosa Sé de Angra, em plena Rua da Sé. Um movimento moderado anima as ruas de uma cidade que é, toda ela, um monumento vivo.

— Não vi aqui nenhum franchising. — indaga Marcos.

— Não há grande coisa a esse nível. Até talvez seja a ilha onde encontras mais doçaria caseira. — diz Mariana. — Há aqui perto um café onde podemos passar que vende as D. Amélias que são umas queijadas feitas com farinha de milho e melaço. Esta, é a receita original, que foi preparada e oferecida pelas senhoras de Angra do Heroísmo à Rainha D. Amélia de Orleães e Bragança em 1901 durante a sua Visita Régia. São muito boas.

— Vamos a isso. Quero provar as famosas queijadas reais. — adianta Marcos todo contente.

— As ilhas são realmente a sua história. — continua Rúben. — E até aos locais faz bem passear com amigos que não conhecem. Venho aqui imensas vezes, mas não me detenho em detalhes. Há museus que não visitei ainda. O orgulho de pertencer aos Açores também nos vem ao de cima quando falamos disto. É por isso que acho importante colocar os jovens a falar da sua terra, a sentir esta sensação de pertencer a um arquipélago que não se esgota na nossa rua, no nosso bairro, na nossa escola…

— Há muita gente que viaja sempre para o exterior. — diz Mariana. — E poucos serão os que conhecem realmente bem os Açores. Porque conhecer os Açores, também é mergulhar na história e conhecer as gentes.

— Os Açores foram redescobertos com os voos *low cost*. O fluxo de turismo aumentou de forma disparatada. – adianta Rúben.

— Resta saber se esse crescimento é sustentável. — confessa Mariana. — Na minha ilha as coisas não se complicarão tão cedo porque o aeroporto é muito pequeno e há limites de crescimento turístico por isso mesmo. Mas temos que em S. Miguel e Terceira, sobretudo, a natureza possa ofender-se com tanta gente a querer ver o mesmo ao mesmo tempo. Há turistas muito civilizados, mas também os há, que não conhecem regras nem limites e, ás vezes, a vontade de fazer dinheiro rápido, pode ser destruidora. A sustentabilidade tem que ser a bíblia dos açorianos que se queiram dedicar a esta área.

— Tens razão Mariana. As questões da sustentabilidade também deviam ser objeto de mais debate, sobretudo nas escolas. — afirma Margarida.

— Os professores estão a ser asfixiados pelo poder para trabalhar números e um programa que tem que ser levado de uma ponta à outra. Talvez não estejam a dar a importância que deviam a muitas questões que tinham que passar pelo crivo do "parlamento dos alunos". A responsabilidade aí, não é dos docentes, é do modela que o poder organizou para eles e os obriga a cumprir.

— Bem, pessoal. Não estamos a perder tempo. Temos falado de coisas realmente importantes. Esta coisa de ter uma colega de filosofia, não facilita nada…

— Não brinques! Mas olha, já que tanto insistes, vamos beber uma cervejola — conclui Mariana.

— Ora bem. Pensei que ias fazer outro tipo de discurso, mas começar pela cerveja já não é um mau princípio. Mas agora não venhas dizer que beber álcool é mau, etc., etc.

— Olha do que tu te foste lembrar! Claro que é mau. E tu sabes disso, tão bem quanto eu. E também sabes que nos tempos que correm, o que não falta por aí é malta que bebe e fuma canábis e outras drogas. A ir por aí, temos debate para semanas. Esse é realmente um problema da nossa terra, Rúben. — afirma Mariana com ar de zangada.

— Da nossa terra e de todas as terras. Toda a vida houve. Hoje em dia estão mais facilitados os acessos a esse tipo de coisas e há outros problemas sociais que determinam o uso de drogas e de álcool como formas de alheamento da realidade.

— Também acho que deve ser tema de debate. — conclui Marcos. — Afinal é hipocrisia fingir que essas coisas não existem. E muitas vezes, até os pais fingem não saber. Tenho amigos que, não traficam, mas compram e consomem. Já tentei falar disso com alguns deles, mas não é fácil.

— Pois, mas a escola não se devia demitir de falar do assunto. Nem a escola nem a família. Talvez um debate coletivo, com pais e filhos.

— Estamos a ficar, definitivamente, demasiado sérios. Vamos, mas é para o bailinho e antes, beber a cerveja para acalmar esta nossa necessidade de problematizar.

Quando estavam de regresso ao hotel, Marcos voltou à carga:

— Estes bailinhos são incríveis. Adorei os textos. Bem escritos. Coisas com princípio, meio e fim.

— Ora bem, como tudo na nossa vida devia ser. Mas olha, se um dia quiseres conhecer bem esta tradição tens muitos documentos disponíveis online. Para mim, um doa melhores é um texto do Professor Luís Fagundes Duarte sobre o Carnaval na terceira. Até te dou a referência para não te cansares a procurar *Comunicação & Cultura*, n.º 10, 2010, pp. 87-100. Penso que este tema podia e devia dar uma tese de mestrado. Aliás, eu até acho que a Universidade dos Açores devia estimular os alunos a fazer esse tipo de mestrados sobre as nossas ilhas, a nossa cultura, as nossas coisas.

— Muita gente tem escrito sobre os Açores. Não dizem tudo. Nunca se deve dizer tudo acerca de nada. Tens que deixar lugar ao devaneio de cada um. E toda a gente tem direito ao seu naco de sonho…

— Mariana, Mariana, descola do manual!

— Não descolo, não. Os Açores são um misto de filosofia pura. Já li várias vezes Raul Brandão e as suas Ilhas desconhecidas. E a cada leitura, percebo que ele fez poesia pura em cada umas das suas paragens ao longo das nove ilhas. E sobre a Terceira, disse:

> *O navio fundeia na Terceira, num vasto semicírculo, fechado ao norte pelo monte Brasil e do outro lado pela ilha das Cabras. Está um calor surdo. Demoro-me a olhar a cidade, donde irrompe uma pirâmide amarela, o monumento a D. Pedro IV. Num plano mais afastado alguns montes escalvados. É Braga, Braga com mais regularidade nas ruas, mais cal nas paredes, e que lhe deu na veneta para ser praia, estendendo até à beira-mar os seus conventos e as suas igrejas pesadas, com um forte em cada extremidade. Na rua andam mulheres de capote negro, apertado na cinta e formando concha sobre a cabeça, e raparigas do povo com o lenço atado só com um nó e deixando ver as madeixas: – são as solteiras; as casadas escondem todo o cabelo e atam duas vezes o lenço no pescoço. Foi aqui que vi as mais lindas figuras de mulheres dos Açores – tipos peninsulares, de cabelos negros e olhos negros retintos.*

— É lindo o texto. Mas amanhã o nosso destino é Graciosa. O que é que Raul Brandão diz da ilha?

Capítulo XV

Já estavam na Graciosa quando Mariana respondeu à pergunta de Margarida.

— Eu penso que Raul Brandão não parou na Graciosa. Mas ainda assim, teve da ilha uma visão interessante:

> *Na luz matutina e fria das quatro horas tenho diante de mim um espetáculo único, quatro ilhas saindo do mar ao mesmo tempo – a Graciosa dum verde muito tenro acabando dum lado e do outro em penhascos decorativos; a Terceira muito ao longe quase desvanecida; e a meu lado, por trás do biombo violeta de S. Jorge, que se estende ao comprido nas águas, o cone do Pico aguçado até ao céu, transparente como se fosse de cristal. Isto frio, nítido e ao mesmo tempo irreal, num céu de esmalte onde se destacam a buril as linhas regulares do Pico, com uma nuvenzinha quase pousada na extremidade. É só num ponto e passa num instante, porque o navio não para.*

— É por isso que acho que Raul Brandão teve a visão etérea, mas faltou o contacto com a realidade. E nestas ilhas, a realidade é o que realmente conta. A Graciosa é uma ilha muito pequena, mas sempre teve gente muito culta, animadas tertúlias nos cafés ou em casas particulares.

É obrigatória á visita à Furna do Enxofre, ex-libris da ilha Graciosa, mas os apaixonados pelo mergulho podem descobrir os segredos subterrâneos da Furna d'Água, da Furna do Abel ou da Furna da Maria Encantada.

Hoje, vamos ao baile do Graciosa. E vamos aproveitar para ver os desfiles e as máscaras deste dia de carnaval que aqui é vivido com tanto entusiasmo. Aprontem as câmaras para as fotos. Vamos fazer deste dia uma aprendizagem etnográfica e cultural única.

Capítulo XVI

Regressamos todos à rotina. Mas não me sai da cabeça a ideia de ir a Santa Maria. Decidimos ir no Espírito Santo, outra tradição açoriana que me encanta. Hoje, tenho a certeza que vir parar aos Açores foi o golpe de sorte maior da minha vida. Estou a sentir-me outra pessoa e esta experiência deixou-me muito diferente. Tenho ouvido histórias incríveis relacionadas com milagres, vulcões, caça à baleia e tempestades de fazer medo a Belzebu. Incrível a luta dessa gente pela sobrevivência no tempo em que estas ilhas eram rochedos solitários no meio de um mar que, em vez de os limitar, lhes ampliou os horizontes e lhes deu esta força desmedida para ir mais além na conquista dos seus sonhos. Estou a sentir-me tão pequenino. Eu achava que sabia tudo. Eu, que vivia num bairro qualquer, numa Lisboa fantástica, mas cuja grandeza limita tanto! Parece complicado que as cidades nos limitem, mas é mesmo assim. Deixamos de usar o binóculo do sonho e ficamos ali, agarrados ao bairro, ao hipermercado de esquina que não nos deixa espaço para imaginar um supermercado das Flores na véspera do barco. Como eu tenho vergonha da minha vida burguesa, de nunca ter percebido nada de política, eu que já nasci em democracia e nunca me afeiçoei à política porque nunca precisei de sonhar com a liberdade de me auto determinar que animou as lutas de tantos açorianos. Esta gente é uma lição de vida. Realmente Camões merecia ter conhecido Antero ou Natália Correia! Há gente enorme nestes Açores!

.....

O tempo passou e maio anuncia agora tudo o que o nosso coração deseja. Os quatro jovens estão ás portas da ilha de Santa Maria num domingo de manhã à procura das sopas do Espírito Santo.

Quando se sentaram na mesa comprida para a refeição, Marcos parecia encolhido e triste.

— Então, Marcos. — alertou animadamente Mariana. — Terminamos hoje o nosso périplo pelos Açores. Estamos na nona ilha e tu com esse ar de velório. O que é que se passa?

— Pensei que já tinha visto tudo na vossa terra. Hoje, percebo que talvez não tenha visto nada. Estas sopas coletivas são uma coisa sem explicação.

— Não são nada. — graceja Rúben. — A história destas festividades e destas sopas remonta à Rainha Santa Isabel e a D. Dinis. Conheces o Milagre das rosas que toda a gente conhece desde a primária. A Rainha era assim: generosa e afetiva com os pobres. Estas sopas são ainda hoje, esta ligação ao comunitário, ao sermos todos iguais, ao estarmos todos no mesmo barco. São servidas as sopas a todos, em mesas corridas onde se sentam e são todos iguais os tementes a Deus. Mas é interessante porque as pessoas podem nem ir à igreja, podem não ser católicos praticantes, mas a figura do Espírito Santo está acima de todas as crenças. É uma história longa, mas tu podes e deves informar-te dela na extensa bibliografia que podes encontrar sobre este assunto. É uma prática de

todas as ilhas dos Açores, numas com mais fulgor que outras, com pequenas variações culturais ao nível do sabor e apresentação das sopas e outras cerimónias que antecedem este dia. Mas o vínculo ao sagrado está lá. Nos milagres associados a estes rituais e na alegria que os açorianos colocam nas comemorações. Aliás, tu sabes que amanhã é o Dia dos Açores e eu vou dar-te a versão da Wikipédia. Não é a fonte mais segura, mas vou ler. — diz Rúben que, entretanto, tinha puxado do telemóvel para fazer boa figura:

> *O Dia dos Açores foi instituído pelo parlamento açoriano em 1980, destinado a comemorar a açorianidade e a autonomia do arquipélago. É a maior celebração religiosa e cívica dos Açores.*
>
> *A escolha da Segunda-Feira do Espírito Santo (também conhecida por Dia do Bodo ou Dia da Pombinha), isto é a segunda-feira imediatamente após a festa religiosa do Pentecostes, alicerça-se no facto da comemoração do Espírito Santo — em que se entrelaçam as mais nobres tradições cristãs com a celebração da Primavera, da vida, da solidariedade e da esperança -, constituir a principal festividade do povo açoriano.*
>
> *Formado por pequenas comunidades isoladas durante séculos, o povo dos Açores manteve cultos e práticas profundamente populares, totalmente enraizadas no quotidiano que, apesar da crescente globalização, ainda mantêm um profundo significado, sendo um dos traços da açorianidade. Entre essas práticas insere-se esta comemoração, cuja vitalidade se alarga naturalmente a todos os núcleos de açorianos espalhados pelo mundo, incluindo as comunidades de origem açoriana no sul do Brasil, e que se exterioriza em celebrações que são tão espontâneas e tão vividas quão intensas.*
>
> *O culto do Espírito Santo nos Açores, resultado da forte influência franciscana no arquipélago e da conjugação da visão histórica proveniente da ortodoxia teológica cristã com a visão histórico-profética do milenarismo de Joaquim de Fiore (formulado como sagração da história), ganhou uma dimensão e um impacto sem paralelo. A força do culto do Espírito Santo é tão grande que deu ao catolicismo predominante nas ilhas um carácter especial, tendo sido, inclusive, uma fonte de constantes conflitos entre a ortodoxia da igreja e as Irmandades do Divino Espírito Santo. Daí ser um dos traços determinantes da cultura açoriana.*
>
> *Assim, porque é o mais popular dos dias festivos e de repouso e recreio em todo o arquipélago, entendeu o parlamento açoriano justo consagrá-lo legalmente como afirmação da identidade dos açorianos, da sua filosofia de vida e da sua unidade — base e justificação da autonomia política que lhes foi reconhecida e que orgulhosamente exercitam (preâmbulo do Decreto Regional n.º 13/80, de 21 de Agosto).*

— Isto é só para saberes, mas deves procurar outras fontes porque existem muitas, mas se reparares bem, vês muita gente desta comunidade a trabalhar para servir, confecionar, decorar, etc. Fazem-no de forma espontânea, movidos por esta fé sem rosto e sem explicação que nos satisfaça. Em todo o lado é assim. E assim, percebes melhores porque razão esta tradição tem tanta força nas nossas ilhas.

— Fechamos com chave de ouro meus amigos. — gagueja Marcos, a quem as palavras começam a custar a sair. — Como Elbert Hubbard, eu posso dizer que vocês entregaram a Carta a Garcia. Está cumprida a tua missão Rúben. Obrigado por me teres levado pela mão às tuas ilhas, obrigada por teres despertado em mim o ser humano que eu me sinto depois de conhecer a tua realidade. Hoje, a nossa realidade. A minha gratidão mais profunda por isso aos três. Foi muito bom ter companhia nesta aventura.

— Falta muito para cumprir, mas eu sei que tu o farás por ti, no teu tempo. Tens que conhecer melhor os poetas açorianos, a nossa cozinha tradicional, as histórias incríveis da caça à baleia, a história da guerra colonial que também nos envolveu e as centenas de pessoas maravilhosas que vivem nas nossas ilhas. Nas nove. Aí já terás direito ao "passaporte açoriano" como dizemos a brincar aos continentais.

— Eu sei que não sou. Ontem à noite pus-me a ler Raul Brandão e as Ilhas Desconhecidas e fiquei preso até madrugada. E voltei ao Corvo porque é uma ilha que me fascina. — Pega no telemóvel e lê com voz embargada:

> *...todos caminham descalços, duas vezes por dia, pelo único caminho áspero que leva ao interior. Vida dura. – A gente semeia e o vento leva! O vento é a preocupação constante desta gente.*
>
> *— Ele é o poder do mundo!*
>
> *Vida dura para elas, principalmente, que vão todos os dias para as terras de cima, duas léguas de caminho, com o alvião às costas, e que regressam à tarde para fabricar os queijos e cuidar dos filhos. São mulheres activas e espertas. Todas cardam e fiam, e quase todas, num tearzinho rudimentar, fabricam o pano de que se vestem a si e aos homens. E fiam muito bem e tecem muito bem. Toda a roupa da ilha é cortada por suas mãos, e das que não sabem talhar, dizem: – Coitadinha, tem pouco préstimo! – Dispõem da chave da caixa. O homem entrega-lhes o dinheiro dos bois e elas governam-no. E quando acontece haver alguma de quem o homem não confia...*

— Desculpem. — Acrescenta Marcos enquanto limpa uma lágrima mais óbvia de emoção. — E já agora, se me permitem, vou mesmo acabar com uma frase que me deixou completamente siderado. E mais não digo:

> *Quero que o meu corpo seja sepultado no cemitério da ilha do Corvo, a mais pequena das dos Açores, e se isto não puder ser por qualquer motivo, ou mesmo por*

não querer o meu testamenteiro carregar com esta trabalheira, quero que o meu corpo seja sepultado no cemitério da freguesia da Margem, pertencente ao concelho de Gavião; são gentes agradecidas e boas, e gosto agora da ideia de estar cercado, quando morto, de gente que na minha vida se atreveu a ser agradecida.

(Do testamento de Mouzinho da Silveira)

Anexo B
Propostas de trabalho

Vamos conversar?

Chegamos ao final desta viagem pelas ilhas. O que deixamos por dizer é seguramente muito mais do que aquilo que dissemos.

Senti que tinha obrigação de deixar pistas de trabalho em contexto de CIF. Ficam aqui perguntas que podem ajudar a desvendar mistérios e agitar consciências. São sugestões que podem ser melhoradas pelas crianças e pelo facilitador. De seguida, algumas imagens que podem ser utlizadas como estímulo a um diálogo sobre este tema. São fotos de Carlos Mendes, Fréderic Fournier e José Franco, fotógrafos da ilha que têm perfil no Facebook onde partilham as suas fotos. Qualquer uma delas, mostra alguma coisa que é transversal às ilhas que procuramos retratar na nossa novela e pode servir como ponto de partida para o diálogo.

B.1. Questões

Capítulo 1

- O que é a vida?
- O que é a adolescência?
- O que é uma incongruência?
- O que é suportar uma coisa difícil?
- Qual o valor das perguntas?
- O que é uma coisa obrigatória?
- O que é a experiência?
- O que é que uma situação tem de ter para ser uma experiência?
- O que é uma coisa?
- Acontecer coisas é o mesmo que experiência?
- O que é o mundo?
- O que é uma decisão?
- Decidimos ou pensamos que decidimos?
- O que é viver?
- O que é evoluir?
- Porque pensamos que temos de evoluir?
- Mudar é evoluir?O que é uma pessoa?
- Porque é que uma pessoa não é uma ilha?
- O que é um preconceito?
- Existem relações entre opinião e conhecimento?

Capítulo 2

- O que é ser açoriana, do Porto, das Flores?...
- Que significa a expressão "a ignorância é mesmo muito atrevida?" Concordo ou discordo da afirmação? Porquê?
- O que é a democracia?
- E se o estímulo não estimula?
- A falta de estímulo é um estímulo?
- Há coisas indiscutíveis?
- O que é ser indiscutível?
- O que torna um lugar especial?
- Um lugar é especial por si ou porque é especial para nós?
- O que é a autonomia?
- O que é uma viagem?
- É possível viajar sem sair do lugar?

Capítulo 3

- O que é ser independente?
- O que é ser autónomo?
- Independência ou autonomia?
- O que é a identidade? O que é uma identidade inequívoca?
- A resistência é um valor por si ou é instrumental?
- O que é um direito?
- A indignação é um direito ou um dever?
- O que é um dever?
- Que relações entre deveres e direitos?
- Há deveres sem direitos?
- Há direitos sem deveres?
- O que é a dignidade?
- A dignidade cresce?
- A dignidade desenvolve-se?
- O que é ser proprietário de alguma coisa?
- Pode ser-se proprietário do mar? Da Natureza? Das pessoas?
- De quem é o mar?
- O que é uma fronteira? Qual o critério para delimitar fronteiras?
- O que é a política?
- O que é um debate?
- O que é uma polémica?
- O que é sonhar?
- Lucidez e inteligência são atributos do sonhar?
- Sonhar é diferente de ser sonhador?
- O que é a importância das coisas?
- (a questão dos valores)
- As coisas são importantes por si ou somos nós que lhes damos importância?
- Como determinar a importância de uma coisa, pessoa, natureza?

Capítulo 4

- Qual o sentido da frase “o vento tem mais poder que os autarcas”?
- O que é a meditação?
- É possível não pensar?
- O que é ser feminina?
- O que é ser mulher?
- O que é nascer com a vida feita?
- A vida faz-se ou já está feita?

Capítulo 5

- O que é a justiça?
- Qual o critério de justiça?
- O que é igualdade?
- O que é a equidade?
- O que é o Estado?
- De onde vem a legitimidade do poder do Estado?
- Como surgiu o Estado?
- Qual deve ser a relação entre o Estado e o cidadão?
- O que é o relativismo?
- Que consequências do relativismo?

Capítulo 6

- O que é a realidade?
- O que é o ser?
- O que o bem?
- O que é o mal?
- O que é adaptação à realidade?
- Adaptação ou resignação?
- O que é a escola?
- Qual a importância da escola?
- Para que serve a escola?
- Haverá contradição entre o orientar os filhos na direção que quiserem?
- O que é orientar?
- Qual a relação entre o dinheiro e a liberdade?
- O que é a liberdade?
- O que é o dinheiro?
- O que é a filosofia?
- O que é uma coisa pura?
- O que é para sempre?
- O que é o tempo?
- O que é o paraíso?

Capítulo 7

- O que é conquistar?
- Conquistamos ou somos conquistados?
- O que é uma relação amor-ódio?
- O que é o amor?
- O que é o ódio?
- O que vale uma pessoa?
- Muitas pessoas valem mais do que poucas pessoas?
- O que é uma pessoa?
- O que é a política?
- O que é o poder?
- Como seria a vida sem a política?
- Qual a importância do voto?
- Como escolher em quem se vota?
- O que é uma generalização?
- Como podemos ter a certeza do que sabemos?
- O que fazer com um milhão de euros?
- Como saber o que é mais importante para as pessoas?
- Que pressupostos se assumem na expressão "custar um dinheirão ao Estado?"
- O que é querer?
- O que é saber porque se quer?
- O que é ser-se cidadão?
- O que é uma vida com propósito?
- Sem propósito não há vida?
- Sem propósito não é vida?
- O que é a coragem?
- O que é ser livre?
- O que é o voto livre?
- O que é a corrupção?
- Que quer dizer a expressão: "quem não tem padrinhos não se batiza"?
- Há alternativas para a democracia?
- O que é uma coisa em perigo?
- O que é o perigo?
- É possível desenvolver o pensamento dos outros?
- O que é ter dificuldade em raciocinar?
- O que é uma questão lógica?
- O que é uma questão emocional?
- O que é o hábito?
- Para que serve o hábito?
- Temos consciência do hábito?

Capítulo 8

- Que pressupostos estão afirmados nesta pergunta?
- O que são perguntas filosóficas?
- A filosofia faz perguntas ou responde a perguntas?
- O que é uma ligação doentia entre pessoas?
- O que é a guerra?
- O que é uma batalha?
- O que é uma vitória merecida?
- O que é a morte?
- O que é a imortalidade?
- O que é ser Açores?
- O que é a rivalidade?
- O que é competir? O que implica a competição?
- O que é colaborar? O que implica a colaboração?
- O que é o mérito?
- O que é uma experiência estética?
- O que é o belo?
- O belo pode ser horrível?
- O que é o gosto?
- O belo está nas coisas ou em nós que as vemos?
- O que é ser emigrante?
- O que faz de uma terra a nossa terra?

Capítulo 9

- O que é um ser humano incrível?
- O que é incrível?
- Existe o incrível?
- O que significa a expressão “naquele tempo”?
- O que queremos dizer quando afirmamos “no nosso tempo”?
- O que é a arte?
- Como se sabe que uma obra é uma obra de arte?
- O que é produzir uma obra de arte?
- O que é um sorriso de pedra?
- O que é o destino?

Capítulo 10

- O que é uma história?
- O que é uma pessoa especial?
- O que é uma pessoa?
- O que é ser especial?
- O que é que sei?
- Saber nada é saber?

Capítulo 11

- O que é a civilização?
- O que é a eternidade?
- O que é viver para sempre?
- O que é a amizade?
- Pode ser-se amigo sem ser-se um bom amigo?

Capítulo 12

- O que é o tempo?
- O que é o tempo filosófico?

Capítulo 13

- O que é o conhecimento?
- O que é a filosofia para crianças?
- O Facebook e o WhatsApp não são reais?
- O que é o real?
- O que é um jovem de hoje? Outra vez a questão do tempo.

Capítulo 14

- O que é a rotina?
- O que é a religião?
- O que é acreditar em Deus?

Capítulo 15

- O que é a realidade?
- O que é um tempo irreal?
- O que faz de uma coisa um ex-libris?
- O que é uma máscara?
- O que escondem as máscaras?

Capítulo 16

- O que é a rotina?
- O que é um milagre?
- Porque é que às vezes nos sentimos pequeninos?
- O que é uma grandeza que limita?
- Como é que se fecha com chave de ouro?
- É preciso ser atrevido para agradecer?

B.2. Fotografias

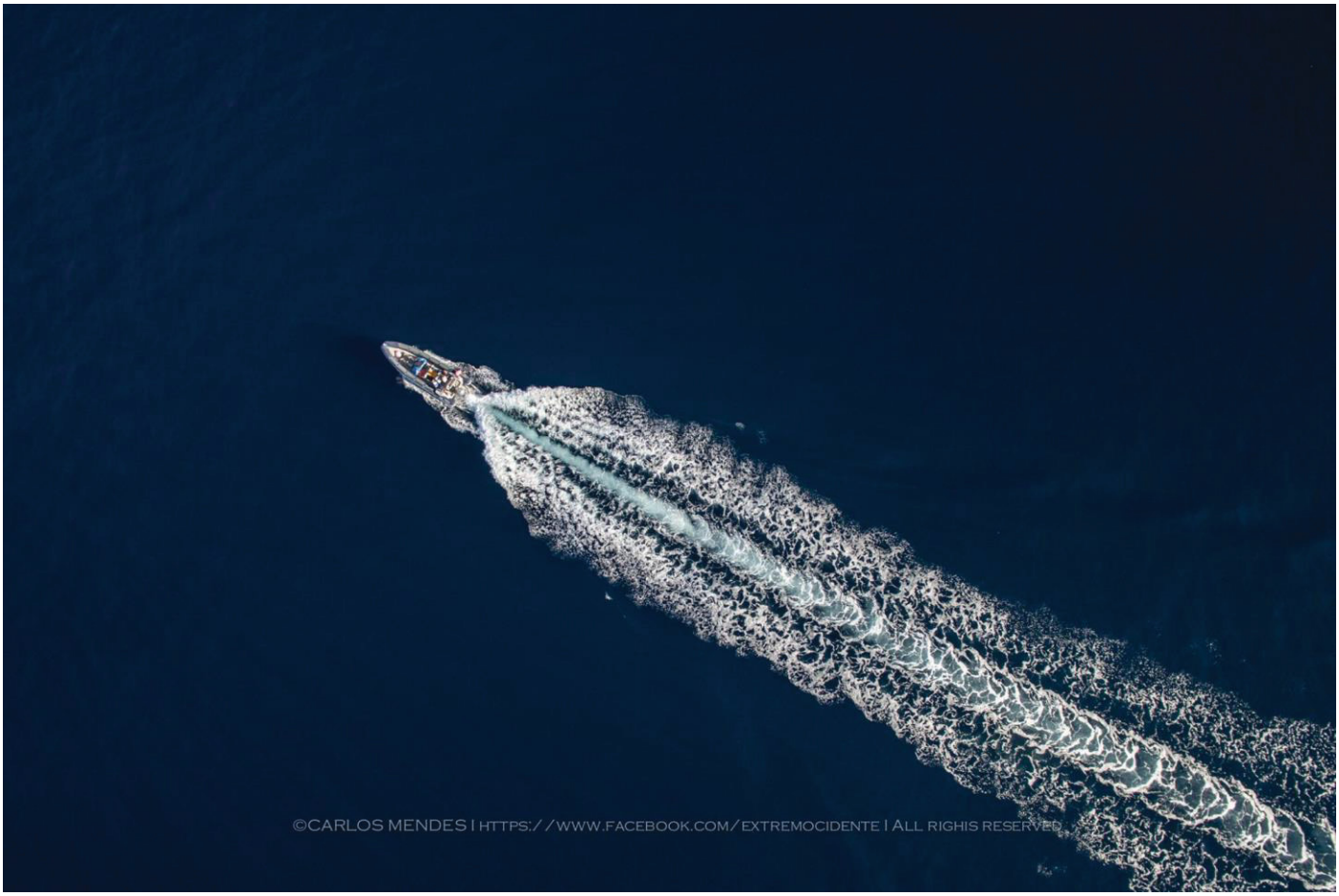
Fonte: http://bit.ly/2BXNNoN

Fonte: José António Corvelo

Fonte: José António Corvelo

© CARLOS MENDES | HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/EXTREMOCIDENTE | ALL RIGHTS RESERVED.

©CARLOS MENDES I HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/EXTREMOCIDENTE I ALL RIGHIS RESERVED


©CARLOS MENDES I HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/EXTREMOCIDENTE I ALL RIGHIS RESERVED

Fonte: Fréderic Fournier

Fonte: http://bit.ly/2qPnPl7

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal

Vamos falar de Autonomia

Maria Gabriela Câmara de Freitas Silva

DHFA

2019